VOLTAIRE

Tratado sobre a tolerância



L&PM POCKET

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.link*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



VOLTAIRE

Tratado sobre a tolerância

por ocasião da morte de Jean Calas (1763)

Tradução de William Lagos

www.lpm.com.br

L&PM POCKET

Sobre o autor

Nascido em Paris, a 21 de novembro de 1694, François-Marie Arouet foi o quinto filho de um tabelião. Após a morte de sua mãe, o jovem Arouet, criança brilhante e lúcida, foi matriculado para estudar com os jesuítas no Colégio Louis-le-Grand. A partir de 1712, passou a freqüentar os salões literários e recusou-se a seguir a carreira jurídica que seu pai queria impor-lhe: o que desejava era escrever e foi então que redigiu alguns dísticos desabonatórios ao Regente, cujo resultado foi primeiro seu afastamento de Paris e depois a prisão por um ano na Bastilha. Depois disso, tornou-se famoso por uma tragédia, *Édipo*, cuja encenação alcançou grande sucesso em 1718. Foi nesse mesmo ano que decidiu trocar de nome e tornou-se Voltaire. Ele passou a ser o favorito da melhor sociedade, e a jovem rainha, Marie Leszczyńska, abriu-lhe as portas da Corte Real. Porém, ele ridicularizou o cavaleiro de Rohan, que mandou espancá-lo, prendeu-o novamente na Bastilha e depois determinou seu exílio na Inglaterra. Lá ele permaneceu durante vários anos, familiarizando-se não só com "os encantos" do comércio inglês, mas também com sua efervescência política, social e econômica. De volta a Paris, recomeçou a escrever comédias e tragédias, marcadas pela influência das obras de Shakespeare. Foi então que conheceu Émilie du Châtelet, uma jovem liberada, filósofa e geômetra. Sua ligação durou quinze anos. Entre 1733 e 1734, ele publicou as *Cartas sobre os ingleses ou Cartas filosóficas*, que provocaram um imenso escândalo. Nelas, sustentava que a grandeza da Inglaterra devia-se ao fato de que lá todos trabalhavam, que nada se recusava ao talento e que o sistema parlamentar tornava impossíveis as arbitrariedades pelo fato de dividir os poderes entre o soberano e o povo. O *Parlement* francês condenou essa obra como sendo "adequada a inspirar a libertinagem mais perigosa para a religião e para a ordem da sociedade civil". Voltaire fugiu para a província da Lorena a fim de evitar ser aprisionado outra vez na Bastilha... Ao retornar, refugiou-se em casa de

Madame du Châtelet, em Cirey, onde levou uma existência simultaneamente mundana e dedicada aos estudos. A publicação de um poema cheio de verve, *O Mundano*, o forçou a exilar-se durante algum tempo na Holanda. Nessa mesma época, iniciou uma correspondência assídua com o rei Frederico II da Prússia, com quem somente se encontraria em 1740... Um de seus antigos companheiros, o marquês d'Argenson, foi então nomeado ministro, e, beneficiando-se igualmente de sua amizade com o duque de Richelieu, Voltaire pôde retornar à corte. Escreveu a peça teatral *A Princesa de Navarra*, para ser apresentada durante as comemorações do casamento do Delfim, o herdeiro do trono, e, recuperando a graça real, foi nomeado historiador do rei em 1745, antes de ingressar na Academia no ano seguinte. Mas sua pena não podia ser controlada, e a primeira versão de *Zadig*, surgida sob o título de *Memnon*, o obrigou novamente a abandonar a corte. Após a morte de Madame du Châtelet, ele se instalou em Berlim, onde completou *O século de Luís XIV* e escreveu *Micrômegas*, uma obra cujo herói deixa a estrela Sírio, em que nascera, com a intenção de educar a mente e o coração, viaja para Saturno e depois vem à Terra. Assim ele contempla com um olhar totalmente novo esse mundo em que reinam "os preconceitos". Infelizmente, a tolerância de Frederico II tinha seus limites, e Voltaire foi forçado a deixar a Prússia, após ter zombado imprudentemente de Maupertuis, então presidente da Academia de Berlim. Proibido de estabelecer-se em Paris, instalou-se na Suíça, perto de Lausanne, com sua sobrinha e amante, Madame Denis. Em 1758, ele comprou o castelo de Ferney, em que recebeu uma sucessão de artistas, escritores e comediantes. Seu *Poema sobre o desastre de Lisboa* fez explodir um antagonismo com Jean-Jacques Rousseau. Redigiu novamente contos, como *Candide*, em 1759, cujos breves capítulos são outras tantas etapas da aprendizagem do jovem e ingênuo Cândido. Em 1762, o caso Calas mobiliza-lhe todas as energias: em Toulouse, Marc-Antoine Calas foi encontrado enforcado dentro da mercearia de seu pai. Os boatos insinuam que o jovem protestante, que pretenderia converter-se ao catolicismo, teria sido morto por seu próprio pai, Jean Calas. Este foi preso e executado. Voltaire, convencido de sua inocência, esforçou-se para que o processo fosse revisado e Calas, inocentado. Foi então que redigiu o *Tratado sobre a tolerância*, em que luta contra a intolerância em nome da religião natural.[1] Interessou-se a seguir por outros casos e empregou sua pena a serviço da justiça. Cansada de viver em Ferney, Madame Denis o

convenceu a voltar a Paris após a morte de Luís XV. Ele retornou triunfalmente em 1778, mas a viagem e as honras recebidas exigiram demais das energias do ancião. Ele morreu a 30 de maio de 1778. Seu corpo foi mais tarde depositado no Panteão, em 1791, com o seguinte epitáfio: “Ele combateu tanto os ateus quanto os fanáticos. Inspirou a tolerância e defendeu os direitos do homem contra a servidão do feudalismo. Poeta, historiador e filósofo, engrandeceu o espírito humano e ensinou-o a ser livre.”

[1]. A religião natural é baseada na razão e na experiência, em oposição à religião de revelação, baseada na bíblia. (N.E.)

CAPÍTULO I

História abreviada da morte de Jean Calas

O assassinato de Calas, cometido em Toulouse pelo gládio da justiça, a 9 de março de 1762, é um dos eventos mais singulares que possam merecer a atenção de nossa época e da posteridade. Esquecemos facilmente essa multidão de mortos que pereceram em batalhas sem nome, não somente porque essa fatalidade é conseqüência inevitável da guerra, mas porque aqueles que morrem pela sorte das armas poderiam também ter dado morte a seus inimigos e não pereceram absolutamente sem se terem defendido. Onde o perigo e as vantagens são iguais, o espanto cessa e até mesmo a piedade se enfraquece; porém, se um pai de família inocente é entregue às mãos do erro, da paixão ou do fanatismo; se a única defesa do acusado é sua própria virtude; se o único risco que os árbitros de sua vida correm ao matá-lo é o de cometerem um engano; se eles podem matar impunemente mediante uma sentença, então o protesto público se eleva, já que cada um teme por si mesmo, percebe que ninguém pode julgar sua vida em segurança perante um tribunal instituído para velar pela vida dos cidadãos e todas as vozes se reúnem para exigir vingança.

Neste estranho caso, tratava-se de religião, de suicídio, de parricídio; tratava-se de saber se um pai e sua mãe haviam estrangulado o próprio filho para agradar a Deus, se um irmão havia estrangulado seu irmão, se um amigo havia estrangulado seu amigo e se os juízes poderiam ser reprovados por terem feito morrer no cadafalso um pai inocente ou por terem poupado uma mãe, um irmão ou um amigo culpados.

Jean Calas, na época com 68 anos de idade, exercia a profissão de comerciante em Toulouse havia mais de quarenta anos e era reconhecido por todos que haviam convivido com ele como sendo um bom pai. Ele era protestante, assim como sua mulher e todos os seus filhos, exceto por um, que havia abjurado a heresia, mas a quem o pai dava uma pequena pensão. Ele parecia tão afastado desse fanatismo absurdo que rompeu todos os laços da sociedade que chegou a aprovar a conversão de seu filho, Louis Calas; e tinha a seu serviço, vivendo em sua casa havia trinta anos, uma criada que era católica praticante, justamente quem havia criado todos os seus filhos.

Um dos filhos de Jean Calas, chamado Marc-Antoine, era um homem de letras, dotado de um espírito inquieto, sombrio e violento. Esse jovem,

não podendo ter sucesso nem em ingressar no negócio da família, para o qual não tinha vocação, nem em ser recebido na ordem dos advogados, porque não possuía os certificados de catolicismo que não podia obter, se havia decidido a pôr fim à sua vida e indicou tal propósito a um de seus amigos; sua resolução firmou-se através da leitura de tudo o que já se havia escrito a respeito do suicídio.

Finalmente, certo dia em que perdera todo o seu dinheiro no jogo, decidiu-se a executar o seu propósito. Um amigo seu e de sua família, chamado Lavaysse, um jovem de dezenove anos, conhecido pela pureza e gentileza de seus costumes, filho de um célebre advogado de Toulouse, havia chegado na véspera[1] de Bordeaux; sem que isso tivesse sido planejado, foi jantar em casa dos Calas. O pai, a mãe, Marc-Antoine, seu filho mais velho, e Pierre, seu segundo filho, fizeram a refeição juntamente com ele. Após o jantar, todos passaram para um pequeno salão, mas Marc-Antoine desapareceu; por fim, na hora em que o jovem Lavaysse decidiu sair, Pierre Calas e ele desceram e encontraram Marc-Antoine no andar térreo, em que funcionava a loja, vestido somente com as roupas íntimas e enforcado no gancho de uma porta, sua casaca dobrada sobre o balcão; não apenas sua camisa estava arrumada, como seus cabelos estavam bem-penteados: ele não tinha no corpo qualquer ferida, não apresentava nenhuma contusão.[2]

Descrevemos aqui todos os detalhes a que os advogados deram atenção; não descreveremos em absoluto a dor e o desespero do pai e da mãe; seus gritos chegaram a ser escutados pelos vizinhos. Lavaysse e Pierre Calas, fora de si, correram em busca de médicos e foram avisar a polícia.

Enquanto eles desempenhavam esse dever, ao mesmo tempo que o pai e a mãe soluçavam e derramavam lágrimas, o povo de Toulouse começou a reunir-se diante da casa. Essa gente é supersticiosa e pronta a enfurecer-se: considera como monstros seus irmãos que não pertencem à mesma religião que eles. Foi em Toulouse que se agradeceu a Deus solenemente pela morte do rei Henrique III e que se fez juramento de degolar o primeiro que falasse em reconhecer o grande e bom rei Henrique IV. Essa cidade ainda realiza uma solenidade todos os anos, com procissão e fogos de artifício, para comemorar o dia em que massacrou quatro mil cidadãos heréticos, dois séculos atrás. Em vão, seis decretos do conselho

municipal proibiram essa odiosa festividade; os habitantes de Toulouse continuam a celebrá-la como se fosse uma exposição de jardinagem.

Algum fanático no meio da multidão gritou que Jean Calas havia enforcado o próprio filho, Marc-Antoine. Esse grito foi repetido e, num instante, tornou-se unânime; outros acrescentaram que o morto abjuraria ao protestantismo no dia seguinte; que sua família e mais o jovem Lavaysse o haviam estrangulado por ódio contra a religião católica; em questão de segundos, ninguém mais punha isso em dúvida; toda a cidade persuadiu-se de ser uma questão de fé entre os protestantes que o pai ou a mãe deveriam assassinar seus filhos assim que soubessem que eles pretendiam se converter.

Depois que os espíritos são arrebatados, não há mais como acalmá-los. Logo imaginaram que os protestantes do Languedoc se haviam reunido na véspera; que eles haviam escolhido por aclamação um carrasco dentre os membros de sua seita; que a escolha recaíra sobre o jovem Lavaysse; que dentro de 24 horas esse jovem recebera a notícia de sua incumbência e que viera de Bordeaux especialmente para ajudar Jean Calas, sua esposa e seu filho Pierre a estrangular um amigo, um filho e um irmão.

O senhor David, *capitoul*[3] de Toulouse, excitado por tais rumores e querendo alcançar prestígio entre o povo por meio de uma rápida execução, ordenou um procedimento contra todas as leis e ordenanças do reino. A família Calas, a criada católica e Lavaysse foram postos a ferros.

Publicou-se um decreto não menos ilegal que o procedimento. Foram ainda mais longe: Marc-Antoine Calas morrera calvinista e, se havia atentado contra a própria vida, deveria ser arrastado pelas ruas, preso a uma grade; justamente ao contrário, foi inumado com as maiores pompas fúnebres na igreja de Saint-Étienne, apesar de todos os protestos do padre-cura contra a profanação.

Existem, na província de Languedoc, quatro confrarias de penitentes: a branca, a azul, a cinzenta e a negra. Os confrades usam longos capuzes presos a uma máscara de pano de lã, com dois buracos abertos para permitir a visão; eles haviam tentado conquistar o sr. duque de Fitz-James para ingressar em um de seus corpos, mas ele recusara a todos. Os confrades brancos realizaram um serviço solene em memória de Marc-Antoine Calas, tal como se ele tivesse sido um mártir da fé. Nunca qualquer igreja da cidade havia celebrado a festa de um mártir verdadeiro

com maior pompa, mas essa pompa foi terrível. Ergueram uma magnífica plataforma e sobre ela colocaram um esqueleto montado de forma a poder movimentar-se, representando Marc-Antoine Calas, segurando em uma das mãos uma folha de palmeira e na outra a pena com que deveria assinar o documento de abjuração da heresia, mas que serviria de fato para escrever a sentença de morte de seu pai.

Desse modo, a única coisa que faltava ao infeliz que havia provocado sua própria morte era a canonização; a população inteira o considerava um santo; alguns o invocavam, outros iam rezar na igreja sobre seu túmulo, outros lhe pediam milagres, outros ainda contavam milagres que ele já havia realizado. Um monge ergueu a lápide e arrancou-lhe alguns dentes para dispor de relíquias duradouras. Uma devota meio surda proclamou que tinha escutado o som dos sinos. Um padre atacado de apoplexia foi curado depois de ter ingerido um vomitório. Foram tomados por escrito depoimentos verbais sobre tais prodígios. Aquele que escreve este relato possui um atestado declarando que um jovem de Toulouse enlouqueceu depois de haver rezado noites seguidas sobre o túmulo do novo santo, sem ter conseguido obter o milagre que lhe implorava.

Alguns dos magistrados pertenciam à confraria dos penitentes brancos. A partir desse momento, a morte de Jean Calas tornou-se inevitável.

O que preparou seu suplício foi sobretudo a aproximação dessa festa singular que os moradores de Toulouse celebram todos os anos em memória de um massacre de quatro mil huguenotes, e o ano de 1762 marcava o seu bicentenário. A cidade inteira se engalanava para celebrar essa solenidade; nada melhor do que isso para atiçar a imaginação já esquentada do povo; logo passaram a dizer publicamente que o cadafalso sobre o qual seriam supliciados os Calas seria o maior ornamento da festa; diziam que a própria Providência lhes trouxera essas vítimas para que fossem sacrificadas à nossa santa religião. Vinte pessoas escutaram esse discurso e afirmações ainda mais violentas. E isso aconteceu em nossos dias! Justamente em um tempo no qual a filosofia já realizou tantos progressos! Numa época em que cem academias escrevem para inspirar a amenização dos costumes! Até parece que o fanatismo, indignado pelos poucos sucessos que obteve a razão, debate-se contra ela com raiva ainda maior.

Treze juízes se reuniram diariamente para dar um rápido andamento ao processo. Não havia – e não podia haver – qualquer prova contra a família, mas sua religião errada assumia o lugar de provas. Por muito tempo, seis dos juízes pretendiam condenar diretamente Jean Calas, seu filho e Lavaysse ao suplício da roda e a mulher de Jean Calas à fogueira. Sete outros, mais moderados, queriam que eles fossem ao menos interrogados. Os debates foram longos e reiterados. Um dos juízes, convencido da inocência dos acusados e da impossibilidade de o crime ter sido cometido, falou entusiasticamente em seu favor: ele opôs o zelo da humanidade ao zelo da severidade. Passou a ser considerado como o advogado público dos Calas em todas as casas de Toulouse, onde os gritos contínuos da religião ofendida exigiam o sangue desses desafortunados. Um outro juiz, conhecido por sua violência, falava na cidade com tanto arrebatamento contra os Calas, que o primeiro acabou por sentir-se pressionado a defendê-los com maior diligência. Finalmente, a disputa se tornou tão grande que ambos se sentiram obrigados a demitir-se do processo e os dois se retiraram para suas propriedades no campo.

Contudo, por uma estranha infelicidade, o juiz favorável aos Calas teve a hombridade de persistir em sua demissão, enquanto o outro retornou para falar publicamente contra aqueles que não tinha mais o direito de julgar; e foi esta voz que determinou a condenação ao suplício da roda, porque, no final, eram oito vozes contra cinco, já que um dos juízes que se opunham, após muitas contestações, acabara passando para o lado dos mais severos.

Parece que no caso de um parricídio, quando se trata de abandonar um pai de família ao suplício mais horrível, o julgamento deveria ter sido unânime, porque as provas de um crime tão inusitado**[4]** deveriam mostrar-se de uma evidência aceitável por todos; a menor dúvida em um caso dessa ordem deveria ser suficiente para fazer hesitar um juiz que considera a assinatura de uma sentença de morte. A fraqueza de nossa razão e a insuficiência de nossas leis se fazem sentir todos os dias, mas em que ocasião se descobre melhor sua inadequação do que quando a preponderância de uma única voz leva um cidadão ao suplício? Na assembléia de Atenas, era preciso obter-se cinqüenta votos além da metade antes que se ousasse proferir uma sentença de morte. Qual o resultado disso? Algo que todos nós sabemos, embora nos tenha sido

inútil: que os gregos de então eram mais sábios e mais humanos do que nós.

Pareceria impossível que Jean Calas, um velho de 68 anos, que há muito tempo tinha as pernas fracas e artríticas, tivesse sido capaz de estrangular sozinho e depois enforcar um filho de 28 anos e cuja força era acima do comum. Era absolutamente necessário que ele fosse assistido nessa execução por sua esposa, por seu filho Pierre Calas, por Lavaysse e até pela criada. Eles não haviam saído um só momento na noite desse evento fatal. Porém, essa suposição era ainda mais absurda do que a outra, pois como uma criada católica praticante teria deixado que huguenotes assassinassem um jovem que ela mesma havia criado, como castigo por amar a religião professada por essa serva? Como Lavaysse poderia ter vindo expressamente de Bordeaux para estrangular seu amigo, cuja pretensa conversão ele mesmo ignorava? Como uma mãe teria posto as mãos desse jeito sobre o próprio filho? Como todos eles teriam podido estrangular um jovem tão forte quanto eles todos reunidos, sem um combate longo e violento, sem gritos horríveis que teriam chamado a atenção de todos os vizinhos, sem golpes repetidos, sem machucaduras, sem roupas rasgadas?

Era evidente que, no caso do parricídio ter sido cometido, todos os acusados eram igualmente culpados, porque não haviam saído da casa um único momento; havia evidências de que nenhum deles havia saído; era evidente que o pai sozinho não poderia ter cometido o crime; todavia, a sentença condenou somente o pai a expirar no cadafalso.

Os motivos por trás da sentença eram tão inconcebíveis como todo o resto. Os juízes que se haviam decidido em favor do suplício de Jean Calas persuadiram os demais de que esse velho frágil não poderia resistir por muito tempo aos tormentos e que, desse modo, ele pagaria sob os golpes dos carrascos tanto por seu crime quanto pelos crimes de seus cúmplices. Eles foram envergonhados quando esse velho, ao morrer no suplício da roda, tomou a Deus por testemunha de sua inocência e Lhe suplicou que perdoasse a seus juízes.

Estes se sentiram na obrigação de redigir uma segunda sentença em contradição da primeira, na qual incluíam a mãe, seu filho Pierre, o jovem Lavaysse e a criada; contudo, um dos conselheiros lhes fez perceber que essa sentença desmentiria a outra, que eles se condenariam a si mesmos, que pelo fato de que todos os acusados tinham estado juntos o tempo todo

na ocasião do suposto parricídio, a inclusão de todos os sobreviventes provaria irrefutavelmente a inocência do pai de família já executado. Eles tomaram então a decisão de banir Pierre Calas, seu filho. Esse exílio pareceu tão inconseqüente e tão absurdo como todo o resto, porque Pierre Calas ou era culpado ou era inocente do parricídio; se era culpado, deveria ir para a roda, tal como fora seu pai; porém, se era inocente, seu banimento era ilegal. Mas os juízes, assustados pelo suplício do pai e pela piedade enternecedora que ele lhes demonstrara ao ser morto, imaginaram que podiam salvar sua honra dando a entender que estavam concedendo graça a seu filho, como se não fosse uma nova prevaricação conceder-lhe graça, e acreditaram que o banimento desse jovem pobre e sem protetores, algo que não lhes traria conseqüências, não seria uma grande injustiça depois daquela que tiveram a infelicidade de cometer.

Eles começaram por ameaçar Pierre Calas, em seu calabouço, de que o tratariam como a seu pai se ele não abjurasse sua religião. Isso é atestado por esse mesmo jovem sob juramento.**[5]**

Pierre Calas, quando saía da cidade, encontrou um abade conversor, que o fez voltar para Toulouse; ele foi encerrado em um convento de dominicanos e, enquanto estava lá, foi forçado a cumprir todos os rituais do catolicismo: em parte era o que ele mesmo queria, era o preço do sangue de seu pai; a partir de então, a religião que se quisera vingar deu-se por satisfeita.

Separaram a mãe das filhas: elas foram encerradas em outro convento. Essa mulher, que praticamente fora banhada pelo sangue de seu marido, que havia tido entre os braços o cadáver de seu filho mais velho, que vira o outro ser banido, roubada de suas filhas, despojada de todos os seus bens, ficou sozinha no mundo, sem pão, sem esperança e quase morrendo devido ao excesso de suas infelicidades. Algumas pessoas, tendo examinado com maturidade todas as circunstâncias dessa ocorrência horrível, sentiram-se tão abaladas que tentaram pressionar a sra. Calas, que agora vivia em completa solidão, a fim de que ousasse ir pedir justiça aos pés do trono. Ela não podia sequer se sustentar, estava exaurida de suas forças; ademais, como nascera inglesa, transplantada para uma província francesa desde tenra idade, somente o nome da cidade de Paris a enchia de medo. Ela imaginava que a capital do reino deveria ser ainda mais bárbara que a capital do Languedoc. Finalmente, o dever de vingar a

memória de seu marido arrebatou sua fraqueza. Ela chegou a Paris prestes a expirar. Ficou espantada por encontrar ali abrigo, apoio e lágrimas.

A razão tem mais poder em Paris do que o fanatismo, por maior que este possa ser, ao passo que na província o fanatismo prepondera quase sempre sobre a razão.

O sr. de Beaumont, célebre advogado do Parlamento de Paris, assumiu inicialmente sua defesa e redigiu um jurisconsulto que fez assinar por quinze advogados. O sr. Loiseau, não menos eloqüente, redigiu um memorando em favor da família. O sr. Mariette, advogado perante o conselho real de justiça, redigiu uma petição em boa forma jurídica que despertou a convicção em todos os espíritos.

Esses três generosos defensores das leis e da inocência repassaram para a viúva todos os proventos das edições de seus discursos de defesa.**[6]** Paris e a Europa inteira encheram-se de piedade e exigiram que fosse feita justiça a essa mulher infeliz. A sentença favorável foi pronunciada por todo o público, muito antes que tivesse sido assinada pelo conselho real.

A piedade atingiu até mesmo o ministério, apesar da torrente contínua de assuntos a tratar, que tantas vezes põe de lado a piedade, e apesar do hábito de constantemente ver os infelizes, o que pode endurecer os corações ainda mais. As filhas foram devolvidas à mãe. A visão das três juntas, vestidas de luto e banhadas em lágrimas, foi suficiente para provocar o pranto de seus próprios juízes.

Todavia, essa família ainda tinha alguns inimigos, porque se tratava de uma questão religiosa. Muitas dessas pessoas que são chamadas na França de *devotas**[7]*** proclamaram em altas vozes que era melhor supliciar na roda um velho calvinista inocente do que expor oito dos conselheiros de Languedoc ao reconhecimento de que se haviam enganado. Chegaram mesmo a usar a seguinte expressão: “Existem mais magistrados do que Calas”; só se pode inferir a partir daí que a família Calas deveria ser imolada em honra da magistratura. Ninguém sequer levava em consideração que a honra dos juízes consiste, como a de todos os demais homens, em serem capazes de reparar as faltas que cometeram. Não se acredita mais, na França, que o Papa, mesmo assistido por seus cardeais, seja infalível; no mínimo, se poderia acreditar que oito juízes de Toulouse não o sejam. Todas as demais pessoas sensatas e desinteressadas disseram que a sentença de Toulouse seria anulada por toda a Europa, mesmo que

considerações de caráter pessoal impedissem que fosse cassada pelo conselho real.

Tal foi o estado desse acontecimento espantoso, que fez nascer no espírito das pessoas imparciais e mais sensatas o desígnio de apresentar ao público algumas reflexões sobre a tolerância, sobre a indulgência, sobre a comiseração, esses sentimentos que o abade Houtteville chama de *dogma monstruoso* em sua prédica empolada e errônea sobre os fatos, mas que a razão denomina de *apanágio da natureza.*

Ou os juízes de Toulouse, impulsionados pelo fanatismo do populacho, fizeram supliciar um pai de família inocente, uma atitude que não tem qualquer justificativa; ou esse pai de família e sua mulher estrangularam seu filho mais velho, ajudados nesse parricídio por um outro filho e por um amigo, algo que não se encontra na natureza. Em qualquer desses casos, o abuso da religião mais santa que existe acabou por produzir um grande crime. É, portanto, do interesse do gênero humano que examinemos se a religião deve ser caridosa ou bárbara.

[1]. 12 de outubro de 1761. (N.A.)

[2]. Não se encontrou nele, após o transporte do cadáver para a prefeitura, senão um pequeno arranhão na ponta do nariz e uma pequena mancha no peito, causados por qualquer inadvertência no transporte do corpo. (N.A.).

[3]. Executor real. (N.T.)

[4]. Eu conheço apenas dois exemplos através da história de pais acusados de terem assassinado seus filhos por motivos religiosos. O primeiro é o caso do pai de Santa Bárbara, que nós também chamamos de Santa Barba. Ele havia mandado colocar duas janelas em seu quarto de banho; Bárbara, em sua ausência, mandou abrir uma terceira em homenagem à Santíssima Trindade; ela fez, com a ponta do dedo, o sinal da cruz sobre as colunas de mármore e este sinal ficou profundamente gravado nas colunas. Seu pai, encolerizado, correu atrás dela de espada em punho, mas ela fugiu através de uma montanha que se abriu para lhe dar passagem. Contudo, o pai deu a volta na montanha e capturou sua filha; deu ordem para chicoteá-la inteiramente nua, mas Deus a cobriu com uma nuvem branca; finalmente, seu pai cortou-lhe a cabeça. Pelo menos é o que relata *A flor dos santos*. O segundo exemplo é o do príncipe Hermenegildo. Ele se revoltou contra o rei seu pai, entrou em combate com ele no ano de 584, foi vencido e morto por um oficial. Foi transformado em mártir porque seu pai era arianista. (N.A.)

[5]. "Um jacobino veio a meu calabouço e me ameaçou com o mesmo gênero de morte se eu não abjurasse: juro em nome de Deus." 23 de julho de 1762. Pierre Calas. (N.A.)

[6]. Foram falsificadas cópias em muitas cidades, e a sra. Calas perdeu o fruto dessa generosidade. (N.A.)

[7]. Devoto deriva do latim *devotus*. Os *devoti* da antiga Roma eram aqueles que se devotavam à salvação da República, como, por exemplo, os Curtius e os Decius. (N.A.)

CAPÍTULO II

Conseqüências do suplício de Jean Calas

Se os penitentes brancos foram a causa do suplício de um inocente, da ruína total de uma família, de sua dispersão e do opróbrio que deve ser anexado à injustiça sofrida, mais do que ao próprio suplício; se essa precipitação dos penitentes brancos a celebrar como um santo aquele que deveria ter sido arrastado pelas ruas sobre uma grade, de acordo com nossos bárbaros costumes, e a forçar a execução na roda de um pai de família virtuoso, então foi essa maldade que deveria, sem a menor dúvida, transformá-los em penitentes para o resto de suas vidas. Eram eles e os juízes que deveriam prantear, mas não sob um longo hábito branco e com uma máscara sobre o rosto que só serviria para lhes esconder as lágrimas.

Respeitamos todas as confrarias: são instituições edificantes. Contudo, qualquer que seja o grande bem que possam fazer ao Estado, pode igualar esse mal assustador que causaram? Elas parecem instituídas em Languedoc pelo zelo que anima os católicos contra aqueles que chamamos de *huguenotes*. Até se poderia dizer que eles fizeram voto de odiar seus irmãos, quando não temos gente suficiente que faça voto de amar e socorrer. E o que aconteceria se essas confrarias fossem governadas por místicos, como o foram antigamente algumas das corporações de artistas e congregações dos *messieurs*[1], nas quais se transformava em arte e sistema o hábito de ter visões, como afirmou um de nossos magistrados mais eloqüentes e sábios? E o que ocorreria se fossem criadas nas confrarias estas câmaras escuras, que chamavam de *câmaras de meditação*, em que se penduravam quadros de diabos armados de chifres e de garras, abismos de chamas, cruzes e punhais, com o santo nome de Jesus escrito por cima? Que espetáculo para olhares já fanatizados e para imaginações tanto inflamadas quanto submissas a seus diretores!

Houve tempos, que conhecemos bem demais, em que essas confrarias eram perigosas. Os irmãozinhos flagelantes causaram agitações. A Liga Católica começou a partir dessas associações. Por que eles precisavam se distinguir assim dos demais cidadãos? Consideravam que eram mais perfeitos que os outros? Apenas isso seria um insulto ao resto da nação. Queriam eles que todos os cristãos entrassem na confraria? Seria um belo espetáculo, a Europa inteira usando capuzes compridos e máscaras, só com dois buraquinhos redondos em frente aos olhos! Será

que eles pensavam de boa-fé que Deus preferia essa indumentária a um gibão? Há muito mais por trás disso: essas vestes são um uniforme de litigantes que adverte seus adversários de que o melhor que têm a fazer é se armarem; podem provocar uma espécie de guerra civil nos espíritos, que talvez terminasse em excessos funestos se o rei e seus ministros não fossem tão sábios quanto os fanáticos são insensatos.

Sabe-se bem demais quais foram os custos desde que os cristãos começaram a disputar por dogmas: correu sangue, seja nos cadafalsos, seja nas batalhas, desde o século quarto até os dias de hoje. Vamos nos limitar aqui às guerras e aos horrores que as querelas da Reforma excitaram e veremos qual foi a fonte disso na França. Talvez um quadro detalhado e fiel de tantas calamidades possa abrir os olhos de algumas pessoas pouco instruídas e tocar os corações bem-orientados.

[1]. Conselheiros do parlamento. (N.E.)

CAPÍTULO III

Um relato sobre a Reforma do século XVI

Assim que, em conseqüência da Renascença das letras, as mentes começaram a se tornar um pouco mais esclarecidas e se puseram conjuntamente a queixar-se dos abusos. Todos concordam que essas queixas eram legítimas.

O papa Alexandre VI havia comprado publicamente a mitra papal, e seus cinco bastardos partilhavam das vantagens que ela lhe trazia. Seu filho, o cardeal duque de Bórgia, mandou matar, com o consentimento do papa seu pai, as famílias dos Vitelli, dos Urbino, dos Gravina, dos Oliveretto e centenas de outros nobres, a fim de apoderar-se de seus domínios. O papa Júlio II, animado pelo mesmo espírito, excomungou o rei Luís XII e deu seu reino ao primeiro que o tomasse; ele próprio, um capacete na cabeça e uma couraça em volta do torso, submeteu a ferro e fogo uma parte da Itália. O papa Leão X, a fim de financiar seus próprios prazeres, traficava com indulgências como se vendem as vitualhas no mercado público. Os que se rebelaram contra tantos banditismos não tinham, ao menos, qualquer defeito moral. Vamos ver se eles possuíam defeitos políticos que nos pudessem contrariar.

Eles diziam que, se Jesus Cristo nunca havia exigido anatas, nem cobrado quintos das colheitas, nem tampouco vendido dispensações especiais para os atos deste mundo ou indulgências para o outro, eles podiam dispensar a si próprios de pagar a um príncipe estrangeiro o preço de todas essas coisas. Quanto às anatas, as custas dos processos que corriam em Roma, ou as dispensações, cuja venda subsiste ainda hoje, não nos custavam menos do que quinhentos mil francos por ano; portanto, está claro que, desde o tempo do rei Francisco I, durante 250 anos, pagamos 125 milhões de francos; se avaliarmos a diferença no valor da prata, essa soma compõe cerca de 250 milhões de hoje. Podemos então concordar, sem qualquer blasfêmia, que os heréticos, ao proporem a abolição desses impostos singulares, perante os quais a posteridade se enche de espanto, não estavam absolutamente causando um grande mal ao reino e que eram mais bons calculadores do que maus súditos. Podemos acrescentar que eles eram os únicos que sabiam falar a língua grega e que conheciam a Antigüidade. Não dissimulemos de forma alguma que, apesar de seus

erros, nós lhes devemos o desenvolvimento do espírito humano, por tanto tempo amortalhado na mais espessa barbárie.

No entanto, uma vez que eles negavam a existência do purgatório, algo de que não devemos duvidar e que, aliás, dava muitos lucros aos monges; como eles não reverenciavam as relíquias que todos nós devemos venerar, mas que lhes traziam lucros ainda maiores; finalmente, porque eles atacavam os dogmas mais respeitáveis[1], a única resposta que lhes deram foi queimá-los na fogueira. O rei, que os protegia e os assalariava na Alemanha, marchou sobre Paris à frente de uma procissão, depois da qual foram executados muitos desses infelizes. Vejamos como foi essa execução: eles eram suspensos na ponta de uma longa trave horizontal que se movia como uma basculante afixada a um tronco de árvore erguido; era acesa uma grande fogueira embaixo deles; eles eram mergulhados no fogo e erguidos alternadamente; experimentavam tormentos mortais de forma gradativa, até que expirassem em conseqüência do mais longo e assustador suplício que jamais foi inventado pela barbárie.

Pouco tempo antes da morte de Francisco I, alguns deputados do parlamento da província de Provença, insuflados pelos eclesiásticos contra os habitantes de Mérindol e de Cabrières, solicitaram ao rei o envio de tropas para apoiar a execução de dezenove pessoas dessa região que eles haviam condenado; aproveitaram para massacrar seis mil, sem perdoar mulheres, nem velhos, nem crianças; reduziram trinta aldeias a cinzas. Essas pessoas, até então desconhecidas, certamente haviam agido mal por terem nascido valdenses; esta era a sua única iniqüidade. Tinham se estabelecido havia trezentos anos em regiões desertas e em montanhas que haviam tornado férteis mediante um labor incrível. Sua vida pastoril e tranqüila reproduzia a inocência atribuída às primeiras idades do mundo. Eles não conheciam as cidades vizinhas senão para ir comerciar os frutos da terra que nelas vendiam; ignoravam os processos dos tribunais e as guerras; nem ao menos se defenderam; foram degolados como animais fugitivos que se leva a um curral para matar.[2]

Depois da morte de Francisco I, um príncipe mais conhecido por suas galanterias e infelicidades do que por sua crueldade, o suplício de mil hereges, entre eles o conselheiro parlamentar Dubourg, e depois o massacre de Vassy acabaram por armar os perseguidos, cuja seita tinha se multiplicado à luz das fogueiras e sob os ferros dos carrascos, a raiva sucedeu à paciência; eles passaram a imitar as crueldades de seus

inimigos; nove guerras civis encheram a França de carnificinas; uma paz mais funesta do que a guerra produziu a noite de São Bartolomeu, da qual não havia qualquer exemplo semelhante nos anais dos crimes.

A Liga Católica assassinou os reis Henrique III e Henrique IV pelas mãos de um conservador jacobino e de um monstro que havia pertencido aos monges bernardos. Há quem afirme que o humanismo, a indulgência e a liberdade de consciência são coisas horríveis; mas, falando de boa-fé, quando foi que produziram calamidades comparáveis?

[1]. Eles renovavam a posição de Bérenger sobre a Eucaristia; negavam que um corpo pudesse estar em cem mil lugares diferentes, mesmo por meio da onipotência divina; negavam que os atributos pudessem existir sem sujeito; acreditavam que era absolutamente impossível que aquilo que é pão e vinho aos olhos, ao paladar e ao estômago pudesse ser aniquilado no mesmo momento em que existe; sustentavam todos esses erros, condenados antigamente nos escritos de Bérenger. Eles se fundamentavam em numerosas passagens dos primeiros pais da Igreja, sobretudo sobre São Justino, que diz expressamente em seu diálogo contra Trifônio: "A oblação da flor de farinha... é a figura da Eucaristia que Jesus Cristo nos ordena fazer em memória de sua paixão. Καί η τής σεμιδαλέως... τύπος ήυ τοΰ άρτου τής εύχαριστίας, όυ είς άυάμυησιυ τοϋ πάθους... ΄Ιησοΰς Χριστός ό αϋριος ήμών παρέδοκε ποιεϊυ". (Página 119, Edição Londinensis, 1719, in-oitavo.)

Eles retomavam tudo o que fora dito nos primeiros séculos contra o culto das relíquias e citavam estas palavras de Vigilantius: "Será necessário que respeiteis ou até mesmo adoreis uma poeira vil? As almas dos mártires ainda animam suas cinzas? Os costumes dos idólatras se introduziram na Igreja: começam a acender archotes à luz do meio-dia. Durante nossa vida, podemos rezar uns pelos outros; porém, após a morte, para que servem essas preces?".

Mas eles não referiam o quanto São Jerônimo se havia manifestado contra essas palavras de Vigilantius. Enfim, queriam conduzir tudo de volta aos tempos apostólicos e não queriam aceitar que, tendo a Igreja se expandido e fortificado, ela tivera necessariamente de expandir e fortificar sua disciplina: eles condenavam as riquezas, que pareciam não obstante necessárias para sustentar a majestade do culto. (N.A.)

[2]. A sra. de Cental, a quem pertencia uma parte das terras assoladas e sobre as quais somente se viam agora os cadáveres de seus habitantes, exigiu justiça ao rei Henrique II, que a enviou ao parlamento de Paris. O advogado-geral da Provença, chamado Guérin e principal autor dos massacres, foi o único condenado a perder a cabeça. De Thou diz que ele expiou sozinho a pena dos outros culpados, *quod aulicorum favore destitueretur*, ou seja, porque não dispunha de amigos na corte. (N.A.)

CAPÍTULO IV

Sobre o perigo da tolerância e por quais povos ela é permitida

Alguns têm afirmado que, se usássemos de uma indulgência paternal com relação a nossos irmãos mal-orientados que rezam a Deus em mau francês, seria o mesmo que lhes pôr armas nas mãos; que logo veríamos novas batalhas de Jarnac, de Moncontour, de Coutras, de Dreux, de Saint-Denis etc. Isso é algo que ignoro, porque não sou profeta, mas me parece que não se raciocina corretamente quando se afirma: "Essa gente não se revolta quando lhes fazem o mal, porém é certo que se rebelarão quando lhes fizerem o bem".

Eu ousaria tomar a liberdade de convidar aqueles que estão na chefia do governo, aqueles que são destinados a grandes cargos, a dignar-se a um exame maduro sobre se é efetivamente temível que a doçura produza as mesmas revoltas que a crueldade fez nascer; se o que aconteceu dentro de certas circunstâncias deve ocorrer em circunstâncias diferentes; e se os tempos, as opiniões e os costumes são sempre os mesmos.

Os huguenotes, sem dúvida, se embriagaram de fanatismo e se banharam de sangue, tal como nós. Mas a geração presente é tão bárbara como o foram seus pais? Nosso tempo, a razão que progrediu tanto, os bons livros, a delicadeza da sociedade não terão podido penetrar naqueles que conduzem o espírito dessa gente? E não percebemos que quase toda a Europa vem mudando de aspecto durante os últimos cinqüenta anos, aproximadamente?

Os governos se fortaleceram por toda a parte, ao mesmo tempo em que os costumes se amenizaram. De fato, a política geral, sustentada pelos numerosos exércitos agora existentes, não permite temer o retorno desses tempos anárquicos em que camponeses calvinistas combatiam camponeses católicos, arregimentados às pressas entre as semeaduras e as colheitas.

Outros tempos, outras preocupações. Seria absurdo executar hoje os dirigentes da Sorbonne só porque, outrora, a universidade apresentou petição para que a Donzela de Orléans fosse queimada viva; porque ela declarou o rei Henrique III destituído do direito de reinar; porque ela o excomungou; porque tornou proscrito o grande rei Henrique IV. Não serão tampouco processadas, sem a menor dúvida, as demais organizações do reino somente porque cometeram os mesmos excessos nessa época de

frenesi religioso: isso não só seria injusto, como também uma tolice tão grande quanto dar purgantes a todos os habitantes de Marselha porque contraíram a peste negra em 1720.

Iremos, por acaso, saquear Roma, como fizeram as tropas do imperador Carlos Quinto, porque o papa Sixto Quinto, em 1585, prometeu nove anos de indulgência a todos os franceses que pegassem em armas contra seu soberano? Não é suficiente impedir Roma de jamais se deixar levar novamente por excessos semelhantes?

A fúria que inspiraram o espírito dogmático e o abuso da religião cristã malcompreendida já derramou sangue bastante; já produziu tantos desastres na Alemanha, na Inglaterra e até mesmo na Holanda quanto na França. Todavia, nos dias que correm, as diferenças de religiões não causam mais quaisquer problemas nesses Estados: o judeu, o católico, o ortodoxo, o luterano, o calvinista, o anabatista, o sociniano, o menonita, o morávio e tantos outros vivem como irmãos nesses países e contribuem igualmente para o bem da sociedade.

Ninguém mais teme na Holanda que as afirmações de um Gomar**[1]** sobre a predestinação façam decapitar o *grande pensionário*, o presidente do conselho de ministros. Não se teme mais em Londres que as querelas entre os presbiterianos e os episcopais por causa da liturgia ou de uma sobrepeliz acabem por derramar o sangue de um rei no cadafalso. A Irlanda povoada e enriquecida não verá mais seus cidadãos católicos sacrificarem a Deus durante dois meses seus cidadãos protestantes, enterrá-los vivos, pendurar mães em forcas e amarrar as meninas ao pescoço de suas mães para vê-las morrerem juntas; abrir os ventres das grávidas, arrancar dali os fetos semiformados e lançá-los aos porcos e cães para serem devorados; colocar punhais nas mãos de prisioneiros sufocados no garrote e empurrar seus braços contra o peito de suas esposas, de seus pais, de suas mães, de suas filhas, imaginando que assim os tornariam mutuamente parricidas e os condenariam todos ao inferno ao mesmo tempo em que exterminavam a todos. Esse foi o relato de Rapin-Thoiras, que foi oficial na Irlanda e quase contemporâneo desses fatos; é o que registram todos os anais, todas as histórias da Inglaterra, ações que, sem a menor dúvida, jamais serão imitadas. A filosofia, unicamente a filosofia, irmã da religião, desarmou as mãos que a superstição havia ensangüentado por tanto tempo; e o espírito humano, ao despertar de sua embriaguez, assombrou-se ante os excessos a que o havia lançado o fanatismo.

Nós mesmos temos na França uma província opulenta em que o luteranismo é mais forte do que o catolicismo. A Universidade da Alsácia é controlada por luteranos; eles ocupam parte dos cargos municipais; jamais a menor disputa religiosa perturbou o repouso dessa província desde que ela passou a nos pertencer. Por quê? É porque nela ninguém foi perseguido. Quando não se busca magoar os corações, todos os corações estão a nosso favor.

Não estou dizendo que todos aqueles que não fazem parte da religião do príncipe devam partilhar dos cargos e das honras daqueles que pertencem à religião dominante. Na Inglaterra, os católicos são considerados como partidários do pretendente católico ao trono e não podem ser nomeados para as funções públicas; pagam até o dobro dos impostos; contudo, à exceção disso, gozam de todos os direitos dos cidadãos.

Suspeitou-se de que alguns bispos franceses pensem que sua honra não aceita e que não é de seu interesse permitir a presença de calvinistas em suas dioceses, neles sendo encontrado o principal obstáculo à tolerância, mas não posso acreditar nisso. O concílio dos bispos da França é composto por pessoas de qualidade que pensam e que agem com a nobreza digna de seu nascimento; são caritativos e generosos, justiça lhes seja feita; devem pensar que, certamente, seus diocesanos fugitivos não se converterão ao catolicismo em terras estrangeiras, mas que, trazidos para perto de seus pastores, poderiam ser esclarecidos por meio de suas instruções e tocados por seus exemplos; haveria honra em convertê-los; o poder temporal não teria nada a perder com isso e, quanto mais cidadãos houvesse, tanto mais produziriam as terras dos bispos.

Um bispo de Vármia, na Polônia, tinha um coletor de impostos anabatista e um cobrador sociniano; houve quem lhe propusesse demitir e processar um porque não acreditava na consubstanciação e o outro porque só batizava seus filhos aos quinze anos; ele respondeu que ambos seriam eternamente condenados no outro mundo, mas que, no mundo presente, lhe eram muito necessários.

Saiamos de nossa pequena esfera e examinemos o resto de nosso globo. O Grão Senhor dos turcos governa em paz vinte povos de diferentes religiões; duzentos mil ortodoxos gregos vivem com toda segurança somente em Constantinopla; é o próprio mufti muçulmano que nomeia e apresenta ao imperador o patriarca grego; até mesmo permitem a presença

de um patriarca latino. É o sultão que nomeia os bispos latinos para algumas das ilhas da Grécia.[2] Esta é a fórmula que ele emprega: “Eu lhe ordeno que vá residir como bispo na ilha de Quios, segundo o antigo costume e seus cerimoniais inúteis”. Esse império está repleto de jacobitas, nestorianos e monotelitas; há coptas, cristãos de São João, judeus, guebros e banianos. Os anais turcos não fazem menção de qualquer revolta provocada por alguma dessas religiões.

Vamos até a Índia, ou à Pérsia, ou à Tartária e lá encontraremos a mesma tolerância e a mesma tranqüilidade. Pedro, o Grande, na Rússia, favoreceu todos os cultos dentro de seu vasto império; o comércio e a agricultura só tiveram a ganhar com isso, e o corpo político nunca sofreu em conseqüência desse fato.

O governo da China jamais adotou, durante os mais de quatro mil anos em que é conhecido, senão o culto dos noáquidas, a adoração simples de um único Deus. Todavia, tolera as superstições dos Fus e uma multidão de bonzos que seriam perigosos se a prudência dos tribunais não os tivesse mantido sempre sob controle.

É verdade que o grande imperador Iungtching, talvez o mais sábio e mais magnânimo que jamais tenha surgido na China, expulsou os jesuítas, mas isso não se devia ao fato de que fosse intolerante; bem ao contrário, os jesuítas é que o eram. Eles mesmos relatam, em suas *Cartas curiosas*, as palavras que lhes disse o bom príncipe: “Eu sei que a vossa religião é intolerante; sei o que fizestes nas Manilhas e no Japão; vós enganastes meu pai, mas não espereis conseguir enganar a mim mesmo”. Que se leiam todos os discursos que ele se dignou a proferir-lhes e se identificará o mais sábio e o mais clemente dos homens. De fato, ele poderia aceitar a presença de cientistas físicos europeus que, sob o pretexto de mostrar termômetros e eolípilas, já haviam provocado a revolta de um príncipe do sangue? E o que teria dito esse imperador, caso tivesse lido nossas próprias histórias da época, se ficasse sabendo a respeito da Liga Católica e da Conspiração da Pólvora?

Para ele, já foi o bastante ser informado das querelas indecentes que surgiram entre os jesuítas, os dominicanos, os capuchinhos e os padres seculares enviados desde o fim do mundo a suas províncias: eles vinham pregar a verdade e se anatematizavam uns aos outros. Portanto, a única coisa que fez o imperador foi mandar de volta os perturbadores estrangeiros, mas com que bondade os expulsou! Que cuidados paternais

ele dispensou para que tivessem uma boa viagem e para que não fossem insultados ao longo das estradas! Até mesmo seu banimento foi um exemplo de tolerância e de humanidade.

Os japoneses[3] eram os mais tolerantes dentre todos os homens. Doze religiões estavam estabelecidas pacificamente em seu império; com os jesuítas, ficaram sendo treze, mas logo, porque não queriam que houvesse outras, todos sabemos o que disso resultou: uma guerra civil, não menos horrorosa do que a provocada pela Liga Católica, assolou o país. Finalmente, a religião cristã foi afogada em um mar de sangue; os japoneses fecharam os portos de seu império ao resto do mundo e consideram a todos nós como bestas cruéis, semelhantes àquelas de que os ingleses conseguiram livrar sua ilha. Foi em vão que o ministro Colbert, sentindo a necessidade que tínhamos dos japoneses, que não têm a menor necessidade de nós, tentou estabelecer comércio com seu império: haviam se tornado inflexíveis.

Desse modo, nosso continente inteiro nos prova que não é preciso nem anunciar, nem exercer a intolerância.

Lançai os olhos sobre o outro hemisfério; basta ir à Carolina, cujas leis foram redigidas pelo sábio Locke: segundo uma delas, bastavam sete pais de família para estabelecer um culto público aprovado pela lei; essa liberdade não fez nascer qualquer desordem. Mas Deus nos proteja de citar esse exemplo para encorajar a França a imitá-lo!... Estamos relatando-o somente para mostrar que os maiores excessos a que se possa levar a tolerância não foram seguidos pelas menores dissensões, o que não significa que um procedimento muito útil e muito bom em uma colônia nascente seja conveniente para um reino antigo.

Que diremos dos primitivos, aos quais denominamos *quakers* por troça, mas que, apesar de certos costumes talvez ridículos, foram tão virtuosos e ensinaram a paz inutilmente ao restante dos homens? Existem cem mil deles na Pensilvânia; a discórdia e a controvérsia são ignoradas nessa pátria feliz que eles criaram para si mesmos, e basta o nome de sua cidade de Filadélfia, que lhes recorda a todo momento que os homens são irmãos, como um exemplo para envergonhar os povos que ainda não aprenderam a tolerância.

Para finalizar, a tolerância nunca provocou guerras civis; a intolerância cobriu a terra de morticínios. Julguemos agora entre essas

duas rivais, entre a mãe que deseja que lhe matem o filho e a mãe que está disposta a entregá-lo a outra, desde que ele viva!

Só estou falando aqui do interesse das nações; respeitando, como realmente o faço, a teologia, apenas busco por meio deste artigo o bem físico e moral da sociedade. Suplico a todo leitor imparcial que sopese estas verdades, que as purifique e que as entenda. Os leitores atentos, que meditam e desenvolvem seus próprios pensamentos, sempre vão mais longe do que o autor.[4]

[1]. François Gomar era um teólogo protestante. Ele sustentava, em oposição a Arminius, seu colega, que Deus já destinara desde toda a eternidade a maior parte dos homens a serem queimados eternamente: esse dogma infernal foi comprovado, tal como deveria ser, por meio da perseguição. Barneveldt, o presidente do conselho de ministros, cujo título era o "Grande Pensionário" e que pertencia ao partido contrário ao de Gomar, teve a cabeça cortada aos 72 anos de idade, a 13 de maio de 1629, "por haver contristado tanto quanto possível a Igreja de Deus". (N.A.)

[2]. Ver Ricaut. (N.A.)

[3]. Ver Kempfer e todos os relatórios sobre o Japão. (N.A.)

[4]. O sr. de la Bourbonnaie, intendente de Rouen, disse que as fábricas de chapéus transferiram-se para Caudebec e Neuchâtel [Suíça] como resultado da fuga dos refugiados. O sr. Foucaut, intendente de Caen, disse que o comércio caiu pela metade de um modo geral. O sr. de Maupeou, intendente de Poitiers, afirmou que a manufatura de drogas medicinais havia sido extinta. O sr. de Bezons, intendente de Bordeaux, queixou-se de que o comércio de Clérac e de Nérac havia desaparecido totalmente. O sr. de Miroménil, intendente de Touraine, declarou que o comércio em Tours havia diminuído na ordem de dez milhões por ano; tudo isso como resultado das perseguições. (Ver os relatórios dos intendentes para o ano de 1698.) Conte-se acima de tudo o número de oficiais de terra e de mar e o de marinheiros que foram obrigados a servir contra a França, muitas vezes dando aos inimigos uma funesta vantagem, e decida-se se a intolerância causou ou não qualquer mal ao Estado.

Não temos aqui a temeridade de propor pontos de vista aos ministros, cuja inteligência e grandes idéias conhecemos e cujo coração é tão nobre quanto o seu nascimento: eles perceberão rapidamente que o restabelecimento de nossa marinha exigirá alguma indulgência para com os habitantes de nossas costas. (N.A.)

CAPÍTULO V

Como a tolerância pode ser admitida

Ouso supor que um ministro esclarecido e magnânimo, um prelado humano e sábio, um príncipe que sabe que seu interesse consiste em conservar um grande número de súditos e que sua glória repousa sobre sua felicidade, digne lançar os olhos sobre este escrito informe e defeituoso; ele o completará com os próprios conhecimentos e então dirá a si mesmo: que tenho a perder, ao ver a terra cultivada e desenvolvida por mais mãos laboriosas, com o aumento dos impostos e com o maior florescimento do Estado?

A Alemanha seria hoje um deserto coberto pelas ossadas de católicos, evangélicos, reformados e anabatistas, assassinados uns pelos outros, se a paz de Vestfália não tivesse finalmente produzido a liberdade de consciência.

Temos judeus em Bordeaux, em Metz e na Alsácia; temos luteranos, molinistas e jansenistas; não podemos aceitar e conter os calvinistas mais ou menos nas mesmas condições com que os católicos são tolerados em Londres? Quanto mais seitas houver, menos cada uma delas será perigosa; a multiplicidade as enfraquece; todas são reprimidas por leis justas que proíbem as assembléias tumultuosas, as injúrias e as sedições, e que são sempre mantidas em vigor pela força coerciva.

Sabemos que vários chefes de família, os quais reuniram grandes fortunas nos países estrangeiros, estão prontos a retornar à sua pátria; eles apenas exigem a proteção das leis naturais, isto é, que seus casamentos sejam considerados válidos, que seus filhos sejam considerados legítimos, que tenham o direito de herdar de seus pais e que seus parentes possam movimentar-se com liberdade. Não é necessário que tenham templos públicos, nem direito a exercer cargos municipais, nem a receber dignidades: os católicos não os têm em Londres nem em vários outros países. Não se trata em absoluto de conceder-lhes privilégios imensos, nem posições no governo a membros de uma facção, mas de permitir que pessoas pacíficas vivam em paz, de amenizar editos que, em épocas passadas, talvez tenham sido necessários, porém não mais o são. Não é nossa função indicar ao ministério o que pode fazer; basta que lhe imploremos em favor dos desafortunados.

Quantos meios existem de torná-los úteis e impedir que jamais venham a ser perigosos! A prudência do ministério e do conselho, apoiada pela força, encontrará facilmente esses meios, que tantas outras nações empregam com bastante êxito.

Há fanáticos ainda entre a populaça calvinista, mas é inegável que existe um número suficiente deles na populaça católica convulsionada por agitações. O rancor dos insensatos de Saint-Médard nem é levado em conta pela nação, enquanto o dos profetas calvinistas é aniquilado. O melhor método de diminuir o número dos maníacos, se é que existe, é o de deixar essa doença do espírito sob o controle da razão, que esclarece aos homens lentamente, mas de maneira infalível. A razão é doce, é humana, inspira a indulgência, abafa a discórdia, fortalece a virtude, torna agradável a obediência às leis, mais ainda que a força pode obrigar a cumpri-las. E não se deverá levar em conta o ridículo que todas as pessoas sensatas atribuem hoje aos excessos religiosos? Esse ridículo é uma poderosa barreira contra as extravagâncias de todos os sectários. É como se os tempos passados nunca tivessem transcorrido. É preciso sempre partir do ponto em que se está, desse ponto ao qual as nações conseguiram chegar.

Houve tempo em que se acreditava obrigatório sentenciar aqueles que ensinavam uma doutrina contrária às categorias de Aristóteles, ao horror do vácuo, às qüididades e ao universal da parte da coisa. Temos na Europa mais de cem volumes de jurisprudência sobre a feitiçaria e sobre a forma de distinguir entre bruxas falsas e verdadeiras. A excomunhão dos gafanhotos e de outros insetos nocivos às plantações esteve em amplo uso e permanece até hoje em muitos rituais. Esses costumes já passaram; deixamos em paz Aristóteles, as bruxas e os gafanhotos. Exemplos dessas graves demências, outrora tão importantes, são inumeráveis e chegam a retornar de tempos em tempos; porém, quando já causaram seus efeitos, quando nos saciamos deles, desaparecem. Se alguém se declarasse hoje em dia carpocrático, euriqueano, monotelita, monofisista, nestoriano, maniqueu etc., o que conseguiria com isso? Seria alvo de riso, como um homem que se veste à moda antiga, com uma gola engomada em rufo e um gibão.

A nação começava a entreabrir os olhos na época em que os jesuítas Le Tellier e Doucin redigiam a bula *Unigenitus*, que enviaram a Roma: eles acreditavam ainda estar naqueles tempos da ignorância em que as

pessoas adotavam sem exame as asserções mais absurdas. Eles ousaram proibir esta proposição, que é de verdade universal em todos os casos e em todos os tempos: “O temor de uma excomunhão injusta não deve impedir alguém de cumprir seu dever”. Isso era o mesmo que proscrever a razão, as liberdades da Igreja Galicana e os próprios alicerces da moral; era o mesmo que dizer aos homens: “Deus vos ordena que nunca cumprais vosso dever, desde que temais a injustiça”. Jamais o bom senso foi ferido de maneira mais afrontosa. Mas os conselheiros de Roma não se fizeram de rogados. A cúria romana foi persuadida de que essa bula era necessária e de que a nação a desejava; foi assinada, selada e enviada: todos sabemos suas conseqüências. Certamente, caso tivessem sido previstas, a bula teria sido mitigada na fonte. As dissensões foram tremendas; somente a prudência e a bondade do rei é que as pacificou.

O mesmo acontece com relação a uma grande parte dos pontos que causam divisão entre os protestantes e nós mesmos; vários deles não têm a menor conseqüência; existem outros mais graves, mas sobre os quais os furores das disputas já se amorteceram tanto que os próprios protestantes não pregam mais essas controvérsias em qualquer de suas igrejas.

Estamos, portanto, em um tempo de degustação, de saciedade ou, antes, em um período de razão que se pode abraçar como uma época e um penhor de tranqüilidade pública. A controvérsia é uma moléstia epidêmica que está chegando ao fim, e essa peste, de que nos curamos, exige agora apenas uma autoridade branda. Afinal, o interesse do Estado é o de que os filhos expatriados retornem com modéstia para a casa de seu pai: a humanidade o exige, a razão o aconselha e a política não pode se assustar com isso.

CAPÍTULO VI

Se a intolerância pode ser de direito natural e de direito humano

Direito natural é aquele que a natureza indica a todos os homens. Você cria um filho, ele lhe deve respeito na qualidade de seu pai e reconhecimento na qualidade de seu benfeitor. Você tem direito aos produtos da terra que cultivou com suas próprias mãos. Você fez ou recebeu uma promessa; ela deve ser cumprida.

O direito humano não pode ser fundamentado em nenhum caso senão sobre esse direito da natureza; e o grande princípio, o princípio universal de um e do outro, é o mesmo em toda a terra: "Não faças aos outros o que não queres que te façam". Ora, não se percebe como, segundo esse princípio, um homem poderia dizer a outro: "Crê no que eu creio e não no que não podes crer; caso contrário, morrerás". É isso que se diz em Portugal, na Espanha ou em Goa. Atualmente, em alguns outros países, prefere-se dizer: "Crê, ou te odiarei; crê, ou te farei todo o mal que estiver a meu alcance; monstro, se não tens minha religião, então não tens religião nenhuma; terás de ser um motivo de horror para teus vizinhos, tua cidade e tua província".

Se fosse o direito humano que nos levasse a nos conduzirmos dessa maneira, seria necessário que os japoneses detestassem os chineses, que, por sua vez, execrariam os siameses; estes perseguiriam os habitantes do Ganges, que se lançariam contra os moradores do Indo; um mongol arrancaria o coração do primeiro malabar que encontrasse; os malabares poderiam matar os persas, que poderiam massacrar os turcos: e todos juntos se lançariam contra os cristãos, se bem que estes vêm de fato devorando uns aos outros há muito tempo.

O direito da intolerância é, portanto, absurdo e bárbaro; é o direito dos tigres, sendo bem mais horrível também, porque os tigres dilaceram suas presas para comer, enquanto nós nos exterminamos por causa de alguns parágrafos.

CAPÍTULO VII

Se a intolerância era demonstrada pelos gregos

Todos os povos de que a história nos deu alguns fracos conhecimentos consideraram suas diferentes religiões como laços para a união da sociedade: havia uma associação entre os deuses, tal como havia entre os homens. Quando um estrangeiro chegava a uma cidade, começava sua permanência por um ato de culto aos deuses do país. Ninguém se furtava a adorar sequer os deuses de seus inimigos. Os troianos dirigiam preces aos deuses que combatiam pelos gregos.

Alexandre foi aos desertos da Líbia consultar o oráculo do deus Amon, ao qual os gregos deram o nome de *Zeus* e os romanos de *Júpiter*, ainda que uns e outros tivessem seus próprios templos erigidos a *Júpiter* e a *Zeus* em suas cidades. Quando uma cidade era cercada, costumava-se fazer sacrifícios e enviar preces aos deuses da cidade para que se tornassem favoráveis. Desse modo, mesmo no meio da guerra, a religião reunia os homens e algumas vezes amenizava suas fúrias, ainda que, outras vezes, lhes ordenasse praticar ações desumanas e horríveis.

Posso até me enganar, todavia, segundo me parece, dentre todos os povos antigos que investigamos, nenhum perturbou a liberdade de pensamento. Todos tinham uma religião; contudo, a impressão que tenho é que eles a usavam para tratar os homens do mesmo modo como se relacionavam com os deuses: todos reconheciam a existência de um deus supremo, mas associavam a ele uma quantidade prodigiosa de divindades inferiores; tinham um único culto, mas permitiam o funcionamento de uma multidão de sistemas particulares.

Os gregos, por exemplo, por mais religiosos que fossem, consideravam bom que os epicuristas negassem a Providência e a existência da alma. E nem falo de todas aquelas outras seitas que combatiam as idéias sãs que devemos ter a respeito do Ser Criador, mas que eram todas toleradas mesmo assim.

Sócrates, aquele que mais se aproximou do conhecimento do Criador, sofreu, segundo se diz, o castigo por suas idéias e morreu mártir da Divindade: ele foi o único que os gregos condenaram a morrer em virtude de suas opiniões. Se essa foi efetivamente a causa de sua condenação, mesmo isso não foi um tributo à intolerância, porque apenas puniu aquele que dava glória a um único Deus, enquanto se honrava a

todos aqueles que se referiam à Divindade com as noções mais indignas. Os inimigos da tolerância não devem, segundo minha opinião, apoiar-se no exemplo odioso dos juízes de Sócrates.

É evidente, aliás, que ele foi vítima de um partido furiosamente animado contra ele. Fizera inimigos irreconciliáveis entre os sofistas, os oradores e os poetas que ensinavam nas escolas e até mesmo entre todos os preceptores que tinham a seus cuidados os filhos das famílias distintas. Ele mesmo admite, em seu discurso transcrito por Platão, que ia de casa em casa provar a esses preceptores que não passavam de ignorantes. Tal conduta não era digna daquele que um oráculo havia proclamado como sendo o mais sábio dos homens. Foram suas próprias atitudes que açularam contra ele um sacerdote e um membro do Conselho dos Quinhentos, que o acusaram. Confesso que não sei precisamente de quê, pois sua *Apologia* é demasiado vaga; apenas diz, de forma geral, que lhe imputaram inspirar à juventude máximas contra a religião e o governo. É assim que agem diariamente os caluniadores por todo o mundo; porém, em um tribunal, são necessários fatos comprovados, peças de acusação precisas e circunstanciadas; e destas não recebemos a menor descrição no relato do processo de Sócrates; somente sabemos que ele teve, ainda assim, 220 votos em seu favor. O tribunal dos quinhentos continha, portanto, 220 filósofos, e esse é um número muito grande: duvido que se conseguisse encontrar tantos reunidos em qualquer outra parte. Seja como for, a maioria votou em favor da cicuta. No entanto, também lembramos que os atenienses, caindo em si, demonstraram horror pelos acusadores e pelos juízes; que Melitos, o principal responsável pela condenação, foi posteriormente condenado à morte como conseqüência dessa injustiça; que outros foram banidos e que um templo foi erguido em honra de Sócrates. Jamais a filosofia foi tão vingada quanto honrada. O exemplo de Sócrates, bem-examinado, é o mais terrível argumento que se pode alegar contra a intolerância. Os atenienses ergueram um altar dedicado aos deuses estrangeiros, aos deuses que não podiam conhecer. Poderia haver uma prova mais forte, não somente de indulgência para com todas as nações, mas ainda de respeito com relação a seus cultos?

Um homem honesto, que não é inimigo nem da razão, nem da literatura, nem da probidade, nem tampouco da pátria, ao justificar, pouco tempo depois, o massacre do dia de São Bartolomeu, citou a Guerra dos Fócios, denominada então de *guerra santa*, como se tivesse sido

deflagrada em função de cultos, em defesa de dogmas ou de discussões teológicas; de fato, foi causada pela disputa sobre a quem pertenceria um determinado campo; esse é o motivo de todas as guerras. Hastes de trigo não são um símbolo de crença; nunca qualquer cidade grega entrou em combate para defender opiniões. Aliás, o que pretendia esse homem modesto e doce? Queria que iniciássemos uma guerra santa?

CAPÍTULO VIII

SE OS ROMANOS FORAM INTOLERANTES

Entre os antigos romanos, desde Rômulo até a época em que os cristãos entraram em disputa com os sacerdotes do Império, nunca se soube de um único homem que fosse perseguido somente por seus sentimentos. Cícero duvidava de tudo, Lucrécio negava tudo; e nenhum dos dois jamais foi sequer de leve censurado. A liberdade chegava a tal ponto que o naturalista Plínio começa seu livro negando a existência de um deus e dizendo que, caso exista algum, então esse só pode ser o sol. Cícero, falando a respeito dos infernos, diz: "*Non est anus tam excors quae credat*" (não existe sequer uma velha tão imbecil que acredite neles). Juvenal diz: "*Nec pueri credunt*" (nem sequer os meninos acreditam nisso) (Sátira II, verso 152). E se cantou nos palcos dos teatros de Roma:

> *Post mortem nihil est, ipsaque mors nihil.*
> Nada existe após a morte e a própria morte não é nada.
> (Sêneca, *Trôade:* coro do final do segundo ato)

Abominamos essas máximas e, não obstante, as perdoamos porque provêm de um povo que os Evangelhos não haviam ainda esclarecido: são falsas e são ímpias, mas só podemos concluir que os romanos eram muito tolerantes, porque nenhuma delas jamais provocou o menor murmúrio de revolta.

O grande princípio do senado e do povo romanos era: "*Deorum offensae diis curae*" (somente os deuses devem ocupar-se das ofensas feitas aos deuses). Esse povo real só queria conquistar, governar e policiar o universo inteiro. Eles foram nossos legisladores, tanto quanto nossos vencedores; e o próprio César, que nos deu grilhões, leis e jogos circenses, nunca tentou forçar-nos a abandonar os druidas em favor dele mesmo, ainda que fosse o sumo pontífice de uma nação que era nossa soberana.

Os romanos não professavam todos os cultos, nem davam a todos a sanção pública, mas permitiam que todos fossem celebrados. Eles não tinham qualquer objeto material de culto a Numa, não fabricavam nenhum simulacro, não lhe erguiam qualquer estátua; todavia, eles o colocaram entre os deuses *majorum gentium*, que ficaram conhecendo através dos gregos. A Lei das Doze Tábuas, *Deos peregrinos ne colunto*, se reduzia a determinar o culto público somente às divindades superiores aprovadas pelo senado. Ísis teve um templo em Roma até o tempo em que o

imperador Tibério o mandou demolir, depois que os sacerdotes desse templo, corrompidos pelo dinheiro de Mundus, permitiram que se deitasse publicamente no templo, sob o disfarce do deus Anúbis, com uma mulher chamada Paulina. É verdade que Flávio Josefo é o único a nos relatar essa história; ele não era contemporâneo, foi crédulo e exagerou em seus escritos. É pouco provável que, em uma época tão esclarecida como a de Tibério, uma dama de alta condição tivesse sido imbecil o bastante para acreditar que estava recebendo os favores do deus Anúbis.

Quer esse episódio seja verdadeiro ou falso, permanece certo que a superstição egípcia tinha construído um templo em Roma com o consentimento público. Os judeus comerciavam em Roma desde os tempos das guerras púnicas; construíram sinagogas na época do imperador Augusto e as conservaram em quase todas as épocas, assim como existem na Roma moderna. Poderá haver um maior exemplo de que a tolerância era considerada pelos romanos como a lei mais sagrada dentre os direitos humanos?

Segundo nos dizem, assim que os cristãos apareceram, eles foram perseguidos por esses mesmos romanos que não perseguiam ninguém. Parece-me evidente que tais fatos são totalmente falsos; o próprio São Paulo pode servir como prova disso. Nos *Atos dos Apóstolos*[1], ficamos sabendo que São Paulo tinha sido acusado pelos judeus de querer destruir a lei mosaica em favor de Jesus Cristo, ocasião em que São Tiago propôs a São Paulo que mandasse raspar a cabeça e fosse se purificar no templo juntamente com quatro judeus, "e saberão todos que não é verdade o que se diz a teu respeito e que, pelo contrário, andas também, tu mesmo, guardando a lei de Moisés".

Paulo, um cristão, foi submeter-se a todas as cerimônias judaicas de purificação durante sete dias; porém, os sete dias ainda não haviam passado quando foi reconhecido por judeus vindos da Ásia e, ao verem que ele havia entrado no templo, não somente com judeus, mas também com gentios, gritaram que houvera profanação: ele foi preso, levado à presença do governador Félix e, mais tarde, ao tribunal de Festo. Uma multidão de judeus exigiu sua morte, mas Festo respondeu: "Não é costume dos romanos condenar quem quer que seja, sem que o acusado tenha presentes os seus acusadores e tenha tido liberdade de defender-se da acusação".[2]

Essas palavras são ainda mais dignas de nota por advirem desse magistrado romano que parecia não ter qualquer consideração em especial

por São Paulo, nem haver sentido por ele nada mais do que desprezo: enganado pelo julgamento falso de sua razão, ele diretamente lhe disse que era demente: "*Multae te litterae ad insaniam convertunt*"**[3]** (Estás louco, Paulo: as muitas letras te fazem delirar). A única coisa a que Festo dava ouvidos era a eqüidade da lei romana que o levava a proteger um desconhecido que não tinha condições de estimar.

Eis o próprio Espírito Santo declarando que os romanos não eram perseguidores, mas, ao contrário, justos. Não foram os romanos que se sublevaram contra São Paulo, foram os judeus. São Tiago, irmão de Jesus, foi apedrejado por ordem de um judeu saduceu, e não por um romano. Foram somente judeus que apedrejaram Santo Estevão;**[4]** e, enquanto São Paulo guardava as vestes dos executores**[5]**, certamente não estava agindo em sua condição de cidadão romano.

Os primeiros cristãos, sem a menor dúvida, não tinham nada a discutir com os romanos; seus únicos inimigos eram os judeus, dos quais estavam começando a se separar. Todos sabemos que ódio implacável demonstram todos os sectários aos que abandonam sua seita. Certamente ocorreram tumultos nas sinagogas de Roma. Suetônio nos diz em sua *Vida de Cláudio* (capítulo XXV): "*Judaeos, impulsore Christo assidue tumultuantes, Roma expulit*" (Os judeus que, instigados por Cristo, promoviam freqüentes tumultos foram expulsos de Roma). Ele se enganava ao dizer que haviam sido "instigados por Cristo": nem poderia conhecer os detalhes da vida de um povo tão desprezado em Roma quanto o era o povo judeu, mas não se enganava com a ocasião desses distúrbios. Suetônio escrevia sob o governo do imperador Adriano, no segundo século de nossa era; nesse tempo, os cristãos não se distinguiam dos judeus aos olhos dos romanos. Essa passagem de Suetônio nos faz perceber que os romanos, longe de oprimir os primeiros cristãos, reprimiam os judeus que os perseguiam. Eles queriam que a sinagoga de Roma tivesse para com seus irmãos separados a mesma indulgência que o senado tinha para com ela; e os judeus expulsos retornaram pouco tempo depois; chegaram a alcançar altos cargos, apesar das leis que os excluíam deles; isso nos é informado por Dion Cássio e por Ulpiano.**[6]** Seria mesmo possível que, após a destruição de Jerusalém, os imperadores romanos houvessem prodigalizado dignidades aos judeus e que ao mesmo tempo tivessem

perseguido, entregue aos carrascos e às feras os cristãos, que consideravam como somente outra seita dos judeus?

Dizem que Nero os perseguiu. Tácito nos fala que foram acusados do incêndio de Roma e que foram abandonados à fúria do povo. Eles estavam sendo acusados em razão de sua crença? É claro que não. Podemos dizer que os chineses que foram mortos pelos holandeses há alguns anos, nos bairros de Batávia, foram imolados à religião? Por mais vontade que alguém tenha de enganar a si próprio, é impossível atribuir à intolerância o desastre que recaiu sobre alguns infelizes meio-judeus e meio-cristãos sob o governo de Nero.

[1]. Capítulos XXI e XXIV. (N.A.)
[2]. Atos, XXV, 16. (N.A.)
[3]. Ibidem, XXVI, 24. (N.A.)
[4]. Ainda que os judeus não dispusessem do direito do gládio depois que Arquelau foi exilado para a terra dos alobrógios e que a Judéia passou a ser governada como uma província imperial, era comum que os romanos fechassem os olhos quando os judeus exerciam um julgamento por motivos religiosos, isto é, quando, durante uma revolta súbita, eles apedrejavam por zelo religioso alguém que acreditassem ter blasfemado. (N.A.)
[5]. Atos, VII, 57.
[6]. *Ulpiano*, Digesto, l. I, Título II: *Eis que judaicam superstitionem sequuntur honores adipisci permiserunt, etc*. (N.A.)

CAPÍTULO IX

Sobre os mártires

Logo a seguir houve o martírio dos cristãos. É muito difícil saber precisamente por que razões esses mártires foram condenados, mas ouso crer que nenhum deles o foi, sob os primeiros césares, somente por causa de sua religião, já que todas eram toleradas. Por que iriam procurar e perseguir homens obscuros somente pelo fato de que participavam de um culto particular, nesse tempo em que todos os demais eram permitidos?

Os imperadores Tito, Trajano, Antonino e Décio não eram bárbaros. Como podemos imaginar que eles tenham privado apenas os cristãos de uma liberdade de que gozava a terra inteira? Eles poderiam ter ousado acusá-los de celebrar mistérios secretos, ao mesmo tempo em que os mistérios de Ísis, os de Mitra e os da deusa da Síria, todos estranhos ao culto romano, eram permitidos sem contradição? Não; é necessário que as perseguições tenham tido outras causas e que ódios particulares, apoiados por razões de estado, tenham derramado o sangue dos cristãos.

Por exemplo, quando São Lourenço recusou-se a entregar ao prefeito de Roma, Cornelius Secularis, o dinheiro dos cristãos que tinha sob sua guarda, é natural que o prefeito e o imperador se irritassem. Como eles podiam saber se era verdade que São Lourenço tivesse mesmo distribuído esse dinheiro entre os pobres e que ele fizera uma obra caridosa e santa? Eles o consideraram como um devedor relapso e o executaram.

Consideremos o martírio de São Polieucto. Ele foi condenado somente por causa de sua religião? Ele entrou em um templo no qual se rendiam ações de graças aos deuses pela vitória do imperador Décio, insultou os sacrificadores, derrubou os altares e quebrou as estátuas. Em que país do mundo ele seria perdoado por tal atentado? O cristão que rasgou publicamente um édito do imperador Diocleciano e que atraiu sobre seus irmãos a grande perseguição ocorrida nos dois últimos anos do reinado desse príncipe não demonstrou um zelo sensato e teve a infelicidade de ser a causa do desastre de seu partido. Esse zelo desconsiderado, que explodiu muitas vezes e chegou a ser condenado por muitos dos padres da Igreja, foi provavelmente a causa de todas as perseguições.

Não estou absolutamente querendo fazer uma comparação entre os primeiros protestantes e os primeiros cristãos. De forma alguma pretendo equiparar o erro e a verdade, colocando-os lado a lado; contudo, Farel, predecessor de Jean Calvin, fez em Arles o mesmo que São Polieucto fez na Armênia. Havia uma procissão nas ruas, em que era levada em andor a imagem de Santo Antônio Eremita. Farel, acompanhado de alguns de seus seguidores, lançou-se contra os monges que transportavam a imagem de Santo Antônio, espancou-os, dispersou-os e jogou Santo Antônio no rio. Ele merecia a morte, mas não a recebeu, porque teve tempo de fugir. Se ele se tivesse contentado em gritar aos monges que não acreditava que um corvo tivesse trazido a metade de um pão para Santo Antônio Eremita, nem que esse Santo Antônio tivesse conversado com centauros e sátiros, teria merecido uma forte repreensão, porque estava perturbando a ordem pública; porém, se nessa noite, depois da procissão, ele tivesse discutido pacificamente a história do corvo, dos centauros e dos sátiros, ninguém teria nada a lhe reprovar.

Mas então!? Os romanos teriam suportado que o infame Antínoo fosse alçado à condição dos deuses secundários e teriam estraçalhado, jogado às feras todos aqueles de quem só se poderia censurar por adorar pacificamente um justo!? Mas como!? Eles reconheceriam a existência de um Deus supremo**[1]**, um Deus soberano, senhor de todos os deuses secundários, conforme atestava esta fórmula: *Deus optimus maximus* (O deus maior entre os melhores). E depois iriam caçar aqueles que adoravam um Deus único!?

Não é crível que jamais tenha havido uma inquisição contra os cristãos sob o governo dos imperadores romanos, nem que sequer tenham ido a suas casas a fim de interrogá-los a respeito de suas crenças. Nesse sentido, nunca foram perturbados nem judeus, nem sírios, nem egípcios, nem bardos, nem druidas, nem filósofos. Os mártires foram, portanto, aqueles que se revoltaram contra os falsos deuses. Era uma coisa muito acertada e piedosa não acreditar neles; todavia, se não se contentaram em adorar um Deus em espírito e em verdade, mas se rebelaram violentamente contra o culto tradicional, por mais absurdo que pudesse ser, somos forçados a admitir que eles próprios eram intolerantes.

Tertuliano, em sua *Apologética*, admite que os cristãos eram considerados rebeldes; a acusação era injusta, mas provava que não era

somente a religião dos cristãos que provocava a violência dos magistrados. Ele confessa que os cristãos se recusavam a ornamentar suas portas com ramos de loureiro durante as datas oficiais de regozijo público pelas vitórias obtidas pelos imperadores. Essa afetação condenável poderia ser facilmente considerada como sendo um crime de lesa-majestade.

A primeira severidade jurídica exercida contra os cristãos foi a do imperador Domiciano, mas ela se limitou a um exílio que não chegou a durar um ano: "*Facile coeptum repressit, restitutis etiam quos relegaverat*", (Tão facilmente como os reprimiu no começo, também mandou chamá-los de volta para serem restaurados), diz Tertuliano (capítulo V). Lactâncio, cujo estilo é tão exaltado, concorda que, entre Diocleciano e Décio, a Igreja permaneceu tranqüila e florescente. Essa longa paz, segundo ele, só foi interrompida quando aquele "animal execrável, Décio", oprimiu a Igreja: "*Exstitit enim post annos plurimos exsecrabile animal Decius, qui vexaret Ecclesiam*" *(Apologética*, capítulo IV).

Não queremos em absoluto discutir aqui as idéias do sábio Dodwell sobre o pequeno número dos mártires. No entanto, se os romanos tivessem levado à morte tantos inocentes por meio de suplícios inusitados, se tivessem mergulhado cristãos em óleo fervente, se tivessem jogado jovens completamente nuas aos animais selvagens no circo, como foi que eles deixaram em paz todos os primeiros bispos de Roma? Santo Irineu não conta entre os mártires nenhum desses bispos, à exceção de Telésforo, no ano 139 da era presente, e não dispomos de qualquer prova de que este tenha sido executado. Zeferino governou o rebanho de Roma durante dezoito anos e morreu pacificamente no ano de 219. É verdade que entre antigos martiriológios se incluíam quase todos os primeiros papas, mas a palavra "mártir" só era então empregada de acordo com seu verdadeiro significado: *martírio* queria dizer então *testemunho*, e não *suplício.*

É difícil combinar esse furor de perseguições com a liberdade que tiveram os cristãos primitivos de realizar 56 concílios, conforme registram os escrivães eclesiásticos durante os três primeiros séculos.

Houve perseguições; porém, se tivessem sido tão violentas como se diz, seria de se esperar que Tertuliano, que escreveu com tanta energia contra o culto tradicional, não tivesse acabado por morrer em seu próprio leito. Sabemos, naturalmente, que os imperadores não leram a sua *Apologética*; que um documento obscuro, escrito na África, não chegaria

às mãos daqueles que estavam encarregados do governo do mundo, mas deveria ser conhecido por aqueles que tinham acesso ao procônsul da província da África e ser capaz de atrair bastante ódio contra seu autor; todavia, ele não sofreu o martírio.

Orígenes ensinava publicamente em Alexandria e não foi absolutamente executado. Esse mesmo Orígenes, que falava com liberdade tanto aos pagãos quanto aos cristãos, que anunciava Jesus para os primeiros e negava que Deus tivesse três pessoas para os segundos, reconhece expressamente, em seu terceiro livro contra Celso, "que houve muito poucos mártires e grandes intervalos entre eles. Entretanto", diz ele, "os cristãos não negligenciam qualquer meio para fazer abraçar sua religião por todo o mundo; eles percorrem as cidades, as vilas e as aldeias."

É certo que essas excursões contínuas poderiam ser facilmente acusadas de sedição pelos sacerdotes inimigos; todavia, tais missões eram toleradas por todos, com a única exceção do povo egípcio, sempre turbulento, sedicioso e covarde: gente que havia feito em pedaços um cidadão romano porque tinha matado um gato, gente desprezível em todas as épocas, não importa o que digam os admiradores das pirâmides.

Quem mais poderia ter revoltado contra si mesmo os sacerdotes e o governo que São Gregório Taumaturgo, discípulo de Orígenes? Certa noite, Gregório avistara um velho enviado por Deus, acompanhado de uma mulher resplandecente de luz: essa mulher era a santa Virgem, e o velho, São João Evangelista. São João ditou-lhe uma mensagem que São Gregório deveria pregar. Em sua jornada para Neocesaréia, ele passou perto de um templo em que se revelavam oráculos, dentro do qual a chuva o obrigou a passar a noite; lá dentro, persignou-se umas quantas vezes. No dia seguinte, o grande sacrificador do templo espantou-se ao ver que os demônios que até então lhe respondiam não queriam mais dizer os seus oráculos; ele os chamou de volta; os diabos vieram só para lhe dizer que não voltariam mais; explicaram-lhe que não podiam mais habitar no templo, porque Gregório havia passado a noite dentro dele e fizera repetidas vezes o sinal da cruz.

O sacrificador mandou prender Gregório, que afirmou: "Tenho o poder de expulsar demônios de onde quero e os fazer entrar onde me agrade". "Então faça-os entrar de novo em meu templo", disse o sacrificador. Sem discutir, Gregório rasgou um pequeno fragmento de um

papiro que trazia consigo e nele traçou as seguintes palavras: “Gregório a Satã: Eu te ordeno que voltes a entrar neste templo”. Colocaram esse bilhete sobre o altar: os demônios obedeceram e recomeçaram nesse mesmo dia a apresentar seus oráculos como de costume, mas logo a seguir cessaram outra vez, como é do conhecimento de todos.

É São Gregório de Nissa que relata tais façanhas na vida de São Gregório Taumaturgo. Os sacerdotes desses ídolos deveriam estar, sem a menor dúvida, ressentidos contra Gregório e, em sua cegueira, o denunciaram aos magistrados, embora seu maior inimigo não tenha sofrido qualquer perseguição.

Na história de São Cipriano, relata-se que ele foi o primeiro bispo de Cartago a ser condenado à morte. O martírio de São Cipriano data do ano de 258 de nossa era. Isso significa que, por um longo período, nenhum bispo de Cartago foi imolado por sua religião. A história não nos diz quais calúnias foram levantadas contra São Cipriano, quais inimigos ele tinha ou por que o procônsul da África se irritou com ele. São Cipriano escreveu a Cornélio, bispo de Roma: “Aconteceu pouco depois uma revolta popular em Cartago e, por duas vezes, a multidão gritou que eu deveria ser jogado aos leões”. É bastante verossímil que tenham sido os arrebatamentos do povo feroz de Cartago que terminaram por causar a morte de Cipriano e, sem a menor dúvida, não foi o imperador Galo que o mandou condenar de tão longe em virtude de sua religião, uma vez que ele deixou Cornélio em paz e este vivia praticamente debaixo de seus olhos.

Tantas causas secretas se misturam tão freqüentemente à causa aparente, tantos recursos desconhecidos servem para perseguir um homem, que se torna impossível separar nos séculos posteriores as fontes escondidas das infelicidades dos homens mais famosos e, portanto, com muito maior razão, as do suplício de um cidadão que não poderia ser conhecido senão pelos membros de seu próprio partido.

Observe-se que São Gregório Taumaturgo e São Dinis, bispo de Alexandria, que não foram absolutamente supliciados, viveram na mesma época que São Cipriano. Por que, sendo ao menos tão conhecidos quanto esse bispo de Cartago, eles permaneceram sem ser perturbados? E por que o próprio São Cipriano foi levado ao suplício? Não parece que ele sucumbiu perante inimigos pessoais e poderosos, sob acusações caluniosas, sob o pretexto de razões de Estado, que tão freqüentemente se

juntam à religião, enquanto os outros tiveram a felicidade de escapar à malevolência dos homens?

Não é em absoluto possível que Santo Inácio tenha perecido pela única acusação de cristianismo, sob o governo do clemente e justo imperador Trajano, porque se permitiu a outros cristãos que o acompanhassem e o consolassem, enquanto estava sendo conduzido a Roma. Com freqüência haviam ocorrido rebeliões em Antioquia, uma cidade sempre turbulenta, em que Inácio era em segredo o bispo dos cristãos: talvez essas sedições, malignamente imputadas aos cristãos inocentes, chamassem a atenção do governo e este fosse enganado, como acontece com tanta freqüência.

São Simeão, por exemplo, foi acusado diante do rei Sapor de ser espião dos romanos. A história de seu martírio relata que Sapor lhe propôs a adoração do sol, mas é conhecido que os persas absolutamente não adoravam o sol: eles apenas o consideravam como um emblema do princípio do bem, Oromase ou Ahuramazda, o Deus criador que eles reconheciam.

Por mais tolerante que alguém possa ser, não pode impedir-se de sentir alguma indignação contra esses declamadores que acusam o imperador Diocleciano de ter perseguido os cristãos desde que subiu ao trono. Vamos ao relato de Eusébio de Cesaréia: seu testemunho não pode ser recusado, pois ele foi o favorecedor, o panegirista do imperador Constantino e inimigo violento dos imperadores precedentes, portanto deve merecer crédito quando os justifica. Estas são as suas palavras: “Os imperadores concederam aos cristãos durante muito tempo grandes provas de benevolência; confiaram-lhes o governo de províncias; numerosos cristãos moravam no palácio imperial; chegaram mesmo a casar com cristãs. Diocleciano tomou como esposa Prisca, cuja filha foi esposa de Maximiano Galero etc.”**[2]**

Que se aprenda a partir desse testemunho decisivo a não caluniar; que se julgue se a perseguição instigada por Galero, depois de dezenove anos de um regime de clemência e de benefícios, não deve ter tido sua fonte em qualquer intriga de que não temos conhecimento.

Que se veja até que ponto a fábula da Legião Tebaica ou Tebana, massacrada inteiramente, segundo nos contam, por causa de sua religião, não passa de uma fábula absurda. É ridículo que tivessem mandado

chamar essa legião da Ásia pelo caminho do passo de São Bernardo nos Alpes; é impossível que a tenham mandado buscar da Ásia a fim de apaziguar uma sedição entre os gauleses, um ano depois que essa revolta já tinha sido reprimida; não é menos impossível que tivessem matado seis mil soldados de infantaria e setecentos cavalarianos em uma passagem das montanhas onde duzentos homens bastariam para deter um exército inteiro. O relato dessa pretensa carnificina começa por meio de uma impostura evidente: "Quando a terra gemia sob a tirania de Diocleciano, o céu se povoou de mártires". Ora, essa aventura, conforme é contada, passou-se supostamente no ano de 286, justamente a época em que o imperador Diocleciano mais favorecia os cristãos, em um dos períodos em que o império romano foi mais feliz. Por fim, o que deveria acabar definitivamente com toda esta discussão é que nunca houve uma Legião Tebana: os romanos eram orgulhosos e sensatos demais para compor uma legião exclusivamente com egípcios, que só eram empregados em Roma como escravos, *Verna Canopi:* é como se eles tivessem organizado uma legião judia. Conhecemos os nomes das 32 legiões que constituíam as principais forças do império romano: indubitavelmente o nome de Legião Tebana não se encontra nessa relação. Vamos, portanto, colocar essa história juntamente com os versos acrósticos dos Livros Sibilinos que prediriam os milagres de Jesus Cristo e com tantas outras histórias fictícias que um zelo falsamente religioso prodigalizou para abusar da credulidade do povo.

[1]. Basta abrir as obras de Virgílio para ver que os romanos reconheciam um Deus supremo, soberano de todos os entes celestes.

... O! qui res hominum deumque
Aeternis regis imperiis, et fulmine terres.
(Eneida, I, 233-234)

O pater, o hominum divumque aeterna potestas, etc.
(Eneida, X, 18)

Horácio exprime-se ainda mais fortemente:
Unde nil majus generatur ipso,
Nec viget quidquam simile, aut secundum.
(Livro I, ode XII, 17-18)
Não se cantava outra coisa senão a unidade de Deus nos mistérios aos quais quase todos os romanos eram iniciados. Veja o belo hino de Orfeu; leia a carta de Máximo de Madaura a Santo Agostinho, na qual ele diz "que somente os imbecis não podem reconhecer a existência de um

Deus soberano". Longiniano, que era pagão, escreveu ao mesmo Santo Agostinho que Deus "é único, incompreensível e inefável"; o próprio Lactâncio, que ninguém pode acusar de ser indulgente em demasia, admite em seu Livro V (*Divinitas Institutiones*, Capítulo III) que "os romanos submetem todos os deuses ao Deus supremo; *illos subjicit et mancipat Deo*". O próprio Tertuliano, em sua *Apologética* (Capítulo XXIV), admite que todo o império reconhecia um Deus, senhor do mundo, cujo poder e majestade são infinitos, *principem mundi, perfectae potentiae et majestatis*. Sobretudo, consulte Platão, o mestre de Cícero em filosofia, e lerá "que não existe senão um Deus; que é necessário adorá-lo, amá-lo e trabalhar para nos assemelharmos a ele por meio da santidade e da justiça". Epíteto em seus grilhões, Marco Antônio em seu trono, dizem a mesma coisa em cem lugares diferentes. (N.A.)

[**2**]. *História Eclesiástica*, 1, VIII. (N.A.)

CAPÍTULO X

Sobre o perigo das falsas lendas e perseguições

As mentiras vêm sendo impostas aos homens por um tempo longo demais: chegou a hora de conhecer algumas verdades que se pôde desvendar através dessas nuvens de fábulas que cobriram a história romana desde Tácito e Suetônio e que, quase sempre, envolveram os anais de outras nações antigas.

Como se poderia crer, por exemplo, que os romanos, esse povo grave e severo cujas leis ainda conservamos, tivessem condenado virgens de famílias distintas à prostituição, apenas porque eram cristãs? Isso revela um péssimo conhecimento da austera dignidade de nossos legisladores, que puniam tão severamente as fraquezas das vestais. Os *Atos sinceros* de Ruinart nos relatam essas torpezas; contudo, podemos acreditar nos *Atos* de Ruinart como cremos nos *Atos dos Apóstolos?* Os *Atos sinceros* dizem, de acordo com Bollandus, que na cidade de Ancira havia sete virgens cristãs, cada uma delas tendo em média a idade de setenta anos, e que o governador Teodecto as condenou a passar pelas mãos dos jovens da cidade; porém, uma vez que essas virgens tivessem sido poupadas, como seria de esperar, ele as obrigou a servir inteiramente nuas nos mistérios de Diana, aos quais, todavia, não era permitido a ninguém assistir sem a cobertura de um véu. São Teodoro – que, para se contar a verdade, era dono de um prostíbulo, mas que nem por isso era um cristão menos fervoroso – rogou a Deus ardentemente que fizesse morrer de boa morte essas santas mulheres por temor de que elas sucumbissem à tentação. Deus o atendeu: o governador mandou que fossem lançadas em um lago, cada uma com uma pedra atada ao pescoço; elas logo apareceram a Teodoro e lhe rogaram que não permitisse que seus corpos fossem comidos pelos peixes – foram suas próprias palavras.

O santo proxeneta e seus companheiros foram durante a noite até a beira do lago que estava sendo guardado por soldados; uma tocha celeste avançava sempre à sua frente e, quando chegaram ao lugar onde se achavam os guardas, um cavaleiro celeste, de armadura completa, expulsou os guardas com a lança em riste. São Teodoro retirou do lago os cadáveres das virgens; ele foi conduzido à presença do governador; e novamente o cavaleiro celeste surgiu para impedir que lhe cortassem a

cabeça. Não cessaremos de repetir que veneramos os verdadeiros mártires, mas é bastante difícil acreditar nessa história de Bollandus e de Ruinart.

Será necessário repetir aqui o conto do jovem São Romano? Ele foi lançado ao fogo, segundo nos conta Eusébio; e os judeus que estavam presentes insultaram Jesus Cristo, porque deixou queimarem os que confessavam sua fé n'Ele, depois que Deus havia tirado Sadraque, Mesaque e Abede-Nego da fornalha ardente. Nem bem os judeus acabaram de falar, São Romano saiu triunfante da fogueira; o imperador ordenou que ele fosse perdoado e disse ao juiz que não queria ter nada a resolver com Deus: estranhas palavras na boca de Diocleciano! O juiz, apesar da indulgência do imperador, ordenou que cortassem a língua de São Romano e, ainda que tivesse os carrascos à sua disposição, mandou chamar um médico para executar essa operação. O jovem Romano, que nascera gago, passou a falar com volubilidade a partir do momento em que teve a língua cortada. O médico ficou com medo de ser castigado e, para demonstrar que a operação havia sido feita de acordo com as regras da arte, agarrou um passante e lhe cortou a mesma extensão de língua que havia cortado de São Romano, provocando a morte imediata do transeunte, "pois", acrescenta sabiamente o autor da história, "a anatomia nos ensina que um homem sem língua não consegue viver". Na verdade, se é que foi Eusébio quem escreveu semelhantes falácias, se estas não foram acrescentadas posteriormente a seus verdadeiros escritos, o que poderemos pensar da veracidade de sua *História?*

Recebemos a história do martírio de Santa Felicidade e de seus sete filhos, enviados à morte, segundo se conta, pelo sábio imperador Antonino, já em sua velhice, sem indicação do autor do relato.

É muito mais verossímil que algum autor mais ardoroso que verídico tenha desejado imitar a história dos Macabeus. A narrativa começa assim: "Santa Felicidade era romana e viveu sob o reinado do imperador Antonino"; de início, torna-se claro, pelo teor dessas palavras, que o autor não era contemporâneo de Santa Felicidade. Segue dizendo que o pretor os julgou em seu tribunal, situado no Campo de Marte; contudo, o prefeito de Roma tinha seu tribunal no Capitólio, e não no Campo de Marte que, depois de ter servido como sede dos comícios e assembléias, era empregado nessa época para exercícios dos soldados, corridas e jogos militares: só isso basta para demonstrar que o relato é suposto.

Diz ainda que, depois do julgamento, o imperador atribuiu a diferentes juízes a responsabilidade de fazer executar a sentença, o que é inteiramente contrário a todas as formalidades daquele período, assim como às de todas as épocas.

Há até mesmo um Santo Hipólito, que supostamente foi esquartejado por quatro cavalos, do mesmo modo que Hipólito, filho de Teseu. Esse suplício não foi jamais empregado pelos antigos romanos; apenas a semelhança do nome fez com que inventassem tal fábula.

Observe ainda que nas relações dos martírios, compostas unicamente pelos próprios cristãos, encontra-se quase sempre um bando de outros cristãos entrando e saindo com liberdade das prisões dos condenados, seguindo-os aos lugares dos suplícios, recolhendo seu sangue, amortalhando seus corpos, fazendo milagres com as relíquias. Se fosse apenas a religião sendo perseguida, não se teria imolado também esses cristãos que assistiam a seus irmãos condenados e que seriam acusados de operar encantamentos com os restos mortais dos corpos martirizados? Não teriam sido tratados como nós mesmos tratamos os valdenses, os albigenses, os hussitas e as diferentes seitas de protestantes? Nós os matamos e queimamos aos montes, sem distinção de idade nem de sexo. Existe, por acaso, em qualquer das perseguições anteriores que foram confirmadas, um único aspecto que se aproxime da noite de São Bartolomeu ou dos massacres da Irlanda? Existe algum que se assemelhe à festa anual que ainda hoje celebram em Toulouse, essa festa cruel, que deveria ser abolida para sempre, em que uma população inteira agradece a Deus em procissão e se regozija porque seus antepassados, há duzentos anos, mataram quatro mil de seus concidadãos?

Eu afirmo cheio de horror, mas com veracidade: somos nós, os cristãos, somos nós os perseguidores, os carrascos e os assassinos! E de quem? De nossos irmãos. Somos nós que destruímos cem cidades, com o crucifixo ou a *Bíblia* na mão, que não cessamos de derramar sangue e de acender fogueiras, desde o reinado do imperador Constantino até os furores de canibais dos habitantes de Cévennes; furores que, graças aos céus, não subsistem mais nos dias que correm.

Mas enviamos ainda algumas vezes ao cadafalso essa pobre gente de Poitou, de Vivarais, de Valence e de Montauban. Desde 1745, já enforcamos oito personagens desses que são chamadas de *pregadores* ou de *ministros do Evangelho*, cujo único crime era ter rezado a Deus em

favor do rei em *patois*, o dialeto local, e ter dado uma gota de vinho e uma migalha de pão levedado a alguns camponeses imbecis. Não se fica sabendo de nada disso em Paris, onde o prazer é a única coisa importante e onde se ignora tudo o que se passa nas províncias, tanto quanto nos países estrangeiros. Esses processos são realizados no transcurso de uma única hora, mais depressa do que se julga um desertor no campo de batalha. Se o rei ficasse sabendo, concederia a graça.

Não agem assim os padres católicos em nenhum dos países protestantes. Há mais de cem padres católicos na Inglaterra e na Irlanda, os quais são conhecidos e deixaram que vivessem pacificamente durante a última guerra.

Seremos nós sempre os últimos a abraçar as opiniões saudáveis das outras nações? Elas se corrigiram: quando corrigiremos a nós mesmos? Levamos sessenta anos para adotar o que Newton havia demonstrado; mal começamos a ousar salvar a vida de nossos filhos mediante a vacinação; faz muito pouco tempo que começamos a praticar os princípios corretos da agricultura; quando começaremos a praticar os princípios corretos da humanidade? E com que moral podemos reprovar os pagãos por terem matado os mártires, quando fomos culpados da mesma crueldade dentro das mesmas circunstâncias?

Vamos aceitar que os romanos tenham mandado matar uma multidão de cristãos somente por causa de sua religião; se foi assim, os romanos agiram de forma muito condenável. Queremos então cometer a mesma injustiça? Quando os reprovamos por terem perseguido, queremos ser também perseguidores?

Se fosse possível encontrar alguém suficientemente desprovido de boa-fé ou fanático o bastante para me dizer aqui: “Por que você quer revelar nossos erros e nossas faltas? Por que deseja destruir nossos falsos milagres e nossas falsas lendas? Eles servem de alimento para a piedade de muitas pessoas; há erros necessários; não se arranca do corpo uma úlcera crônica, porque isso acarretaria a destruição do próprio corpo”, eis o que eu lhe responderia:

Todos esses falsos milagres com os quais vocês abalam a fé devida aos verdadeiros, todas essas lendas absurdas que acrescentais às verdades do Evangelho só servem para extinguir a religião dentro dos corações; muitas pessoas que desejam se instruir e que não têm tempo para se instruir o suficiente dizem: “Os catequizadores de minha religião me

enganaram, portanto a religião não existe; é melhor jogar-se nos braços da natureza que nas garras do erro; prefiro depender da lei natural a depender das invenções dos homens". Outros têm a infelicidade de ir ainda mais longe: percebem que usaram imposturas para lhes pôr um freio e não querem mais saber sequer do freio da verdade; inclinam-se para o ateísmo; tornam-se depravados porque os outros foram trapaceiros e cruéis.

Essas são certamente as conseqüências de todas as fraudes pias e de todas as superstições. As pessoas comuns só raciocinam pela metade; é um péssimo argumento dizer: "Voragine, o autor de *A lenda dourada*, e o jesuíta Ribadeneira, compilador de *A flor dos santos*, só nos contaram tolices: portanto, Deus não existe; os católicos mataram um certo número de huguenotes e os huguenotes, em troca, assassinaram um certo número de católicos: portanto, Deus não existe; empregaram a confissão, a comunhão e todos os sacramentos para cometer os crimes mais horríveis: portanto, Deus não existe". Já eu concluiria ao contrário: portanto, existe um Deus que, depois desta vida passageira, durante a qual O menosprezamos tanto e cometemos tantos crimes em Seu nome, se dignará a consolar-nos de tantas infelicidades horríveis; considerando, pois, as guerras de religião; os quarenta cismas dos papas, quase todos sangrentos; as imposturas, quase todas funestas; os ódios irreconciliáveis acesos por diferenças de opinião; vendo todos os males que produziu o falso zelo, há muito tempo os homens vêm tendo o inferno nesta própria vida.

CAPÍTULO XI

Sobre os abusos da intolerância

Mas o quê? Vai se permitir a cada cidadão crer somente em sua razão e pensar o que essa razão esclarecida ou enganada lhe ditar? Pois está muito bem assim[1], desde que ele não se ponha a perturbar a ordem pública: não depende de o homem crer em algo ou descrer de alguma coisa, mas depende de ele respeitar os costumes de sua pátria. Se você me disser que é um crime não acreditar na religião dominante, estará acusando ao mesmo tempo os primeiros cristãos, seus pais na fé, e justificando aqueles que você acusa de os terem levado aos suplícios.

Você me responde que a diferença é grande, que todas as religiões são obras dos homens, que somente a Igreja católica, apostólica e romana é a obra de Deus. Mas usando de boa-fé, somente porque nossa religião é divina, deverá então reinar pelo ódio, pelos furores, pelos exílios, pelo confisco dos bens, pelas prisões, pelas torturas, pelos assassinatos e pelas ações de graças rendidas a Deus por esses mesmos assassinatos? Quanto mais a religião cristã é divina, tanto menos pertence ao homem dirigi-la: se foi Deus que a fez, Deus a sustentará sem a nossa ajuda. Você sabe que a intolerância apenas produz hipócritas ou rebeldes: que alternativa funesta! Por fim, você gostaria de sustentar nos braços dos carrascos a religião de um Deus que fizeram perecer nas mãos dos carrascos e que somente pregou a doçura e a paciência?

Observe, eu lhe peço, as conseqüências assustadoras do direito à intolerância. Se fosse permitido despojar de seus bens, lançar ao calabouço ou matar um cidadão que, em determinado grau de latitude, não professasse a religião admitida sob esse grau, qual a exceção que isentaria os primeiros do Estado de sofrer as mesmas penas? A religião liga igualmente o monarca e os mendigos: desse modo, mais de cinqüenta doutores ou monges afirmaram esse horror monstruoso segundo o qual era permitido depor e matar os soberanos que não pensassem como o fazia a Igreja dominante; e os parlamentos do reino não cessaram de proscrever essas abomináveis decisões de tais abomináveis teólogos.

O sangue de Henrique, o Grande, ainda fumegava quando o Parlamento de Paris baixou uma sentença que estabelecia a independência da coroa como uma lei fundamental do reino. O cardeal Duperron, que devia sua púrpura a Henrique, o Grande, insurgiu-se nos Estados Gerais de

1614 contra a decisão do Parlamento e fez com que fosse suprimida. Todos os diários desse tempo relatam os termos de que Duperron se serviu em suas arengas: “Se um príncipe se tornasse arianista”, declarou ele, “seríamos obrigados a depô-lo”.

Absolutamente não, senhor cardeal. Mesmo que queiramos adotar sua suposição quimérica de que um de nossos reis, tendo lido a história dos concílios e dos padres da Igreja, atingido em seu íntimo por estas palavras: *Meu pai é maior do que eu*, as tomasse demasiado ao pé da letra e balançasse entre o Concílio de Nicéia e o Concílio de Constantinopla, acabando por se declarar em favor de Eusébio de Nicomédia: nem por isso eu obedeceria menos a meu rei e não me sentiria menos ligado a ele pelo juramento que lhe prestei; e se você ousasse sublevar-se contra ele e se eu fosse um de seus juízes, eu o declararia culpado de lesa-majestade.

Duperron levou a disputa ainda mais longe; estou abreviando suas palavras. Aqui não é lugar de aprofundar essas quimeras revoltantes: limitar-me-ei a dizer, como todos os cidadãos, que não foi absolutamente porque o rei Henrique IV foi sagrado em Chartres que lhe devíamos obediência, mas porque o direito incontestável de nascimento deu a coroa a esse príncipe, o qual a mereceu por sua coragem e por sua bondade.

Que seja então permitido dizer também que todos os cidadãos devem herdar, pelo mesmo direito, os bens de seus pais e que ninguém pense que mereçam ser privados deles e arrastados à forca porque estão de acordo com os sentimentos de Ratram contra os de Paschase Tarbet ou a favor das idéias de Bérenger contra as de Scot.

Sabemos que nem todos os nossos dogmas foram sempre claramente explicados e universalmente aceitos em nossa Igreja. Jesus Cristo não nos deixou nada dito a respeito da procedência do Espírito Santo. Durante muito tempo a Igreja latina acreditou, do mesmo modo que a grega, que ele era procedente apenas do Pai: finalmente, acabou por acrescentar no Credo Niceno que ele procedia também do Filho. Eu só me indago se, no dia seguinte a tal decisão, um cidadão que se mantivesse fiel ao antigo Credo Apostólico se tornaria digno de morte. A crueldade e a injustiça seriam menores hoje em se punir aquele que pensa como se pensava antigamente? Uma pessoa é culpada se, tal como se fazia no tempo do papa Honório I, acreditasse que Jesus não tinha duas vontades?

Não faz muito tempo que foi estabelecido o dogma da Imaculada Conceição: os dominicanos até hoje não o aceitam. A partir de que data os

monges dominicanos começarão a merecer os castigos deste mundo e os do outro?

Se devemos pedir a alguém que nos conduza através de nossas disputas intermináveis, então temos certamente que apelar para os apóstolos e evangelistas. Houve discordâncias suficientes para fazer explodir um cisma violento entre São Pedro e São Paulo. Paulo disse expressamente em sua *Epístola aos Gálatas:* "resisti-lhe face a face", com relação a Pedro, porque Pedro era repreensível, porque ele usava de dissimulações, assim como Barnabé, porque eles comiam com gentios antes da chegada de Tiago e porque, logo a seguir, se retiraram secretamente e se separaram dos gentios por medo de ofender os circuncidados. "Quando porém vi", acrescenta ele, "que não procediam corretamente segundo a verdade do Evangelho, disse a Céfas na presença de todos: 'Se, sendo tu judeu, vives como gentio, e não como judeu, por que obrigas os gentios a viverem como judeus'?"

Tínhamos aqui motivo para uma querela violenta. Tratava-se de saber se os novos cristãos deveriam seguir a lei judaica ou não. Nessa mesma época, São Paulo foi apresentar sacrifícios no templo de Jerusalém. Sabe-se que os quinze primeiros bispos de Jerusalém foram judeus circuncidados, que observavam o sabá e que se abstinham das carnes proibidas. Ao mesmo tempo, um bispo espanhol ou português que se fizesse circuncidar e passasse a observar o sábado seria queimado vivo em um *auto-de-fé.* Todavia, a paz entre os dois não foi alterada por causa dessa disputa fundamental, nem entre os apóstolos, nem entre os primeiros cristãos.

Se os evangelistas fossem gente semelhante aos escritores modernos, teriam um campo bastante vasto para combater uns contra os outros. São Mateus conta 28 gerações entre Davi e Jesus; São Lucas conta 41, e essas genealogias são completamente diferentes. Não se viu, todavia, qualquer dissensão surgir entre os discípulos em torno dessas contrariedades aparentes e que foram tão bem conciliadas por vários dos padres da Igreja. A caridade cristã não foi ferida um só momento e a paz foi conservada. Que grande lição de que nos devemos tolerar em nossas disputas e nos portar com humildade perante tudo o que não podemos entender!

São Paulo, em sua *Epístola* a alguns judeus de Roma que se haviam convertido ao Cristianismo, empregou todo o final do terceiro capítulo para dizer que apenas a fé glorifica e que somente as obras não justificam

ninguém. São Tiago, ao contrário, em sua *Epístola* dirigida às doze tribos dispersas por toda a Terra, Capítulo II, não cessa de dizer que ninguém pode ser salvo sem as obras. Foi exatamente isso que separou duas grandes comunhões entre nós, mas que jamais serviu para dividir esses apóstolos.

Se a perseguição contra aqueles que discutem conosco fosse uma ação santa, seria preciso admitir que aquele que tivesse causado a morte do maior número de heréticos seria o maior santo do paraíso. Que figura poderia fazer lá um homem que se tivesse contentado em despojar seus irmãos e lançá-los em calabouços ao lado de outro tão piedoso que tivesse massacrado centenas no dia de São Bartolomeu? Vejam a prova disso:

O sucessor de São Pedro e seu consistório não podem errar. Eles aprovaram, celebraram e consagraram os atos do dia de São Bartolomeu: portanto, essa ação foi muito santa; portanto, entre dois assassinos de piedade igual, o que tivesse aberto o ventre de 24 mulheres huguenotes grávidas deveria ser elevado ao dobro da glória de um outro que tivesse desventrado somente doze. Pela mesma razão, os fanáticos de Cévennes deveriam crer que seriam elevados em glória na proporção do número de padres, religiosas e mulheres católicas que tivessem matado. Estranhos títulos para o merecimento da glória eterna.

[1]. Ver a excelente carta de Locke sobre a tolerância. (N.A.)

CAPÍTULO XII

Se a intolerância era considerada de direito divino no judaísmo e se ela sempre foi posta em prática por eles

Chamamos, segundo creio, de *direito divino* aos preceitos que o próprio Deus nos transmitiu. Ele queria que os judeus comessem um cordeirinho cozido com folhas de alface e que os convivas o comessem de pé, com um cajado na mão, em comemoração da *Fasê*, a Passagem[1]; ele ordenou que a consagração do sumo sacerdote se fizesse mediante a colocação de gotas de sangue em sua orelha direita, em sua mão direita e em seu pé direito, costumes extraordinários para nós, mas não para a Antigüidade; ele queria que depositássemos no bode expiatório *Hazazel* as iniqüidades do povo; ele proibia que se comessem peixes sem escamas, porcos, lebres, ouriços, corujas, grifos, grilos etc.

Ele também instituiu festas e cerimônias. Todas essas coisas, que pareciam arbitrárias às outras nações e submetidas ao direito positivo e aos costumes, eram comandadas pelo próprio Deus e se tornavam de direito divino para os judeus, assim como tudo o que Jesus Cristo, filho de Maria, filho de Deus nos comandou é de direito divino para nós.

Evitemos procurar descobrir aqui por que Deus substituiu a lei que havia dado a Moisés por uma lei nova, ou por que ele havia mandado Moisés fazer muito mais coisas do que ordenara ao patriarca Abraão e por que Abraão tivera de fazer muito mais do que Noé. Parece que ele se digna a adaptar aos tempos e à população do gênero humano: trata-se de uma gradação paternal, mas esses abismos são profundos demais para nossa débil visão. Vamos manter-nos dentro dos limites de nosso tema; vamos estudar simplesmente como era a intolerância entre os judeus.

É verdade que nos livros do *Êxodo*, do *Levítico*, dos *Números* e do *Deuteronômio* existem leis muito severas sobre o culto e castigos mais severos ainda. Muitos comentadores tiveram dificuldade em conciliar os preceitos de Moisés com as passagens de Jeremias e de Amós ou com o célebre discurso de Santo Estêvão, relatado nos *Atos dos Apóstolos*. Amós diz que os judeus ainda iam ao deserto adorar Moloque, Renfam e Quium. Jeremias diz expressamente que Deus não exigiu qualquer sacrifício de seus pais quando saíram do Egito. Santo Estêvão, em seu discurso aos

judeus, expressa-se deste modo: “Eles adoraram o exército do céu; não ofereceram a Deus nem vítimas nem sacrifícios no deserto durante quarenta anos; levantaram o tabernáculo do deus Moloque e a estrela de seu deus Renfam”.

Outros críticos inferem do culto de tantos deuses estrangeiros que esses deuses foram tolerados por Moisés e citam como prova estas palavras do *Deuteronômio:* “Quando estiverdes na terra de Canaã, não mais fareis como fazeis nos dias de hoje em que cada um faz o que melhor lhe parece”.

Apóiam sua opinião sobre o fato de que nenhum ato religioso do povo é descrito durante a passagem pelo deserto; não há celebração da Páscoa, não se fala em Pentecostes, não existe qualquer menção de que tivesse sido celebrada a Festa dos Tabernáculos e nenhuma ocasião de preces públicas é estabelecida; até mesmo a circuncisão, esse selo da aliança de Deus com Abraão, tinha deixado de ser praticada.

Eles se baseiam ainda na história de Josué. Esse conquistador disse aos judeus: “A opção vos é dada: escolhei qual partido mais vos agrade, se ides adorar os deuses que servistes na terra dos amorreus, ou se preferis aqueles que conhecestes na Mesopotâmia”. O povo respondeu: “Não será assim, nós serviremos Adonai”. Josué lhes replicou: “Vós mesmos escolhestes; tirai, portanto, do meio de vós os deuses estrangeiros”. Incontestavelmente, eles haviam adorado outros deuses sob Moisés, além de Adonai.

É totalmente inútil refutar aqui os críticos que pensam que o *Pentateuco* não foi escrito por Moisés; tudo o que tinha de ser dito a respeito desse assunto já foi dito há muito tempo. Mesmo que algumas pequenas partes dos livros de Moisés tenham sido escritas no tempo dos Juízes ou já na época dos pontífices, não foram menos inspiradas e menos divinas.

É suficiente, segundo me parece, que as Santas Escrituras comprovem que, apesar das extraordinárias punições previstas para os judeus que seguissem o culto de Apis, eles conservaram durante muito tempo total liberdade. Pode ser até mesmo que o massacre promovido por Moisés de 23 mil homens pelo culto do Bezerro de Ouro erigido por seu irmão o tenha feito compreender que ele não ganhava nada com o rigor e tenha feito com que ele se sentisse obrigado a fechar os olhos sobre a paixão do povo pelos deuses estrangeiros.

Ele mesmo pareceu logo transgredir a lei que havia promulgado. Proibiu a feitura de qualquer imagem, mas ele próprio levantou a serpente de bronze. A mesma exceção à lei se encontra mais tarde no templo de Salomão: esse príncipe mandou esculpir doze bois que serviam como pilares para a grande bacia do templo; querubins foram instalados na tampa da Arca: eles tinham uma cabeça de águia e outra de bezerro; aparentemente a cabeça de bezerro era mal esculpida e, ao ser encontrada no templo por soldados romanos, deu origem por longo tempo à crença de que os judeus adoravam uma cabeça de burro.

Em vão o culto dos deuses estrangeiros foi proibido. Salomão foi incontestavelmente idólatra. Jeroboão, a quem Deus deu dez partes do reino, mandou logo fundir dois bezerros de ouro e reinou por 22 anos, reunindo as dignidades de monarca e de pontífice. O pequeno reino de Judá, governado por Roboão, logo construiu altares a deuses estrangeiros e erigiu estátuas. O santo rei Asá não chegou a destruir os santuários nos altos dos montes. O sumo sacerdote Urias mandou construir no templo, no lugar do altar dos holocaustos, um altar ao rei da Síria. Em uma palavra, não se vê o menor constrangimento em matéria de religião. Sei muito bem que a maior parte dos reis judeus se assassinou e exterminou uns aos outros, mas isso ocorreu sempre em virtude de seus próprios interesses, e não devido às suas crenças.

É verdade que entre os profetas houve aqueles que interessaram o céu na realização de suas vinganças: Elias fez descer fogo celeste para consumir os profetas de Baal; Eliseu convocou ursos para devorar 42 meninos que o tinham chamado de *cabeça calva*; porém, esses milagres foram raros e, de fato, é meio difícil que se deseje imitá-los.

Objetam-nos ainda que o povo judeu era muito ignorante e muito bárbaro. Está escrito que, em sua guerra contra os madianitas**[2]**, Moisés ordenou que matassem todas as crianças do sexo masculino e todas as mães para depois dividir o botim. Os vencedores encontraram nos campos 665 mil ovelhas, 72 mil bois, 61 mil asnos e 32 mil meninas; estes foram divididos, mas mataram todo o restante. Diversos comentadores declaram até que 32 meninas foram sacrificadas ao Senhor: "*Cesserunt in partem Domini triginta duae animae*" (Permaneceram na parte do Senhor 32 almas).

Com efeito, os judeus imolavam seres humanos à Divindade, como testemunha o sacrifício realizado por Jefté, conforme testemunha o rei

Agag cortado em pedaços pelo profeta Samuel. Ezequiel até mesmo lhes promete, a fim de encorajá-los, que comerão carne humana: "Comereis", diz ele, "o cavalo e o seu cavaleiro; bebereis o sangue dos príncipes". Diversos comentadores aplicam dois versículos dessa profecia aos próprios judeus e os outros aos animais carnívoros. Não se encontra, em toda a história desse povo, qualquer traço de generosidade, de magnanimidade, de beneficência; contudo, sempre escapam das nuvens dessa barbárie tão longa e tão assustadora alguns raios de uma tolerância universal.

Jefté, inspirado por Deus, o mesmo que sacrificou sua filha, disse aos amonitas: "O que vosso deus Quemoche vos deu não vos pertenceu por direito? Permiti então que tomemos a terra que nosso Deus nos prometeu." Essa declaração é precisa e pode conduzir bem longe; entretanto é, no mínimo, uma prova evidente de que Deus tolerava Quemoche, porque as Santas Escrituras não dizem: "Vocês pensam ter direito sobre as terras que dizem lhes terem sido dadas pelo deus Quemoche". Ela diz positivamente: "Vocês têm direito, *libi jure debentur*"*;* esse é o verdadeiro sentido destas palavras hebraicas: *Otho thirasch.*

A história de Micá e do levita, relatada nos capítulo XVII e XVIII do *Livro dos Juízes*, é mais uma prova incontestável da tolerância e da máxima liberdade que era então admitida entre os judeus. A mãe de Micá, uma mulher efraimita de grandes posses, tinha perdido 1.100 siclos de prata; seu filho foi recuperá-los e lhos devolveu; ela consagrou a prata ao Senhor e mandou fundir ídolos com ela; mandou construir uma pequena capela. Um levita passou a cuidar da capela, recebendo dez siclos de prata, uma túnica e um manto por ano, além de sua nutrição. Micá exclamou: "Sei agora que o Senhor me fará bem, porquanto tenho em minha casa um sacerdote da descendência de Levi".

Enquanto isso, seiscentos homens da tribo de Dan, que pretendiam conquistar alguma aldeia da região a fim de nela se estabelecerem, mas que não tinham um sacerdote levita no meio deles e precisavam de um para que Deus fosse favorável à sua empresa, foram até a casa de Micá e lhe tomaram a estola sacerdotal e seus ídolos, levando consigo também o levita, apesar dos protestos dos sacerdotes e dos gritos de Micá e de sua mãe. Então foram, seguros de si, atacar uma aldeia dos sidônios, chamada Laís, e a destruíram a ferro e fogo, segundo seu costume. Em sinal de sua vitória, deram ao lugar o nome de Dan; colocaram os ídolos de Micá em

um altar e, o que foi mais notável de tudo isso, escolheram Jônatas, neto de Moisés, para ser o sumo sacerdote desse templo, no qual foram adorados tanto o Deus de Israel quanto os ídolos de Micá.

Depois da morte de Gedeão, os hebreus adoraram Baal-Berite durante quase vinte anos e renunciaram ao culto de Adonai, sem que qualquer chefe, qualquer juiz, qualquer sacerdote clamasse por vingança. Seu crime era grande, admito; porém, se até esse grau de idolatria foi tolerado, quantas outras diferenças do verdadeiro culto devem ter ocorrido!

Alguns dão como prova de intolerância que o próprio Senhor, tendo permitido que sua Arca fosse tomada pelos filisteus durante um combate, não os punisse com nada mais que uma doença secreta semelhante às hemorróidas, além de derrubar a estátua de Dagon e enviar uma multidão de ratos para devorar as colheitas de seus campos. Tão logo os filisteus, para apaziguar sua cólera, devolveram a Arca atrelada a duas vacas que amamentavam seus bezerros e ofereceram a Deus cinco ratos de ouro e cinco ânus de ouro, o Senhor fez morrer setenta anciãos de Israel e cinqüenta mil homens do povo porque haviam olhado para dentro da Arca. Respondemos que esse castigo do Senhor não recaiu sobre uma crença, nem sobre uma diferença na maneira de prestar o culto, nem sobre qualquer idolatria.

Se o Senhor tivesse desejado punir a idolatria, teria feito perecer todos os filisteus que ousaram roubar sua Arca ao mesmo tempo em que adoravam Dagon; mas Ele fez perecer 50.070 homens de Seu povo por terem espiado dentro da Arca que eles não deviam olhar: eram assim as leis e os costumes desses tempos, e a economia judaica era diferente de tudo o que conhecemos hoje em dia, tal como os caminhos inescrutáveis de Deus o são nos dias atuais. “O rigor exercido”, diz o judicioso Dom Calmet, “contra esse grande número de homens somente parecerá excessivo para aqueles que não compreenderam até que ponto Deus queria ser temido e respeitado entre Seu povo e que apenas julgam os caminhos e desígnios de Deus de acordo com as fracas luzes de sua própria razão”.

Portanto, Deus não puniu um culto estrangeiro, mas uma profanação do Seu, uma curiosidade, uma indiscrição, uma desobediência, talvez até mesmo ocasionada por um espírito de revolta. Percebe-se bem que a administração de tais castigos é exclusivamente reservada a Deus na

teocracia judaica. E não se pode repetir demais que esses tempos e esses costumes não têm qualquer relacionamento com os nossos.

Enfim, em séculos posteriores, quando Naamã, o idólatra, indagou a Eliseu se lhe seria permitido seguir seu rei ao templo de Remnon e *adorar junto com ele*, esse Eliseu, o mesmo que mandara as ursas devorarem os meninos, não lhe respondeu: "Ide em paz"?

Existe muito mais: o Senhor ordenou a Jeremias que colocasse cordas, correntes e jugos ao redor do pescoço e depois os enviasse aos régulos ou *melchim* de Moab, de Amon, de Edom, de Tiro e de Sidon. E Jeremias mandou dizer-lhes em nome do Senhor: "Dei todas as vossas terras a Nabucodonosor, meu servo, o rei de Babilônia". Temos aqui um rei idólatra sendo declarado servidor de Deus e seu favorito.

O mesmo Jeremias, que o *melk* ou régulo judeu Zedequias havia mandado jogar no calabouço, tendo sido perdoado por Zedequias, aconselha-o, da parte de Deus, a render-se ao rei da Babilônia: "Se fores te render a seus oficiais", disse-lhe, "tua alma viverá". Deus toma desse modo o partido de um rei idólatra: ele lhe entrega a Arca, que somente por ter sido aberta e ter sido visto seu interior havia custado a vida de 50.070 judeus; ele lhe entrega o Santo dos Santos e o restante do Templo, cuja construção custara oitocentos mil talentos de ouro, um milhão e dezessete mil talentos de prata e dez mil dracmas de ouro, deixados por Davi e seus oficiais para a construção da casa do Senhor; uma soma que, sem contar os dinheiros acrescentados por Salomão, remonta a um total de dezenove bilhões e sessenta e dois milhões, aproximadamente, na moeda corrente. Jamais a idolatria foi tão bem recompensada. Eu digo que essa conta é exagerada, que provavelmente há erros de copistas, mas reduzamos a soma à metade, a um quarto, mesmo a um oitavo e ainda assim será espantosa. Não ficamos menos surpresos com as riquezas que Heródoto disse ter visto no Templo de Diana em Éfeso. Enfim, tesouros não são nada aos olhos de Deus e o título de "seu servo" atribuído a Nabucodonosor é, esse sim, um verdadeiro tesouro inestimável.

Deus não favorece menos a *Kir*, *Koresh* ou *Cosróes*, o mesmo que chamamos de *Ciro;* Ele o chama de *Seu cristo, Seu ungido*, ainda que não o tenha sido pela unção de óleo santo, segundo o significado comum dessa palavra, e que ele seguisse a religião de Zoroastro; ele o chama de *Seu pastor*, ainda que ele fosse um usurpador aos olhos dos homens: não se

encontra em todas as Santas Escrituras nenhuma marca maior de predileção.

Vê-se em *Malaquias* que "do levante ao poente o nome de Deus é grande entre as nações e que, por toda parte, se lhe oferecem oblações puras". Deus preocupou-se com os ninivitas idólatras do mesmo modo que com os judeus; ele os ameaça e depois os perdoa. Melquisedeque, que não era absolutamente judeu, era um sacerdote que sacrificava a Deus. Balaão, o idólatra, era também um profeta. A Escritura nos ensina, portanto, que Deus não só tolerava todos os outros povos, mas que também lhes demonstrava cuidados paternais. E nós ousamos ser intolerantes!

[1]. *Pessach*, a páscoa judaica. (N.E.)
[2]. Madian não fazia parte da Terra Prometida; era uma pequena região da Iduméia, a noroeste da Arábia Pétrea; começa ao norte na torrente de Arnon e termina na torrente de Zared, no meio de rochedos, e vai até a margem oriental do lago Asfaltite. Essa região é habitada hoje em dia por uma pequena tribo de árabes nômades; tem mais ou menos oito léguas de comprimento e um pouco menos de largura. (N.A.)

CAPÍTULO XIII

A EXTREMA TOLERÂNCIA DOS JUDEUS

Portanto, sob Moisés, sob os juízes, sob os reis, vêem-se sempre exemplos de tolerância. E existe muito mais: Moisés disse muitas vezes que "Deus castiga os pais nos filhos até a quarta geração". Essa ameaça era necessária para um povo a quem Deus não havia revelado nem a imortalidade da alma, nem os castigos e recompensas de uma vida futura. Essas verdades não lhes foram anunciadas nem no *Decálogo*, nem em qualquer das leis do *Levítico* e do *Deuteronômio.* Esses dogmas existiam nas religiões dos persas, dos babilônios, dos egípcios, dos gregos e dos cretenses, mas não fazem parte da religião dos judeus. Moisés não diz em absoluto: "Honra a teu pai e a tua mãe se quiseres ir para os céus". O que ele diz, é: "Honra a teu pai e a tua mãe para que te vá bem e tenhas longa vida sobre a terra que o Senhor teu Deus te dá". Ele somente os ameaça com males corporais, com a sarna seca, com a sarna purulenta, com úlceras malignas nos joelhos e nas panturrilhas, de serem submetidos às infidelidades de suas esposas, de terem de pedir emprestado com usura aos estrangeiros e de não poderem emprestar por sua vez; de perecerem de fome e de serem obrigados a comer os próprios filhos; contudo, em nenhum lugar lhes diz que suas almas imortais sofrerão tormentos após a morte ou gozarão de felicidades. Deus, que conduzia pessoalmente Seu povo, o punia ou o recompensava imediatamente após suas boas ou más ações. Tudo era temporal, e essa é uma verdade de que abusa Warburton para provar que a lei dos judeus era divina, porque o próprio Deus era seu rei, distribuindo justiça imediatamente após a transgressão ou a obediência, e portanto não havia necessidade de lhes revelar uma doutrina que reservava para os tempos futuros, quando não mais governaria diretamente seu povo. Aqueles que, por ignorância, declaram que Moisés ensinava a imortalidade da alma, roubam ao *Novo Testamento* uma de suas principais vantagens sobre o *Velho.* Em sua leitura, é constante que a lei de Moisés apenas anunciava castigos temporais até a quarta geração. Entretanto, apesar do enunciado preciso dessa lei, apesar dessa declaração expressa de Deus de que ele punirá até a quarta geração, Ezequiel anuncia aos judeus precisamente o contrário ao lhes dizer que o filho não trará a iniqüidade de seu pai: ele chega ao ponto de colocar na boca de Deus que lhes tinha dado "preceitos que não eram bons".**[1]**

O livro de Ezequiel não foi menos inserido no cânone dos outros autores inspirados por Deus; é bem verdade que, nas sinagogas, não era permitida sua leitura antes da idade de trinta anos, como nos revela São Jerônimo, mas isso se devia ao medo de que a juventude abusasse das metáforas extremamente ingênuas que se encontram nos capítulos XVI e XXIII a respeito das libertinagens das duas irmãs Oholá e Oholibá. Resumindo, seu livro foi sempre bem-recebido em toda parte, apesar de suas contradições formais com os de Moisés.

Por fim, desde que a imortalidade da alma passou a ser um dogma aceito, algo que provavelmente começou durante o tempo do cativeiro na Babilônia, a seita dos saduceus persistiu sempre em crer que não havia nem penas nem recompensas após a morte e que a faculdade de sentir e de pensar perecia conosco, tal como a força ativa, o poder de caminhar e a capacidade de digerir. Eles negavam a existência dos anjos. Diferiam muito mais dos outros judeus do que os protestantes se diferem dos católicos; contudo, nem por isso permaneciam menos na comunhão de seus irmãos, sendo até mesmo eleitos sumos sacerdotes pertencentes a essa seita.

Os fariseus acreditavam no destino[2] e na metempsicose.[3] Os essênios pensavam que as almas dos justos partiam para as Ilhas Afortunadas[4] e as dos malvados para uma espécie de Tártaro. Eles não faziam quaisquer sacrifícios; reuniam-se separadamente em sinagogas particulares. Em resumo, se quisermos examinar de perto o judaísmo, ficaremos surpresos por encontrar a maior tolerância em meio aos horrores mais bárbaros. É verdade que isso é uma contradição, mas quase todos os povos foram governados por contradições. Feliz aquele que introduz costumes brandos onde existem leis sangrentas!

[1]. As idéias de Ezequiel acabaram por prevalecer nas sinagogas, mas houve judeus que, mesmo acreditando nas penas eternas, acreditavam também que Deus perseguia nos filhos as iniqüidades dos pais; diz-se que hoje estão sendo punidos além da qüinquagésima geração e ainda têm a temer as penas eternas. Indaga-se como os descendentes dos judeus que não foram cúmplices da morte de Jesus Cristo, ou seja, aqueles que estavam em Jerusalém, mas não tomaram parte em nada, ou aqueles que se achavam espalhados sobre o resto da Terra poderiam ser temporalmente punidos em seus filhos, tão inocentes quanto seus pais. Essa punição temporal ou, antes, essa maneira de existir diferente da dos outros povos e de comerciar sem ter pátria pode não ser absolutamente encarada como um castigo em comparação com as penas eternas que eles atraem

sobre si mesmos por sua incredulidade e que poderiam evitar por meio de uma conversão sincera. (N.A.)

[2]. O dogma da fatalidade é antigo e universal; ele se encontra sempre em Homero. Júpiter queria salvar a vida de seu filho Sárpedon, mas o Destino o havia condenado à morte e Júpiter é forçado a obedecer. O destino era, para os filósofos, o encadeamento inevitável das causas e dos efeitos necessariamente produzidos pela natureza ou esse mesmo encadeamento ordenado pela Providência, algo que é bem mais razoável. Todo o sistema da fatalidade encontra-se contido neste verso de Aneu Sêneca [epístola CVII]:

Ducunt volentem fata, nolentem trahunt.

Sempre se convencionou que Deus governava o Universo por meio de leis eternas, universais e imutáveis. Essa verdade foi a fonte de todas as disputas incompreensíveis sobre a liberdade, até que nos aparecesse o sábio Locke: ele provou que liberdade é o poder de agir. Deus nos dá esse poder; e o homem, agindo livremente segundo as ordens eternas de Deus, é uma das engrenagens da grande máquina do mundo. Toda a Antigüidade disputou em torno da liberdade, mas ninguém foi perseguido por causa desse assunto até que chegassem os nossos dias. Que horror absurdo que aprisionassem por tais motivos Arnauld, Sacy, Nicole e tantos outros, que eram as luminárias da França! (N.A.)

[3]. A fantasia teológica da metempsicose provém da Índia, de onde recebemos muitas outras fábulas nas quais, em geral, ninguém acredita. Esse dogma é explicado no admirável Décimo-Quinto Livro das *Metamorfoses* de Ovídio. Ele foi aceito em praticamente toda a Terra; sempre foi combatido, mas não lemos em parte alguma que qualquer sacerdote da Antigüidade tenha jamais mandado aprisionar por causa disso algum discípulo de Pitágoras. (N.A.)

[4]. Nem os antigos judeus, nem os egípcios, nem os gregos seus contemporâneos acreditavam que as almas dos homens migrassem para os céus após a morte. Os judeus pensavam que a lua e o sol ficavam a algumas léguas de distância acima de nós, no mesmo círculo, e que o firmamento era uma abóbada espessa e sólida que sustentava o peso das águas, que escapavam de vez em quando por algumas aberturas. O palácio dos deuses, para os antigos gregos, ficava sobre o monte Olimpo. A mansão dos heróis após a morte ficava, nos tempos de Homero, em uma ilha para além do Oceano, e essa era também a opinião dos essênios. Depois de Homero, os planetas foram designados aos deuses, porém não havia mais razão para os homens colocarem um deus sobre a lua do que para os habitantes da lua colocarem um deus sobre o planeta Terra. Juno e Íris não possuíam outros palácios que as nuvens; nem sequer havia lá onde repousar um pé. Para os sabeus, cada deus tinha uma estrela; contudo, como uma estrela é um sol, não há meio de se habitar nela, a menos que se partilhe da natureza do fogo. É portanto uma questão bastante inútil indagar o que os antigos pensavam a respeito do céu; a melhor resposta é: eles nem pensavam nisso. (N.A.)

CAPÍTULO XIV

Se a intolerância foi ensinada por Jesus Cristo

Vejamos agora se Jesus Cristo estabeleceu leis sanguinárias, se ordenou a intolerância, se mandou construir os calabouços da Inquisição e se nomeou os carrascos dos *autos-de-fé*.

Se não me engano, há poucas passagens nos *Evangelhos* a partir das quais o espírito persecutório possa ter inferido que a intolerância e as restrições sejam legítimas. Uma delas é a parábola em que o reino dos céus é comparado a um rei que convida convivas para as bodas de seu filho; esse monarca manda avisá-los por seus servos: "Matei meus bois e minhas aves: tudo está pronto; vinde para as bodas". Uns, sem dar atenção ao convite, partem para suas casas de campo; outros se ocupam com seus negócios; outros, ainda, ofendem os mensageiros do rei e até mesmo os matam. O rei envia seus exércitos contra esses assassinos e destrói sua cidade; depois envia às estradas para convidar para o banquete todos os que forem encontrados; porém, quando um deles se assenta à mesa sem colocar o traje nupcial, é posto a ferros e lançado nas trevas exteriores.

Está claro que essa alegoria se refere apenas ao reino dos céus; sem a menor dúvida não dá direito a nenhum homem de enforcar ou lançar ao calabouço seu vizinho que tenha vindo jantar com ele sem ter colocado um traje adequado a um casamento, e não conheço na história nenhum exemplo de algum príncipe que tenha mandado enforcar um cortesão por uma razão dessas; nem tampouco é de se temer que, quando um imperador mandou matar suas galinhas e enviou pajens aos príncipes do império para convidá-los para o banquete, esses príncipes matem seus pajens. O convite para o festim significa a Bênção do Santíssimo; o assassinato dos enviados do príncipe representa a perseguição contra aqueles que pregam a sabedoria e a virtude.

A outra parábola se refere a um cidadão particular que convida seus amigos para um grande jantar e, assim que tudo está pronto para ser servido à mesa, ele envia seu criado para avisá-los. Um se desculpa dizendo que acabou de comprar um campo e precisa ir visitá-lo: esse é o tipo da desculpa que não parece válida, porque ninguém vai inspecionar uma terra durante a noite; outro diz que comprou cinco juntas de bois e que deve experimentá-las: é do mesmo tipo da outra, já que ninguém treina bois na hora do jantar; um terceiro responde que acaba de se casar e,

seguramente, essa escusa é a mais aceitável. O pai de família, encolerizado, manda buscar para seu festim os cegos e os coxos e, vendo que ainda há lugares vazios, diz a seu criado: “Vai pelas estradas e ao longo dos caminhos e obriga a entrar todos os que neles encontrares”.

É verdade que, nesse caso, não é dito expressamente que tal parábola seja uma figura do reino dos céus. Com grande freqüência se abusou destas palavras: *Obriga-os a entrar*. No entanto, é visível que um único criado não pode constranger à força todas as pessoas que encontrar para que venham cear com seu amo; aliás, convivas assim forçados não tornariam a refeição muito agradável. *Obriga-os a entrar* não quer dizer outra coisa, segundo os comentaristas mais dignos de respeito, que não seja: pede, conjura, pressiona, consegue. Qual é o relacionamento que pode haver, rogo-lhe, entre tais convites para jantar e as perseguições?

Se tomarmos as coisas ao pé da letra, será necessário ser cego, coxo ou trazido à força para entrar no seio da Igreja? Jesus nos diz na mesma parábola: “Não deis jantar nem a vossos amigos nem a vossos parentes ricos”. Alguma vez alguém inferiu que, de fato, nunca se deve oferecer um jantar a parentes e amigos que tenham uma certa fortuna?

Jesus Cristo, depois da parábola do festim, disse: “Se alguém quiser vir a mim e não odiar seu pai, sua mãe, seus irmãos, suas irmãs e até mesmo sua própria alma, não pode ser meu discípulo etc. Qual dentre vós que, pretendendo construir uma torre, não calcula de antemão a despesa?” Existe alguém, em todo o mundo, desnaturado o suficiente para concluir que é necessário odiar seu pai e sua mãe? Pois não se compreende facilmente que tais palavras significam: “Não fiqueis oscilando entre mim e vossos mais caros afetos”?

Citam também a passagem de São Mateus: “Aquele que não dá ouvidos à Igreja seja considerado como um pagão ou como um coletor de impostos”. Todavia, isso não nos diz absolutamente que seja necessário perseguir os pagãos e os coletores dos direitos do rei; eles são amaldiçoados, é bem verdade, mas não são absolutamente entregues nas mãos da justiça. Longe de retirar dos exatores quaisquer das prerrogativas dos cidadãos, eles recebem os mais altos privilégios; é a única profissão que é condenada nas Escrituras e é a mais favorecida pelos governos. Por que então não teríamos por nossos irmãos errantes tanta indulgência quanto prodigalizamos considerações para com nossos irmãos tratantes?

Uma outra passagem de que se fez um abuso grosseiro é a referida tanto por São Mateus como por São Marcos em que se diz que Jesus, estando com fome certa manhã, aproximou-se de uma figueira em que não encontrou senão folhas, porque não era época de figos; ele amaldiçoou a figueira que, dentro de pouco tempo, secou.

São dadas muitas explicações diferentes para esse milagre, mas existirá uma só delas que possa autorizar as perseguições? Uma figueira não pôde mais dar figos, mais ou menos no começo de março, então foi secada; essa é por acaso uma razão para fazer secar nossos irmãos de dores durante todas as épocas do ano? Vamos respeitar nas Escrituras tudo o que pode fazer nascer dificuldades em nossos espíritos curiosos e vãos, mas não vamos abusar dessas passagens a fim de podermos nos tornar duros e implacáveis.

O espírito perseguidor, que abusa de tudo, busca ainda sua justificação na expulsão dos vendilhões do templo e na legião de demônios que foram expulsos do corpo de um possuído e enviados para os corpos de dois mil animais imundos. Mas será que não se vê que esses dois exemplos não são outra coisa senão uma justiça que Deus se digna a realizar por Si mesmo em castigo a uma contravenção da lei? Era uma falta de respeito para com a casa do Senhor transformar seu recinto em uma loja de comerciantes. Não importa que o sinédrio e os sacerdotes permitissem esse negócio para a comodidade dos sacrifícios: o Deus a quem se sacrificava poderia, sem dúvida, mesmo que disfarçado em figura humana, impedir tal profanação; ele poderia até mesmo punir os que introduziam na região rebanhos inteiros de animais proibidos por uma lei que ele mesmo se dignava a observar. Esses exemplos não têm o menor relacionamento com perseguições motivadas por dogmas. É necessário que o espírito de intolerância seja apoiado sobre razões muito más, uma vez que busca em toda parte os pretextos mais vãos.

Quase todo o restante das palavras e das ações de Jesus Cristo prega a doçura, a paciência e a indulgência. É o pai de família que recebe o filho pródigo; é o operário contratado na última hora que recebe o mesmo que os outros; é o samaritano caridoso; ele mesmo justifica seus discípulos por não jejuar; ele perdoa a pecadora; ele se contenta em recomendar à mulher adúltera que passe a ser fiel; ele se digna mesmo a condescender à alegria inocente dos convivas de Caná que, já estando encharcados de vinho, ainda

pedem mais; ele se dispõe a fazer um milagre em seu favor e transforma água em vinho para eles.

Ele não se enfurece sequer contra Judas, que o deve trair; ele ordena a Pedro que jamais se sirva da espada; ele repreende os filhos de Zebedeu que, a exemplo de Elias, queriam fazer descer o fogo dos céus sobre uma aldeia onde lhes haviam recusado alojamento.

Finalmente, ele morre vítima da inveja. Se ousarmos comparar o sagrado com o profano e um Deus com um homem, sua morte, humanamente falando, tem muitos elementos em comum com a de Sócrates. O filósofo grego pereceu pelo ódio dos sofistas, dos sacerdotes e dos principais do povo; o legislador dos cristãos sucumbiu sob o ódio dos escribas, dos fariseus e dos sacerdotes. Sócrates podia ter evitado a morte, mas não o quis; Jesus Cristo ofereceu-se voluntariamente. O filósofo grego não somente perdoou a seus caluniadores e a seus juízes iníquos, mas também lhes pediu que tratassem um dia seus próprios filhos como estavam tratando a si mesmo, se eles alcançassem a felicidade de merecer seu ódio pelos mesmos motivos que ele; o legislador dos cristãos, infinitamente superior, rogou a Seu Pai que perdoasse Seus inimigos.

Se Jesus Cristo pareceu temer a morte, se a angústia que sentiu foi tão extrema que Seu suor se misturou com sangue, o que é um sintoma extremamente violento e muito raro, é porque ele se dignou a se rebaixar à plenitude da fraqueza do corpo humano de que estava revestido. Seu corpo tremia, mas Sua alma permanecia inabalável; ele nos ensinou que a verdadeira força e a verdadeira grandeza consistem em suportar os males sob os quais nossa natureza sucumbe. Existe extrema coragem em correr para a morte quando mais se a teme.

Sócrates havia tratado os sofistas de ignorantes e demonstrado que usavam de má-fé; Jesus, usando de seus direitos divinos, tratou os escribas e fariseus de hipócritas, insensatos, cegos, malfeitores, serpentes, raça de víboras.

Sócrates não foi acusado de querer fundar uma nova seita; tampouco Jesus Cristo foi acusado de ter desejado introduzir uma. Está escrito que os principais sacerdotes e todo o conselho procuraram falsos testemunhos contra Jesus para poder mandar executá-lo.

Ora, se eles procuravam um falso testemunho, é porque não lhe reprovavam ter pregado publicamente contra a lei. De fato, ele se submeteu à lei de Moisés desde a sua infância até a morte. Foi

circuncidado no oitavo dia, como todos os outros meninos. Se ele foi mais tarde batizado no rio Jordão, essa era uma cerimônia consagrada entre os judeus, como, aliás, entre todos os povos do oriente próximo. Todas as máculas legais se lavavam pelo batismo; era assim que se consagravam os sacerdotes; as pessoas eram mergulhadas em água na festa da expiação solene; os prosélitos eram batizados.

Jesus observou todos os pontos da lei; festejava todos os dias de sábado; abstinha-se das carnes proibidas; celebrava todas as festas religiosas; até mesmo antes de sua morte, celebrou a Páscoa; não foi acusado de qualquer opinião nova, nem tampouco de haver observado algum rito estrangeiro. Nascido israelita, viveu conseqüentemente como israelita.

As duas testemunhas que se apresentaram somente o acusaram de ter dito "que podia destruir o templo e reconstruí-lo em três dias". Tais afirmações seriam incompreensíveis para os judeus carnais, mas não eram, absolutamente, uma acusação de querer fundar uma nova religião.

O sumo sacerdote o interrogou e lhe disse: "Eu te ordeno em nome do Deus vivo que nos digas se és o Cristo, o filho de Deus". Não nos esclarecem o que o sumo sacerdote entendia por "filho de Deus". Algumas vezes, se utilizava essa expressão para designar "um justo"**[1]**, assim como se empregavam as palavras *filho de Belial* para indicar um "malfeitor". Os judeus grosseiros não faziam a menor idéia do mistério sagrado do Filho de Deus, o próprio Deus que havia descido à Terra.

Jesus lhe respondeu: "Tu o disseste; entretanto, eu vos declaro que desde agora vereis o Filho do Homem assentado à mão direita do Todo-Poderoso e vindo sobre as nuvens do céu".

Essa resposta foi considerada pelo sinédrio irritado como uma blasfêmia. O sinédrio não tinha o direito do gládio; eles transportaram Jesus perante o governador romano da província e o acusaram caluniosamente de ser um perturbador da ordem pública que afirmava não se dever pagar o tributo a César e que, além disso, se proclamava o rei dos judeus. Eis, portanto, a maior evidência possível de que ele foi acusado de crimes contra o Estado.

O governador Pilatos, ao saber que ele era galileu, o enviou inicialmente a Herodes, o tetrarca da Galiléia. Herodes acreditou que era impossível que Jesus pudesse aspirar a ser o chefe de um partido e que pretendesse alcançar a realeza; ele o tratou com desprezo e o devolveu a

Pilatos, que demonstrou a indigna fraqueza de condená-lo a fim de apaziguar o tumulto que fora excitado contra ele próprio, tanto mais que pouco tempo antes ele suprimira uma revolta dos judeus, conforme nos conta Josefo. Pilatos não teve a mesma generosidade demonstrada anos mais tarde pelo governador Festo.

Agora eu indago: é a tolerância ou a intolerância que provém do direito divino? Se quereis vos assemelhar a Jesus Cristo, sede mártires, e não carrascos.

[1]. Era efetivamente muito difícil para os judeus, para não dizer impossível, compreender, sem uma revelação particular, este mistério inefável da Encarnação do Filho de Deus, que era o próprio Deus. O *Gênesis* (Capítulo VI) chama de *filhos de Deus* os filhos dos homens poderosos; do mesmo modo, os grandes cedros, no *Livro dos Salmos* (LXXIX, versículo 2) são chamados de *cedros de Deus*; a melancolia que afetava Saul é *melancolia de Deus*. Entretanto, segundo parece, os judeus entenderam ao pé da letra que Jesus se dizia filho de Deus no sentido próprio; porém, se eles consideraram essas palavras como uma blasfêmia, talvez seja ainda mais uma prova da ignorância em que eles se achavam a respeito do mistério da Encarnação e de Deus, Filho de Deus, enviado à Terra para a salvação dos homens. (N.A.)

CAPÍTULO XV

Testemunhos contra a intolerância

É uma impiedade tirar a liberdade dos homens em matéria de religião, impedir que eles façam sua própria escolha de divindade; nenhum homem, nenhum deus, gostaria de ser servido à força. (*Apologética*, Capítulo XXIV)

Se usássemos de violência para a defesa da fé, os bispos se oporiam a ela. (Santo Hilário, Livro Primeiro)

Uma religião forçada não é religião: é necessário persuadir e não obrigar. Não se ordena absolutamente a adoção de uma religião (Lactâncio, Livro III)

É uma heresia execrável querer atrair pela força, por espancamentos, por aprisionamentos aqueles que não se pôde convencer pela razão. (Santo Atanásio, Livro Primeiro)

Nada é mais contrário à religião do que a violência. (São Justino Mártir, Livro V)

"Mas como perseguiremos aqueles a quem Deus tolera?", disse Santo Agostinho, antes que sua disputa com os donatistas se tornasse demasiado severa.

Que não se faça qualquer violência contra os judeus. (*Quarto Concílio de Toledo*, 57º cânone)

Aconselhai e não forçai. (Carta de São Bernardo)

Nós não pretendemos de maneira alguma destruir os erros mediante violência. (Mensagem dos Clérigos da França a Luís XIII)

Nós sempre desaprovamos os métodos de rigor. (*Assembléia dos Clérigos*, 11 de agosto de 1560)

Sabemos que se persuade à fé, mas não se obriga a ela. (Fléchier, bispo de Nîmes, *Carta Dezenove)*

Não se deve sequer usar de termos insultuosos. (Bispo Du Bellay, em uma *Instrução Pastoral*)

Lembrai-vos de que os males da alma não se curam pelo constrangimento ou pela violência. (Cardeal Le Camus, *Instrução Pastoral* de 1688)

Concedei a todos a tolerância civil. (Fénelon, Arcebispo de Cambrai, comunicação ao duque de Borgonha)

A exação forçada de uma religião é uma prova evidente de que o espírito que a conduz é um espírito inimigo da verdade. (Dirois, doutor da Sorbonne, Livro VI, Capítulo IV)

A violência só pode criar hipócritas; não se persuade ninguém quando as ameaças repercutem por toda parte. (Tillemont, *História Eclesiástica*, tomo VI).

Pareceu-nos conforme à eqüidade e à correta razão andar sobre as pegadas da antiga Igreja, que nunca usou de violência para estabelecer e expandir a religião. (Advertência do Parlamento de Paris ao rei Henrique II)

A experiência nos ensina que a violência é mais capaz de irritar do que de curar qualquer mal que esteja enraizado no espírito etc. (De Thou, *Epístola Dedicatória ao rei Henrique IV*)

A fé não se inspira a golpes de espada. (Cerisiers, *Sobre os reinados de Henrique IV e de Luís XIII*)

É um zelo bárbaro esse que pretende implantar a religião nos corações, como se a persuasão pudesse ser o efeito do constrangimento. (Boulainvilliers, *A situação da França*)

Com relação à religião se passa o mesmo que com o amor: uma ordem não tem qualquer efeito; a força, ainda menos; não existem coisas mais independentes que o amor e a crença. (Amelot de La Houssaie, sobre as *Cartas do cardeal d'Ossat*)

Se o céu vos amou o suficiente para fazer-vos enxergar a verdade, vos fez uma grande graça; mas os filhos que receberam a herança de seu pai têm o direito de odiar aqueles que não a receberam? (Montesquieu, *O espírito das leis*, Livro XXV)

Poderíamos editar um livro enorme, composto inteiramente de passagens semelhantes. Nossas histórias, nossos discursos, nossos sermões, nossas obras de moral, nossos catequismos, todos respiram e ensinam hoje em dia esse dever sagrado da indulgência. Por que fatalidade, por que inconseqüência desmentiríamos na prática uma teoria que anunciamos todos os dias? Quando nossas ações desmentem nossa moral é porque cremos que existe uma certa vantagem em fazermos o contrário daquilo que ensinamos. Contudo, certamente não existe qualquer vantagem em perseguir aqueles que não partilham de nossa opinião e em provocar seu ódio contra nós. Há, portanto, repito mais uma vez, um absurdo na intolerância. Porém, poderá ser dito, aqueles que têm interesse

em perturbar as consciências não são absurdos. É a eles que se dirige o capítulo seguinte.

CAPÍTULO XVI

Diálogo entre um moribundo e um homem que goza de boa saúde

Um cidadão encontrava-se na agonia em uma cidade da província; um homem de boa saúde veio insultá-lo em seus últimos momentos e lhe disse:

– Infeliz! Pensa como eu agora: assina este documento, confessa que existem cinco proposições em um livro que nem tu nem eu jamais lemos; assume agora as opiniões de Lanfranc contra as de Bérenger, as idéias de São Tomás de Aquino contra as de São Boaventura; abraça as resoluções do Segundo Concílio de Nicéia contra o Concílio de Frankfurt; explica-me neste instante como estas palavras "Meu Pai é maior do que eu" significam expressamente "Eu sou tão grande quanto Ele". Explica-me agora como o Pai comunica tudo ao Filho, exceto a paternidade, ou eu vou mandar jogar teu cadáver no depósito de lixo; teus filhos não herdarão teus bens, tua mulher será privada de sua pensão e tua família vai mendigar um pedaço de pão, porém os meus semelhantes não lhes darão nada.

O moribundo – Mal consigo entender o que estás me dizendo; as ameaças que me fazes chegam confusamente a meus ouvidos, mas elas perturbam minha alma e tornam horrível minha morte. Em nome de Deus, tem piedade de mim.

O bárbaro – Piedade! Não posso ter piedade de ti se não concordares com minhas opiniões em todos os detalhes.

O moribundo – Ai de mim! Não percebes que, nestes momentos derradeiros, todos os meus sentidos estão enfraquecidos, todas as portas de meu entendimento estão fechadas, as idéias fogem de minha cabeça, meus pensamentos desaparecem? Estou em condições de discutir?

O bárbaro – Está bem, se tu não és capaz de crer no que eu quero, diz que acreditas e para mim será o suficiente.

O moribundo – Como posso cometer perjúrio para agradar a ti? Dentro de um momento vou comparecer perante o Deus que castiga os perjuros.

O bárbaro – Isso não importa; terás o prazer de ser enterrado em um cemitério e tua mulher e teus filhos terão com que viver. Morres hipócrita; a hipocrisia é uma coisa boa; é, como já foi dito, uma homenagem que o

vício faz à virtude. Um pouco de hipocrisia, meu amigo, que é que isso te custa?
O MORIBUNDO – Ai de mim! Desprezas Deus ou então não o reconheces, porque estás a pedir-me uma mentira em artigo de morte, logo tu que em breve serás julgado por Ele e que terás de responder por essa mentira.
O BÁRBARO – Como, insolente!? Eu não reconheço a Deus?
O MORIBUNDO – Perdão, meu irmão, mas eu temo que nem sequer O conheças. Aquele a Quem eu adoro reanima neste momento minhas forças para dizer-te em minha voz moribunda que, se acreditas em Deus, deves demonstrar caridade para comigo. Foi Ele que me deu minha esposa e meus filhos, e tu desejas fazê-los perecer na miséria. Quanto a meu corpo, podes fazer o que bem te parecer; eu o abandono em tuas mãos, mas eu te conjuro a crer em Deus.
O BÁRBARO – Faz, sem raciocinar, o que te digo: é o que eu quero e é o que te ordeno.
O MORIBUNDO – E qual teu interesse em me atormentar tanto?
O BÁRBARO – Como? Que interesse? Se eu conseguir a tua assinatura, vou obter uma boa posição canônica.
O MORIBUNDO – Ah, meu irmão! Chegou meu último momento; vou morrer e rogarei a Deus que toque teu coração e te converta.
O BÁRBARO – Que vá para o diabo esse teimoso que não quis assinar! Pois eu vou falsificar a sua assinatura e assinar em seu lugar.

A carta seguinte é uma confirmação da mesma moral.

CAPÍTULO XVII

Carta escrita ao jesuíta Le Tellier por um de seus beneficiários a 6 de maio de 1714[1]

Meu Reverendo padre:

Obedeço às ordens que Vossa Reverendíssima me deu a fim de apresentar-lhe os meios mais adequados para livrar Jesus e Sua Companhia de seus inimigos. Eu creio que não restem mais de 150 mil huguenotes no reino; alguns dizem que há um milhão, outros que são um milhão e meio; porém, qualquer que seja seu número, esta é minha opinião, que submeto muito humildemente à vossa, tal como devo.

1o – É fácil capturar no mesmo dia todos os pregadores e enforcá-los todos juntos no mesmo lugar, não somente para a edificação pública, mas também pela beleza do espetáculo.

2º – Eu mandaria degolar em suas camas todos os pais e mães, porque, se os matássemos nas ruas, isso poderia causar algum tumulto; muitos poderiam salvar-se, o que é necessário evitar a qualquer custo. Essa execução é um corolário necessário de nossos princípios: pois, se é necessário matar um herege, como demonstram tantos grandes teólogos, é evidente que é preciso matar a todos.

3º – No dia seguinte, eu casaria todas as moças com bons católicos, porque não podemos despovoar muito o Estado, como aconteceu na última guerra; contudo, o meu conselho no que se refere aos rapazes de catorze e quinze anos, já imbuídos de maus princípios, que não podemos nos iludir em sermos capazes de extinguir, é que todos eles sejam castrados a fim de que sua raça nunca mais seja reproduzida. Quanto aos meninos menores, eles serão criados nos colégios dos jesuítas e chicoteados até que saibam de cor as obras de Sánchez e de Molina.

4º – Eu penso, salvo correção, que precisamos fazer assim com todos os luteranos da Alsácia, considerando que no ano de 1704 eu escutei duas velhas daquela província rindo no dia da batalha de Hochstedt.

5º – O caso dos jansenistas parecerá talvez um pouco mais embaraçador: acredito que seu número seja de seis milhões, no mínimo; todavia, um espírito como o seu não deverá ter medo disso. Eu incluo nos jansenistas todos os parlamentos que sustentam tão indignamente as liberdades da Igreja Galicana. Vossa Reverendíssima deverá pesar, com

sua prudência costumeira, os meios de submeter todos esses espíritos intratáveis. A Conspiração da Pólvora não obteve o sucesso desejado; parece que um dos conjurados teve a indiscrição de querer salvar a vida de um amigo seu; porém, como não tendes nenhum amigo, não se deve temer o mesmo inconveniente; a vós será bastante fácil mandar explodir todas as câmaras de deputados do reino com essa invenção do monge Schwartz que se chama *pulvis pyrius*. Eu calculo que serão necessários, uns amarrados aos outros, 36 barris de pólvora para cada câmara; desse modo, multiplicando-se 12 câmaras de deputados por 36 barris, não vamos precisar mais do que 432 barris de pólvora, os quais, ao custo de cem escudos por unidade, comporão um total de 129.600 libras: é uma bagatela para o reverendíssimo padre geral.

Uma vez sanados os parlamentos, dareis seus cargos a membros de vossa congregação, que estão perfeitamente instruídos nas leis do reino.

6º – Será fácil envenenar o sr. Cardeal de Noailles, que é um homem ingênuo e que não desconfia de nada.

Vossa Reverendíssima empregará os mesmos meios de conversão junto aos bispos renitentes; seus bispados serão entregues às mãos de jesuítas por meio de uma autorização papal. Desse modo, todos os bispos serão do partido da boa causa e todos os curas de igrejas serão habilmente escolhidos por esses bispos: é o que aconselho, dependendo do bom grado de Vossa Reverendíssima.

7º – Como se diz que os jansenistas comungam ao menos na Páscoa, não seria má idéia polvilhar as hóstias com a droga que foi utilizada para fazer justiça ao imperador Henrique VII. Algum crítico me dirá talvez que se correria o risco, durante essa operação, de dar também a "morte dos ratos" aos molinistas; essa objeção é importante, mas não existe nenhum projeto que não tenha seus inconvenientes, nenhum sistema que não esteja ameaçado de ruína em alguma parte. Se nos deixarmos impedir por essas pequenas dificuldades, jamais chegaremos ao final de nada; aliás, como se trata de buscar o maior bem que nos seja possível, não nos devemos escandalizar se esse bem maior acarretar consigo algumas más conseqüências, que não devem merecer qualquer consideração.

Não temos nada a nos reprovar: foi demonstrado que todos os pretensos reformados e todos os jansenistas já estão condenados ao inferno; assim, a única coisa que faremos é apressar o momento em que eles devem entrar em sua posse.

Não está menos claro que o paraíso pertence de direito aos molinistas: portanto, se os fizermos perecer por acaso e sem qualquer má intenção, estaremos acelerando sua alegria. Em ambos os casos, seremos os ministros da Providência.

Quanto àqueles que poderiam ficar um pouco assustados com os números, Vossa Paternidade poderá observar-lhes que, desde os dias florescentes da Igreja até 1707, isto é, durante cerca de 1.400 anos, a teologia já causou o massacre de mais de cinqüenta milhões de homens, enquanto eu apenas proponho enforcar, degolar ou envenenar cerca de seis milhões e quinhentos mil.

Talvez ainda nos apresentem a objeção de que minha conta não é correta e que estou violando a "regra de três"; isso porque, dirão, se em 1.400 anos apenas pereceram cinqüenta milhões de homens em conseqüência de distinções, dilemas e antilemas teológicos, isso não dá por ano mais do que 35.714 pessoas, com uma fração, e que, desse modo, eu mato 6.464.085 pessoas a mais, com uma fração, durante o presente ano.

Mas, na verdade, esta é uma chicana bem pueril; podemos até mesmo dizer que é ímpia, porque não se vê que, através de meu procedimento, eu salvo a vida de todos os católicos até o fim do mundo. Isso jamais seria feito se quiséssemos atender a todas as críticas. Eu sou, com um profundo respeito por Vossa Paternidade,

O muito humilde, muito devoto e muito doce R...[2],
natural de Angoulême, prefeito da Congregação.

Esse projeto não pôde ser executado, porque o padre Le Tellier encontrou algumas dificuldades, além do fato de que Sua Paternidade foi exilado no ano seguinte. No entanto, como sempre se deve examinar os prós e os contras, parece bom pesquisarmos em que casos se poderia legitimamente seguir em parte os pontos de vista do correspondente do padre Le Tellier. Segundo parece, seria difícil executar esse projeto em todos os seus pontos, mas sempre é necessário ver-se em que ocasiões se deve matar no pelourinho ou na forca ou mandar para as galeras as pessoas que não compartilham de nossas opiniões: esse é o tema do capítulo seguinte.

[1]. Quando escrevíamos dessa maneira, em 1762, a ordem dos jesuítas ainda não havia sido abolida na França. Se eles já tivessem caído em desgraça, o autor sem dúvida os respeitaria. Mas

que se recorde para sempre que eles só foram perseguidos porque tinham sido antes perseguidores e que seu exemplo faça tremer aqueles que, sendo ainda mais intolerantes do que os jesuítas, gostariam de oprimir um dia todos os seus concidadãos que não abraçassem suas opiniões duras e absurdas. (Nota de Voltaire, acrescentada em 1771)
[2]. Ravaillac. (N.A.)

CAPÍTULO XVIII

Os únicos casos em que a intolerância faz parte do direito humano

Para que um governo não tenha o direito de punir os erros dos homens, é necessário que esses erros não sejam crimes; os erros somente são crimes quando perturbam a sociedade; eles perturbam a sociedade desde que inspirem fanatismos: é preciso, portanto, que os homens comecem por deixar de ser fanáticos a fim de merecer a tolerância.

Se alguns jovens jesuítas, sabendo que a Igreja os reprovou, horrorizada, ou seja, que os jansenistas foram condenados por uma bula papal, que assim os jansenistas são réprobos, decidiram queimar um convento dos padres do Oratório porque Quesnel, um oratoriano, era também jansenista, está claro que seremos obrigados a punir esses jesuítas.

Do mesmo modo, se eles compilaram máximas reprováveis, se sua regra é contrária às leis do reino, não se pode impedir que sua Companhia seja dissolvida e que os jesuítas sejam abolidos e transformados em cidadãos comuns; o que, no fundo, é um mal imaginário e para eles um bem real, pois onde está o mal em se usar roupas civis em lugar de uma sotaina e de ser livre em vez de ser escravo? Regimentos inteiros são dissolvidos e reformados em tempos de paz e ninguém se queixa disso; por que os jesuítas se proclamam em tão altos gritos quando são dissolvidos para que todos possamos ter paz?

Se os franciscanos, transportados por um santo zelo pela Virgem Maria, fossem demolir a igreja dos jacobinos porque estes pensam que Maria nasceu com o pecado original, seríamos obrigados a tratar os franciscanos mais ou menos como foram tratados os jesuítas.

Podemos dizer o mesmo dos luteranos e dos calvinistas. Eles poderiam perfeitamente dizer: nós seguimos os impulsos de nossa consciência e mais vale obedecer a Deus do que aos homens; nós somos o verdadeiro rebanho; devemos, portanto, exterminar os lobos. Em tal caso, seria evidente que os lobos eram eles mesmos.

Um dos mais assombrosos exemplos de fanatismo foi o de uma pequena seita da Dinamarca, cujo princípio era o melhor do mundo. Essa

gente queria obter a salvação eterna para seus irmãos, mas as conseqüências desse princípio eram singulares. Eles sabiam que todas as criancinhas que morrem sem batismo são danadas e que aquelas que têm a felicidade de morrer imediatamente após o batismo gozam da glória eterna; então eles passaram a matar todos os meninos e meninas recentemente batizados que podiam encontrar; sem a menor dúvida porque lhes pretendiam fazer o maior bem que seria possível conferir-lhes neste mundo; ao mesmo tempo, os preservavam do pecado, das misérias desta vida e do inferno: eram infalivelmente enviados para o céu. Mas essa gente caridosa não considerava que não lhes era permitido realizar um pequeno mal para obter um grande bem; que eles não tinham o menor direito sobre a vida dessas criancinhas; que a maioria dos pais e das mães está suficientemente presa à carne para preferir ter junto de si seus filhos a vê-los mortos para partirem diretamente para o paraíso; e que, em resumo, o magistrado deve punir os homicidas, por melhores que tenham sido suas intenções.

Os judeus pareceriam ter mais direito do que quaisquer outras pessoas de nos roubar e de nos matar porque, ainda que existam centenas de exemplos de tolerância no *Velho Testamento*, não obstante existem nele também alguns exemplos e algumas leis bastante rigorosas. Houve ocasiões em que Deus lhes ordenou que matassem os idólatras e que não perdoassem senão as meninas virgens; ora, eles nos consideram como idólatras e, ainda que nós os toleremos hoje em dia, se fossem os senhores poderiam perfeitamente não deixar no mundo senão as nossas filhas.

Eles estariam sobretudo na obrigação indispensável de assassinar todos os turcos, o que é um argumento indiscutível, pois os turcos possuem as terras dos heteus, dos jebuseus, dos amorreus, dos jerseneus, dos heveus, dos araceus, dos cineus, dos hamateus e dos samaritanos: todos esses povos foram devotados ao anátema. Suas terras, com mais de 25 léguas de extensão, foram dadas aos judeus mediante vários pactos consecutivos; eles devem retomar seus bens, mesmo que os maometanos os tenham usurpado há mais de mil anos.

Se os judeus raciocinassem assim hoje em dia, está claro que não haveria outra resposta a lhes dar senão mandá-los todos para as galeras.

Esses são, mais ou menos, os únicos casos em que a intolerância parece ser razoável.

CAPÍTULO XIX

Relato de uma disputa sobre uma controvérsia religiosa na China

Durante os primeiros anos do reinado do grande imperador Kang-hi, um mandarim da cidade de Cantão escutou de sua mansão um grande ruído que provinha de uma casa vizinha. Ele mandou indagar se haviam matado alguém, e disseram-lhe que eram o esmoler da Companhia Dinamarquesa e um capelão de Batávia que discutiam com um jesuíta. O imperador mandou chamar os três, serviu-lhes chá e confeitos e depois indagou por que estavam disputando.

O jesuíta lhe respondeu que era muito doloroso para ele, que sempre tinha razão, ter de lidar com gente que estava sempre errada; que inicialmente ele havia argumentado com a maior moderação, mas que, por fim, havia perdido a paciência.

O mandarim o fez sentir, com o máximo de discrição possível, como a polidez é necessária nas disputas, disse-lhe que as pessoas nunca se descontrolavam na China e indagou-lhe de que se tratava a discussão.

O jesuíta respondeu-lhe:

– Senhor, peço que seja juiz entre nós: estes dois cavalheiros se recusam a submeter-se às decisões do Concílio de Trento.

– Isso me espanta – disse o mandarim. Depois, voltou-se para os dois refratários. – Parece-me, cavalheiros, que vocês deveriam respeitar a opinião de uma grande assembléia. Eu não sei o que seja esse Concílio de Trento, mas muitas pessoas são sempre mais instruídas do que uma só. Ninguém deve acreditar que sabe mais que os outros e que a razão somente se encontra em sua própria cabeça; é assim que ensina nosso grande Confúcio. E, se vocês concordam com o que eu digo, seria uma boa atitude de sua parte aceitar o que decidiu o Concílio de Trento.

O dinamarquês então tomou a palavra e disse:

– O senhor fala com grande sabedoria; nós respeitamos as grandes assembléias tanto quanto devemos. Portanto, somos inteiramente da opinião de muitas assembléias que se realizaram antes do Concílio de Trento.

– Ah, mas se é assim!... – disse o mandarim. – Eu lhes peço perdão, vocês podem perfeitamente ter razão. Isso quer dizer que vocês dois têm a

mesma opinião, este holandês e você, mas são contrários a este pobre jesuíta?

– Absolutamente – disse o holandês. – Este homem aqui tem opiniões quase tão extravagantes quanto as deste jesuíta que está bancando o inocente em sua presença, mas não há meio de apoiá-lo.

– Eu não vos compreendo – disse o mandarim. – Não sois vós, todos os três, cristãos? Não viestes todos os três com o mesmo objetivo de ensinar o cristianismo em nosso império? E não deveríeis ter, em conseqüência, os mesmos dogmas?

– Vede, Senhor – disse o jesuíta –, esses dois são inimigos mortais, mas os dois estão disputando também comigo. Portanto, é evidente que os dois estão errados e que a razão se encontra inteiramente do meu lado.

– Não, isso não é evidente – disse o mandarim. – Seria possível argumentar com boas razões que vocês três estão errados: estou curioso e gostaria de escutá-los um após o outro.

O jesuíta fez então um discurso muito longo, durante o qual o dinamarquês e o holandês se limitavam a dar de ombros; o mandarim não entendeu uma só palavra. O dinamarquês falou por sua vez, enquanto seus dois adversários o encaravam cheios de piedade; e o mandarim não entendeu mais do que antes. O holandês teve a mesma sorte. Finalmente, eles começaram a falar todos ao mesmo tempo e a se lançar grosseiras injúrias. O mandarim teve grande dificuldade para interromper a discussão, até que disse:

– Se vocês pretendem que se tolere aqui a sua doutrina, terão de começar por não serem nem intolerantes nem intoleráveis.

Ao sair da audiência, o jesuíta encontrou um missionário jacobino: informou-o de que havia ganho a causa, assegurando-lhe que a verdade triunfava sempre. O jacobino lhe disse:

– Se eu estivesse presente, você não teria ganho: eu teria provado que você é um mentiroso e um idólatra.

A discussão se aqueceu. O jacobino e o jesuíta chegaram às vias de fato. O mandarim, informado do escândalo, mandou prender os dois. Um submandarim disse ao juiz:

– Por quanto tempo Vossa Excelência deseja que eles permaneçam presos?

– Até que eles entrem em um acordo – disse o juiz.

– Ah! – redargüiu o submandarim – Então eles vão ficar na prisão para o resto da vida.

– Pois muito bem! – disse o juiz. – Então até que se perdoem.

– Eles não se perdoarão nunca – disse o outro. – Eu os conheço muito bem.

– Tudo bem – disse o mandarim. – Então até que eles finjam se perdoar.

CAPÍTULO XX

Se é útil conservar o povo na superstição

Tal é a fraqueza do gênero humano e tal a sua perversidade que, indubitavelmente, é melhor que ele seja subjugado por todas as superstições possíveis, desde que não venham a causar assassinatos, do que viver sem religião. O homem sempre teve necessidade de um freio e, ainda que possa ter sido ridículo fazer sacrifícios aos faunos, ninfas e naiades, era bem mais razoável e útil adorar essas imagens fantasiosas da Divindade do que viver no ateísmo. Um ateu polêmico, violento e robusto seria um flagelo tão funesto quanto um supersticioso sanguinário.

Quando os homens não têm noções sadias da Divindade, as idéias falsas ocupam seu lugar, como durante épocas infelizes se comercia com moeda falsa na falta da verdadeira. Os pagãos temiam cometer crimes, porque tinham medo de ser punidos pelos falsos deuses; os malabares têm medo de ser castigados pelo seu pagode. Em qualquer lugar em que houver uma sociedade estabelecida, uma religião é necessária; as leis reprimem os crimes conhecidos, enquanto a religião se encarrega dos crimes secretos.

No entanto, tão logo os homens sejam levados a abraçar uma religião pura e santa, as superstições se tornam não só inúteis como também muito perigosas. Não se deve querer nutrir com bolotas de carvalho aqueles a quem Deus se dignou a alimentar com pão.

A superstição está para a religião na mesma proporção em que a astrologia está para a astronomia; é a filha abobalhada de uma mãe muito sábia. Mas essas duas filhas durante muito tempo subjugaram toda a Terra.

Naquela época em que, durante nossos séculos de barbárie, apenas dois ou três senhores feudais possuíam em casa um exemplar do *Novo Testamento*, poderia ser perdoável apresentar fábulas ao povo comum, o que inclui os senhores feudais analfabetos, suas mulheres imbecis e os brutos que tinham por vassalos; era a época em que os levavam a crer que São Cristóvão tinha carregado o Menino Jesus de uma margem à outra de um rio; impingiam-lhes histórias de feiticeiras e de possessos; eles acreditavam facilmente que São Joelho curava a gota e que Santa Clara curava olhos doentes. As crianças acreditavam em lobisomens e os pais nos poderes do cinto de São Francisco. O número de relíquias era inumerável.

O ranço de tantas superstições subsistiu ainda entre os povos, mesmo depois que a religião foi depurada. Dizem que quando o sr. de Noailles, bispo de Châlons, mandou retirar do altar e lançar ao fogo a falsa relíquia do Santo Umbigo de Jesus Cristo, a cidade inteira de Châlons se revoltou contra ele; porém, ele tinha tanta coragem quanta fé e finalmente conseguiu fazer com que os habitantes da cidade acreditassem que podiam adorar Jesus Cristo em espírito e em verdade, sem precisar ter seu cordão umbilical dentro de uma igreja.

Aqueles que foram chamados de *jansenistas* não contribuíram pouco para desenraizar lentamente no espírito da nação a maior parte das falsas idéias que desonravam a religião cristã. O povo parou de acreditar que era suficiente rezar a Oração dos Trinta Dias à Virgem Maria não só para obter tudo o que se desejava, como também para poder pecar impunemente.

Por fim, a burguesia começou a suspeitar que não era Santa Genoveva que trazia ou fazia parar a chuva, mas que era o próprio Deus que governava os elementos. Os monges foram ficando espantados porque seus santos não faziam mais milagres; se os redatores da *Vida de São Francisco Xavier* retornassem ao mundo, não ousariam mais escrever que esse santo ressuscitara nove mortos, que ele aparecia ao mesmo tempo no mar e na terra e que, quando seu crucifixo caiu no mar, um caranguejo veio devolvê-lo.

O mesmo aconteceu com relação às excomunhões. Nossos historiadores nos contam que, na ocasião em que o rei Roberto foi excomungado pelo papa Gregório V pelo pecado de se ter casado com a princesa Berta, sendo esta sua comadre, seus criados jogaram pelas janelas os alimentos que deveriam ser servidos ao rei, e a rainha Berta deu à luz uma gansa como punição por esse casamento incestuoso. Hoje em dia, duvidamos tanto que os copeiros de um rei da França excomungado jogassem seu jantar pela janela quanto que a rainha trouxesse ao mundo um gansinho nessa mesma ocasião.

Se ainda existem os que tenham convulsões em algum lugar escondido em um bairro, é conseqüência da doença dos piolhos de que somente a populaça mais inferior é atacada hoje em dia. A cada dia a razão penetra mais fundo na França, das lojas dos comerciantes às mansões dos senhores. É preciso, portanto, cultivar os frutos dessa razão, tanto mais que agora já se tornou impossível impedir que despontem. Não se pode mais governar a França, depois que ela foi esclarecida por Pascal, por

Nicole, por Arnauld, por Bossuet, por Descartes, por Gassendi, por Bayle, por Fontenelle etc., como ela era governada no tempo dos Garasse e dos Menot.

Se os mestres dos erros, e falo nos grandes mestres, pagos e honrados por tanto tempo para embrutecer a espécie humana, ordenassem hoje que deveríamos crer que o grão precisa apodrecer primeiro para depois germinar; que a Terra está imóvel em seus fundamentos e que ela absolutamente não gira ao redor do sol; que as marés não são um efeito natural da gravitação; que o arco-íris não é formado pela refração e reflexão dos raios luminosos etc., e se eles se baseassem em partes malcompreendidas das Santas Escrituras para apoiar suas ordenanças, como seriam encarados por todos os seres humanos instruídos? O termo *bestas* seria forte demais? E se esses sábios mestres empregassem a força bruta e a perseguição para fazer reinar sua ignorância insolente, o termo *bestas sanguinárias* estaria deslocado?

Quanto mais as superstições dos monges são desprezadas, mais os bispos são respeitados e os párocos tidos em consideração: estes só fazem o bem e as superstições monacais ultramontanistas já fizeram muito mal. De todas as superstições, porém, a mais perigosa não é a de odiar seu próximo em virtude de suas opiniões? E não é evidente que seria ainda mais racional que alguém adorasse um santo umbigo, um santo prepúcio, o leite e o manto da Virgem Maria do que detestasse e perseguisse seus irmãos?

CAPÍTULO XXI

A VIRTUDE VALE MAIS DO QUE A CIÊNCIA

Quanto menos dogmas, menos disputas; e quanto menos disputas, menos infelicidades; se isso não é verdade, então o errado sou eu.

A religião foi instituída para nos tornar felizes nesta vida e na outra. O que é necessário para ser feliz na vida que há de vir? Ser justo.

Para ser feliz na vida atual, tanto quanto o permite a miséria de nossa natureza humana, o que é necessário? Ser indulgente.

Seria o cúmulo da loucura pretender levar todos os homens a pensar de maneira uniforme no terreno da metafísica. Será muito mais fácil subjugar o universo inteiro pela força das armas do que dominar todos os espíritos de uma única cidade.

Euclides conseguiu com bastante facilidade seu objetivo de persuadir todos os homens das verdades da geometria. Por quê? Porque não existe uma só delas que não seja um corolário evidente deste pequeno axioma: *dois e dois são quatro.* Mas não se passa absolutamente assim nessa mistura confusa que é formada pela metafísica e pela teologia.

Na época em que o bispo Alexandre e o padre Ário ou Arius começaram a disputar em torno da maneira segundo a qual o *Logos* era uma emanação do Pai, o imperador Constantino lhes escreveu imediatamente estas palavras registradas por Eusébio e por Sócrates: "Vocês são dois grandes tolos por estarem discutindo sobre coisas que não são capazes de entender".

Se os dois partidos tivessem sido sensatos o bastante para reconhecer que o imperador tinha razão, o mundo cristão não teria sido ensangüentado durante trezentos anos.

Efetivamente, o que poderia ser mais tolo e mais horrível que dizer aos homens: "Meus amigos, não é suficiente que sejais súditos fiéis, filhos submissos, pais ternos, vizinhos cordiais, que pratiqueis todas as virtudes, que cultiveis a amizade, que fujais à ingratidão, que adoreis Jesus Cristo em paz: ainda é necessário que saibais como somos engendrados desde toda a eternidade. Se vós não sois capazes de distinguir o *omousion* dentro da *hipóstase*, nós declaramos que sereis queimados durante toda a eternidade, e que, enquanto esperamos por esse evento, vamos começar por matá-los"?

Se esse tipo de decisão fosse apresentado a Arquimedes, Possidônio, Varrão, Catão ou Cícero, o que eles teriam respondido?

Constantino não perseverou em sua resolução de impor silêncio aos dois partidos; ele poderia ter convocado os chefes da disputa para seu palácio; poderia ter indagado deles com que autoridade estavam perturbando o mundo: "Vocês têm as certidões da família divina? Que lhes importa que o Espírito Santo seja feito ou gerado, desde que sejam fiéis a ele, desde que preguem uma boa moral e que a pratiquem ao menos em parte? Eu cometi grande número de faltas em minha vida e vocês também; vocês são ambiciosos e eu também o sou; para conseguir o império, tive de praticar embustes e crueldades; assassinei quase todos os meus íntimos; estou arrependido disso; quero expiar meus crimes tornando o império romano um lugar tranqüilo; não me impeçam de fazer o único bem que poderia levar a esquecer minhas antigas barbaridades; ajudem-me a terminar meus dias em paz." Mas talvez ele não tivesse conseguido ganhar dos disputantes; talvez sua vaidade fosse satisfeita ao presidir um concílio vestindo uma longa toga vermelha e uma grossa tiara de pedrarias na cabeça.

Eis aí o que abriu a porta a todos esses flagelos que vieram deste a Ásia para inundar o Ocidente. De cada versículo contestado brotou uma fúria armada de um sofisma e de um punhal, que tornou todos os homens insensatos e cruéis. Os hunos, hérulos, godos e vândalos que vieram depois praticaram infinitamente menos mal e a pior coisa que fizeram realmente foi deixarem-se converter e envolver nessas mesmas disputas fatais.

CAPÍTULO XXII

Sobre a tolerância universal

Não é preciso ter grande arte nem dispor de eloqüência bem-elaborada para provar que os cristãos devem tolerar uns aos outros. Mas eu vou mais longe: eu lhes digo que é necessário considerar todos os homens como nossos irmãos. O quê? Meu irmão, o turco? Meu irmão, o chinês? O judeu? O siamês? Sim, sem a menor dúvida, pois não somos todos filhos do mesmo pai, criaturas do mesmo Deus?

Mas esses povos nos desprezam; eles nos tratam de idólatras! Pois tudo bem! Eu lhes direi que estão totalmente errados. Segundo me parece, eu poderia ao menos espantar um imã orgulhoso ou um *talapoin*[1] irredutível se lhes falasse mais ou menos assim:

– Este pequeno globo, que não é mais do que um ponto, rola através do espaço, assim como tantos outros globos: estamos perdidos nessa imensidão. O ser humano, cuja altura média é de pouco mais de um metro e meio, seguramente não representa grande coisa dentro da criação. Um desses seres imperceptíveis disse a alguns de seus vizinhos, na Arábia ou na terra dos cafres: "Escutai-me, porque o Deus de todos esses mundos me iluminou. Ele tem novecentos milhões de formiguinhas iguais a nós sobre a Terra, mas é somente o meu formigueiro que agrada a Deus; ele observa todos os outros com horror desde a eternidade; esse formigueiro será o único feliz e todos os demais serão desafortunados por toda a eternidade".

A essa altura, eles me prenderiam e exigiriam saber qual foi o idiota que disse essa besteira. Eu me sentiria obrigado a lhes responder: "Foram vocês mesmos". A seguir, me esforçaria para acalmá-los, mas seria uma tarefa bem difícil.

Eu falaria então aos cristãos e ousaria dizer, por exemplo, a um dominicano inquisidor em favor da fé:

– Meu irmão, você sabe que cada província da Itália tem o seu jargão e que ninguém fala em Veneza ou em Bérgamo como se fala em Florença. A Academia da Crusca fixou a língua; seu dicionário é uma regra de que não nos podemos afastar e a *Grammatica* de Buonmattei é um guia infalível que se deve seguir. Mas você acredita que o cônsul da Academia ou, em sua ausência, Buonmattei teria, em sã consciência, mandado cortar a língua de todos os venezianos e bergamascos que persistissem a falar o seu dialeto?

O inquisidor me responderia:

– Existe uma grande diferença. O que estamos tratando aqui é da salvação de sua alma; é para seu bem que o diretório da Inquisição ordena que você seja preso em conseqüência do depoimento de uma única pessoa, mesmo que ela seja de má reputação e condenada pela justiça; que você não tenha direito a ser defendido por um advogado; que o nome de seu acusador nem sequer lhe seja dado a conhecer; que o inquisidor lhe prometa perdão se confessar e a seguir o condene; que o submetam a cinco torturas diferentes e que depois você seja açoitado, ou mandado para as galeras ou queimado cerimoniosamente em uma fogueira. O padre Ivonet, o dr. Cuchalon, Zanchinus, Campegius, Roias, Felynus, Gomarus, Diabarus e Gemelinus defendem formalmente esse ponto de vista, e essa piedosa prática não pode sofrer qualquer contradição.

Eu tomaria a liberdade de responder:

– Meu irmão, talvez você até tenha razão; estou convencido de que você somente deseja me fazer bem. Mas eu não posso ser salvo sem passar por tudo isso?

É verdade que esses horrores absurdos não emporcalham mais diariamente a face da Terra, mas foram freqüentes, e com seus relatos comporíamos facilmente um volume bem mais grosso do que os Evangelhos que os reprovam. Não só é bastante cruel perseguir nesta curta vida aqueles que não pensam igual que nós, mas eu não sei se também não será um grande atrevimento pronunciar sua condenação eterna. Segundo me parece, não cabe aos átomos de um momento, tais como somos nós, prever dessa forma as sentenças do Criador. Estou bem longe de combater esta sentença: “Fora da Igreja não há salvação”. Eu a respeito, assim como tudo o que ela ensina; porém, conheceremos nós verdadeiramente todos os caminhos de Deus e toda a extensão de suas misericórdias? Não é permitido ter tanta esperança n’Ele como temê-Lo? Não é suficiente que sejamos fiéis à Igreja? Será preciso que cada indivíduo usurpe os direitos da Divindade e decida antes dela qual será a sorte eterna de todos os homens?

Quando vestimos luto por um rei da Suécia, da Dinamarca, da Inglaterra ou da Prússia, por acaso afirmamos estar usando luto por um réprobo que já queima eternamente no inferno? Existem na Europa quarenta milhões de habitantes que não pertencem à Igreja de Roma; diremos então a cada um deles: “Cavalheiro, considerando que o senhor

está infalivelmente condenado, eu não quero nem comer, nem comerciar, nem conversar com você".

Qual é o embaixador da França que, estando presente na audiência do grão-senhor turco, dirá no fundo de seu coração: "Sua Alteza será infalivelmente queimado durante toda a eternidade, porque está submetido à circuncisão"? Se ele acreditasse realmente que o grão-senhor é inimigo mortal de Deus e objeto de sua vingança, poderia falar com ele? Deveria mesmo ter sido enviado para parlamentar com ele? Com qual homem poderia comerciar, que dever da vida civil poderia exercer se efetivamente estivesse convencido dessa idéia que manifestamos sobre os réprobos?

Oh, sectários de um Deus clemente! Se tivésseis um coração cruel; se, ao adorar aquele de quem a lei inteira consiste nestas palavras: "Ama a Deus e a teu próximo", tivésseis sobrecarregado essa lei pura e santa com sofismas e disputas incompreensíveis; se tivésseis excitado a discórdia, fosse por meio de uma palavra nova, fosse por uma única letra do alfabeto; se tivésseis acrescentado penas eternas à omissão de algumas palavras ou de algumas cerimônias que outros povos não pudessem conhecer, eu vos diria, derramando lágrimas sobre o gênero humano: "Transportai-vos comigo para o dia em que todos os homens serão julgados e no qual Deus retribuirá a cada um segundo suas obras".

"Eu vejo todos os mortos dos séculos passados e do nosso comparecerem à Sua presença. Tendes certeza do que nosso Criador e nosso Pai dirá ao sábio e virtuoso Confúcio, ao legislador Sólon, a Pitágoras, a Zaleuco, a Sócrates, a Platão, aos divinos Antoninos, ao bom Trajano, a Tito, chamado 'as delícias do gênero humano', a Epíteto e a tantos outros homens, os modelos da humanidade: Monstros, ireis sofrer castigos infinitos em intensidade e em duração; que vosso suplício seja tão eterno como eu o sou! Quanto a vós, meus bem-amados, Jean Châtel, Ravaillac, Damiens, Cartouche etc., que morrestes dentro das fórmulas prescritas, partilhai para sempre à minha mão direita o meu império e a minha felicidade."

Recuais de horror ao ouvir essas palavras; porém, depois que elas escaparam de minha boca, já não tenho nada mais a vos dizer.

[1]. Monge budista do leste da Índia. (N.E.)

CAPÍTULO XXIII

Prece a Deus

Já não é mais aos homens que me dirijo; é a Ti, Deus de todos os seres, de todos os mundos e de todos os tempos: se é permitido a frágeis criaturas perdidas na imensidade e imperceptíveis ao resto do Universo ousar pedir-Te alguma coisa, a Ti que já lhes deste tudo, a Ti, cujos decretos são tão imutáveis como eternos, digna-Te a olhar com piedade os erros inerentes à nossa natureza; que esses erros não nos tragam calamidades. Tu que absolutamente não nos deste um coração para que nos odiássemos, nem mãos para que nos matássemos, faze com que nos ajudemos mutuamente a suportar os fardos de uma vida penosa e passageira; que as pequenas diferenças entre as vestes que cobrem nossos débeis corpos, entre todas as nossas linguagens insuficientes, entre todos os nossos costumes ridículos, entre todas as nossas leis imperfeitas, entre todas as nossas opiniões insensatas, entre todas as nossas condições tão desproporcionadas a nossos olhos, porém tão iguais perante os Teus; que todas essas pequenas nuances que distinguem entre si os átomos chamados *homens* não sejam mais motivos de ódio e de perseguição; que esses que acendem círios à luz do meio-dia para Te celebrar suportem aqueles que se contentam com a luz de Teu sol; que esses que cobrem suas vestes com uma toalha branca para dizer que é preciso Te amar não detestem os que dizem o mesmo quando usam um manto de lã negra; que seja a mesma coisa Te adorar em um jargão derivado de uma antiga língua ou em um dialeto mais moderno; que esses cujas vestes são tintas de vermelho ou de roxo e que dominam uma pequena parcela de um pequeno fragmento da lama deste mundo e que possuem alguns fragmentos arredondados de um certo metal gozem sem orgulho daquilo que chamam de *grandeza* e de *riquezas* e que sejam contemplados pelos outros sem inveja; pois Tu sabes que nessas vaidades não existe nada a ser invejado, nem nada de que se orgulhar.

Que todos os homens possam recordar que são irmãos! Que encarem com horror toda tirania exercida sobre as almas, assim como sentem execração pelos salteadores que arrebatam pela força o fruto pacífico do trabalho e da indústria! Se os flagelos da guerra forem inevitáveis, que não nos odiemos, nem nos dilaceremos uns aos outros no seio da paz e empreguemos este instante que é nossa existência a bendizer igualmente

em mil línguas diversas, do Sião à Califórnia, Tua bondade que nos deu este instante.

CAPÍTULO XXIV

PÓS-ESCRITO

Enquanto trabalhávamos nesta obra, com o único desígnio de tornar os homens mais compassivos e mais amáveis, um outro homem escrevia com um propósito totalmente contrário: pois cada um tem sua opinião. Esse homem mandou imprimir um pequeno código da perseguição, intitulado *O acordo entre a religião e a humanidade* (este último deve ser um erro do impressor: leia-se *a desumanidade*).

O autor do santo libelo se apóia em Santo Agostinho, o qual, depois de pregar a cordialidade por tanto tempo, acabou por pregar a perseguição, considerando que nessa ocasião ele era o mais forte e que mudava de opinião com bastante freqüência. Ele cita também o bispo de Meaux, Bossuet, que perseguiu o célebre Fénelon, arcebispo de Cambrai, culpado de ter mandado imprimir que vale a pena amar a Deus por amor d'Ele mesmo.

Bossuet era eloqüente, admito; o bispo de Hipona, algumas vezes inconseqüente, se expressava melhor do que os outros africanos, também o admito; contudo, tomarei a liberdade de dizer ao autor desse santo libelo o mesmo que falou Armande na peça *As Eruditas:*

> Quando pretendemos tomar uma pessoa por modelo,
> devemos nos assemelhar a seus melhores aspectos.
>
> (Ato I, Cena I)

Eu direi ao bispo de Hipona: "Cavalheiro, o senhor mudou de opinião; permita-me permanecer de acordo com sua opinião inicial. Na verdade, acho que é a melhor."

Eu direi ao bispo de Meaux: "Monsenhor, sois um grande homem: eu vos considero pelo menos tão sábio quanto Santo Agostinho e bem mais eloqüente do que ele; mas por que atormentar tanto o seu confrade, que foi tão eloqüente quanto vós, se bem que em outro gênero, e que era muito mais amável?".

O autor do santo libelo sobre a desumanidade não é nem um Bossuet, nem um Agostinho. Segundo me parece, daria um excelente inquisidor; gostaria que ele fosse para Goa a fim de encabeçar o belo tribunal que eles têm por lá. Além disso, ele é um estadista e proclama grandes princípios de política: "Se existirem entre vós", diz ele, "muitos heterodoxos,

controlai-os, persuadi-os; se houver somente um pequeno número, empregai o pelourinho e as galeras, e o resultado será bastante bom". Pelo menos é o que nos aconselha nas páginas 89 e 90.

Pela graça de Deus, eu sou um bom católico e não tenho nenhum motivo para temer o que os huguenotes chamam de *martírio*; porém, se esse homem alguma vez chegar a primeiro-ministro, como ele parece se gabar em seu próprio libelo de que se tornará, eu o advirto de que partirei para a Inglaterra no dia em que ele receber a portaria de sua nomeação.

Enquanto espero, só posso agradecer à Providência porque ela permite que gente da sua espécie seja sempre de fraco raciocínio. Ele chega a citar Bayle entre os partidários da intolerância, o que é sensato e verdadeiro. No entanto, a partir do fato de que Bayle concorda que é necessário castigar os sediciosos e os velhacos, nosso homem conclui que é necessário perseguir a ferro e fogo pessoas pacíficas e de boa-fé.

Quase todo o seu livro é uma imitação da *Apologia do São Bartolomeu.* Ou ele é esse apologista, ou seu eco. Em qualquer dos casos, é de se esperar que nem o mestre nem o discípulo jamais venham a governar o Estado.

Todavia, se calhar que eles se tornem os senhores, eu lhes apresento, com a devida vênia, este requerimento, referente a duas linhas da página 93 do santo libelo:

"É necessário sacrificar à felicidade de um vigésimo da nação o bem-estar de uma nação inteira?"

Suponhamos que, efetivamente, haja vinte católicos romanos na França para cada huguenote; eu não pretendo que o huguenote vá devorar os vinte católicos; mas por que esses vinte católicos deveriam devorar o huguenote e por que impedir esse huguenote de se casar? Não existem abades, bispos e até monges que possuam terras no Delfinado, no Gévaudan, ao redor de Agde, nas cercanias de Carcassonne? Esses bispos, esses abades, esses monges não têm entre seus camponeses alguns que têm a infelicidade de não acreditar na transubstanciação? E não é do interesse desses bispos, desses abades, desses monges e do público em geral que esses camponeses tenham famílias numerosas? Será apenas àqueles que comungam com uma única espécie permitido fazer filhos? Na verdade, isso não é nem justo nem decente.

"A revogação do Édito de Nantes não produziu absolutamente os inconvenientes que lhe são atribuídos", diz o autor.

Se efetivamente se lhe atribui mais do que ela produziu, exagera-se, e o erro de quase todos os historiadores é mesmo exagerar, mas também é o erro de todas as controvérsias reduzir a nada o mal que se reprova. Não devemos acreditar nem nos doutores de Paris nem nos pregadores de Amsterdã.

Vamos tomar como juiz o conde d'Avaux, embaixador na Holanda de 1685 a 1688. Ele diz, na página 181 de seu Tomo V, que um único homem se havia oferecido para descobrir o paradeiro de mais de vinte milhões que os perseguidos haviam trazido consigo ao saírem da França. Luís XIV respondeu ao conde d'Avaux: "As informações que recebo todos os dias sobre um número infinito de conversões não me deixam dúvida de que os mais teimosos acabarão por seguir o exemplo dos outros".

Vemos, de acordo com essa carta de Luís XIV, que ele tinha total boa-fé quanto à extensão de seu poder. Diziam-lhe todas as manhãs: "*Sire*, vós sois o maior rei do universo; será a glória do universo inteiro pensar da mesma forma que vós, logo que tenhais falado". Pellisson, que enriqueceu no cargo de primeiro comissário das finanças; Pellisson, que estivera três anos na Bastilha como cúmplice de Fouquet; Pellisson, que fora calvinista e se transformara em diácono e titular de benefícios eclesiásticos, que mandava imprimir rezas para as missas e buquês para Íris, que tinha obtido o cargo de ecônomo e de conversor; Pellisson, digo eu, trazia ao rei a cada três meses uma grande lista de abjurações, pelas quais recebia sete ou oito escudos por cabeça e fazia seu rei acreditar que, quando ele lhe ordenasse, converteria todos os turcos pelo mesmo preço. Os cortesãos se revezavam em enganá-lo: como ele poderia resistir à sedução?

Entretanto, o mesmo conde d'Avaux comunica ao rei que alguém chamado Vincent mantém mais de quinhentos operários perto de Angoulême e que sua saída causará prejuízos: Tomo V, página 194.

Ainda o conde d'Avaux fala de dois regimentos que o príncipe de Orange já organizou com oficiais franceses refugiados; fala de marinheiros que desertaram de três navios para servir na armada do príncipe de Orange. Além desses dois regimentos, o príncipe de Orange formou uma companhia com jovens refugiados de famílias nobres,

comandados por dois capitães: página 240. Esse embaixador escreve ainda, a 9 de maio de 1686, ao sr. de Seignelai, "que não lhe pode dissimular a pena que lhe dá ao ver as manufaturas francesas se estabelecendo na Holanda, de onde elas não sairão nunca mais".

Junte-se a todos esses testemunhos os de todos os intendentes do reino durante o ano de 1699 e julgue-se se a revogação do Édito de Nantes não produziu mais mal do que bem, apesar da opinião do respeitável autor de *O acordo entre a religião e a desumanidade.*

Um marechal da França, conhecido por seu espírito orgulhoso, disse há alguns anos: "Eu não sei se aquela operação foi ou não necessária, mas é necessário que nunca mais se repita".

Admito que posso ter ido um pouco longe demais ao tornar pública a carta do correspondente do padre Le Tellier, na qual esse membro da congregação dos jesuítas propõe o emprego de barris de pólvora. Comecei a dizer a mim mesmo: "Mas não vão me acreditar; vão dizer que essa carta foi uma falsificação". Porém, meus escrúpulos felizmente se desfizeram quando li em *O Acordo entre a religião e a desumanidade*, página 149, estas doces palavras:

"A extinção total dos protestantes franceses não enfraquecerá mais a França do que uma sangria enfraquece um doente bem-constituído."

Esse cristão compassivo, que mal acabara de dizer que os protestantes constituíam um vigésimo da nação, quer que se derrame o sangue dessa vigésima parte e não considera tal operação mais grave que a retirada de uma ampola de sangria!... Deus nos preserve dele se forem três vigésimos!...

Se, portanto, esse homem corajoso propõe matar a vigésima parte de uma nação, por que o amigo do padre Le Tellier não poderia ter proposto lançar pelos ares, degolar e envenenar um terço? É, portanto, extremamente verossímil que a carta dirigida ao padre Le Tellier realmente tenha sido escrita.

O santo autor por fim conclui que a intolerância é algo excelente, "porque ela não foi", declara ele, "condenada expressamente por Jesus Cristo". Mas Jesus Cristo tampouco condenou aqueles que acenderam incêndios nos quatro cantos de Paris: isso é razão para canonizar os incendiários?

Desse modo, quando a natureza faz ouvir de um lado sua voz doce e benfazeja, o fanatismo, esse inimigo da natureza, se põe a uivar; e tão logo

a paz se apresenta aos homens, a intolerância forja suas armas. Oh vós, árbitro das nações, que nos concedestes a paz na Europa, decidi entre o espírito pacífico e o espírito mortífero!...

CAPÍTULO XXV

Continuação e conclusão

Chegou a nosso conhecimento que a 7 de março de 1763, estando todo o Conselho de Estado reunido em Versalhes, com a presença dos ministros de Estado, do chanceler e do presidente, o sr. de Crosne, Mestre dos Requerimentos[1], apresentou o caso dos Calas com a imparcialidade de um juiz, a exatidão de um homem perfeitamente instruído e a eloqüência simples e verdadeira de um orador e estadista, a única que convém a tal assembléia. Uma multidão prodigiosa de pessoas de todas as condições aguardava na galeria do castelo a decisão do conselho. Anunciaram logo ao rei que todas as vozes, sem excetuar uma, haviam ordenado ao parlamento de Toulouse que enviasse ao conselho os autos do processo e os motivos da sentença que fizera expirar Jean Calas no pelourinho. Sua Majestade aprovou o julgamento do conselho.

Portanto, ainda existe humanidade e justiça entre os homens e principalmente no conselho de um rei amado e digno de sê-lo. O caso de uma família infeliz de cidadãos obscuros ocupou Sua Majestade, seus ministros, o chanceler e todo o conselho; foi discutido mediante exame tão judicioso quanto os maiores assuntos da guerra e da paz o possam ser. O amor da eqüidade e o interesse do gênero humano conduziram todos os juízes. Graças se rendam ao Deus da clemência, o único que inspira a eqüidade e todas as virtudes!

Atestamos que nunca conhecemos nem esse desafortunado Calas que os oito juízes de Toulouse fizeram perecer em função das circunstâncias mais frágeis, contra as ordenações de nossos reis e contra as leis de todas as nações; nem seu filho Marc-Antoine, cuja estranha morte lançou no erro esses oito juízes; nem sua mãe, tão respeitável quando infeliz; nem essas inocentes jovens que vieram junto com ela nessa jornada de duzentas léguas para expor seu desastre e sua virtude aos pés do trono.

Este Deus sabe que não fomos animados senão pelo espírito da justiça, da verdade e da paz quando escrevemos o que pensamos a respeito da tolerância, motivados por Jean Calas, que o espírito da intolerância fez morrer.

Não acreditamos ter ofendido os oito juízes de Toulouse ao dizer que eles se enganaram, tal como o conselho inteiro o presumiu; ao contrário, nós lhes abrimos uma via para se justificarem perante a Europa inteira.

Essa via é a de admitir que circunstâncias equívocas e a gritaria de uma multidão excitada tomaram de assalto sua justiça; de pedir perdão à viúva e de reparar, até o ponto em que se encontre a seu alcance, a ruína inteira de uma família inocente, juntando-se àqueles que a socorrem em sua aflição. Fizeram o pai morrer injustamente: cabe-lhes assumir os encargos do pai perante os filhos, supondo que esses órfãos queiram receber deles uma frágil prova de um arrependimento muito justo. Será muito bonito da parte dos juízes oferecer essa reparação e igualmente bonito da parte da família recusá-la.

Cabe sobretudo ao senhor David, *capitoul* de Toulouse, que foi o principal perseguidor da inocência, demonstrar o exemplo de seus remorsos. Ele insultou um pai de família que morria sobre o cadafalso. Essa crueldade foi bem estranha; contudo, como Deus perdoa, os homens também devem perdoar a quem busca reparar as injustiças que cometeu.

Escreveram-me do Languedoc esta carta a 20 de fevereiro de 1763:

.....

> "Sua obra sobre a tolerância me pareceu plena de humanidade e de verdade, mas temo que vá fazer mais mal do que bem à família Calas. Pode enraivecer os oito juízes que opinaram a favor do pelourinho; eles exigirão ao parlamento que mande queimar seu livro, e os fanáticos (porque estes sempre existem) responderão com gritos de furor à voz da razão etc."

Esta foi minha resposta:

"Os oito juízes de Toulouse podem mandar queimar meu livro se lhes agradar; não há nada mais fácil do que isso: já queimaram as *Cartas Provinciais*, que valiam muito mais, sem a menor dúvida. Cada um pode queimar em sua própria casa os livros e papéis que lhe desagradem.

"Minha obra não pode fazer nem bem nem mal aos Calas, nenhum dos quais eu conheço. O Conselho do Rei, imparcial e firme, julga segundo as leis, conforme a eqüidade, conforme as provas, dentro dos procedimentos legais, e não de acordo com um escrito que não tem a menor pretensão jurídica e cujo fundamento é absolutamente estranho ao caso em pauta.

"Mesmo que se fizessem imprimir in-fólios a favor ou contra os oito juízes de Toulouse e a favor ou contra a tolerância, nem o conselho nem

qualquer outro tribunal consideraria esses livros como evidências processuais.

"Este ensaio sobre a tolerância é um requerimento que a humanidade apresenta muito humildemente ao poder e à prudência. Semeio um grão que poderá um dia produzir uma colheita. Enquanto isso, vamos esperar na bondade do rei, na sabedoria de seus ministros e no espírito da razão que começa a esparzir sua luz por toda a parte.

"A natureza diz a todos os homens: fiz com que todos vocês nascessem fracos e ignorantes para vegetar durante alguns minutos sobre a terra e para fertilizá-la com seus cadáveres. Uma vez que são fracos, busquem socorro; já que são ignorantes, esclareçam-se e busquem apoio. Quando todos vocês tiverem a mesma opinião, coisa que certamente não há de acontecer nunca, caso só haja um único homem com opinião contrária, vocês deverão perdoá-lo: porque sou eu que o faço pensar como pensa. Eu dei a todos vocês braços para cultivarem a terra e uma minúscula luz de razão para conduzi-los; coloquei em seus corações um germe de compaixão para que todos vocês se ajudem mutuamente a suportar a vida. Não sufoquem esse germe, não o corrompam, compreendam que ele é divino e não substituam a voz da natureza pelos miseráveis furores de escolares.

"Sou apenas eu que ainda uno todos vocês, apesar de tudo, por meio de suas necessidades mútuas, mesmo no meio de suas guerras cruéis iniciadas tão levianamente, teatro eterno das maldades, dos riscos e das infelicidades. Sou apenas eu que dentro de uma nação interrompo as conseqüências funestas das divisões intermináveis entre a nobreza e a magistratura, entre essas duas classes e o sacerdócio, entre o burguês e o camponês. Eles ignoram todos os limites de seus direitos; porém, a despeito de si mesmos, todos escutam a longo prazo a minha voz, que lhes fala ao coração. Sou apenas eu que conservo a eqüidade nos tribunais em que, sem mim, tudo seria entregue à indecisão e aos caprichos, no meio de um amontoado confuso de leis feitas freqüentemente ao acaso, para atender a uma necessidade passageira, diferentes de província para província, de cidade para cidade e quase sempre apresentando contradições entre si até no mesmo local. Sou apenas eu que posso inspirar a justiça, quando as leis apenas inspiram as chicanas. Aquele que me

escuta julga sempre bem; aquele que não busca senão conciliar as opiniões que se contradizem é aquele que se desorienta.

"Existe um edifício imenso cujos alicerces eu lancei com minhas próprias mãos; era sólido e simples, todos os homens podiam nele entrar em segurança; contudo, quiseram acrescentar-lhe os ornamentos mais bizarros, mais grosseiros e mais inúteis; agora o edifício cai em ruínas por todos os lados; os homens pegam suas pedras e as jogam nas cabeças uns dos outros; eu lhes grito: Parai, abandonai esses escombros funestos que são o resultado de vossas próprias obras e vinde morar comigo em paz nesse edifício inquebrantável que é o meu."

Artigo acrescentado ao final, no qual se prestam contas da última sentença, prolatada em favor da família Calas

Entre o dia 7 de março de 1763 e a sentença definitiva passaram-se dois anos: tanto é fácil ao fanatismo arrancar a vida à inocência como é difícil à razão fazer com que a justiça lhe seja feita. Era necessário suportar adiamentos inevitáveis, necessariamente ligados às formalidades. Quanto menos essas formalidades haviam sido observadas na condenação de Calas, tanto mais deveriam ser rigorosamente seguidas pelo conselho de Estado. Um ano inteiro não bastou para forçar o parlamento de Toulouse a enviar ao conselho todos os autos do processo, para examiná-los, a fim de fazer um relatório sobre eles. Novamente foi o sr. de Crosne o encarregado desse trabalho penoso. Uma assembléia de quase oitenta juízes cassou a sentença de Toulouse e ordenou que o processo inteiro fosse revisado.

Outros assuntos importantes ocupavam então quase todos os tribunais do reino. Os jesuítas estavam sendo expulsos; sua sociedade estava sendo abolida na França; eles tinham sido intolerantes e persecutórios; foram perseguidos, por sua vez.

A extravagância das cartas de confissão, de que eram suspeitos de ser os autores secretos e que eles apoiavam publicamente, já havia levantado contra eles o ódio da nação. Uma bancarrota imensa de um de seus missionários – falência essa que se acreditava ser, ao menos em parte, fraudulenta – completou sua perda. Bastaram estas duas palavras, *missionários* e *falidos,* tão pouco adequadas a serem ditas em conjunto

para lançar em todos os espíritos a sentença de sua condenação. Finalmente, as ruínas de Port-Royal e as ossadas de tantos homens célebres insultados por eles em suas sepulturas, exumadas no começo do século por ordens emanadas exclusivamente dos jesuítas, elevaram-se todas contra a sua credibilidade moribunda. Pode-se ler a história de sua proscrição no excelente livro intitulado *Sobre a destruição dos jesuítas na França*, uma obra imparcial, porque pertence a um filósofo, escrita com a fineza e a eloqüência de Pascal e, sobretudo, com uma superioridade de raciocínio que não é ofuscada, como acontece em Pascal, pelos preconceitos que algumas vezes seduzem até mesmo os grandes homens.

Esse grande acontecimento, através do qual alguns dos partidários dos jesuítas diziam que a religião estava sendo ultrajada, mas em que o maior número a acreditava vindicada, fez o público perder de vista durante muitos meses o processo dos Calas. No entanto, como o rei atribuíra ao tribunal que se denomina dos *requerimentos da casa real* o julgamento definitivo, o mesmo público, que gosta de passar de um cenário para outro, esqueceu-se dos jesuítas, e os Calas ganharam novamente toda a sua atenção.

A Câmara dos Requerimentos da Casa Real é um tribunal soberano composto por desembargadores de requerimentos e destinado a julgar os processos entre os oficiais da corte ou as causas que o rei lhes envia. Não se poderia ter escolhido um tribunal que estivesse mais a par do processo: era composto precisamente pelos mesmos magistrados que haviam julgado duas vezes as preliminares da revisão e que estavam perfeitamente instruídos quanto ao mérito e quanto à forma. A viúva de Jean Calas, seu filho e Lavaysse foram recolhidos à prisão; mandaram buscar dos confins do Languedoc aquela velha criada católica que não havia deixado por um só instante de ser leal a seus patrões e sua patroa, desde o tempo em que supuseram, contra tudo o que era verossímil, que tivessem estrangulado seu filho e seu irmão. Deliberou-se, finalmente, sobre as mesmas provas que tinham servido para condenar Jean Calas à roda do pelourinho e seu filho Pierre ao exílio.

Foi então que apareceu um novo memorando do eloqüente sr. de Beaumont e mais um do jovem sr. de Lavaysse, tão injustamente implicado nesse procedimento criminal pelos juízes de Toulouse que, para cúmulo da contradição, não o haviam declarado absolvido. Esse jovem escreveu pessoalmente um relatório que foi julgado digno por todos de

aparecer lado a lado com o do sr. de Beaumont. Tinha a dupla vantagem de falar por si mesmo e por uma família cujos grilhões havia compartilhado. Para quebrar os seus próprios e poder sair das prisões de Toulouse, ter-lhe-ia bastado simplesmente dizer que ele se havia separado durante algum tempo dos Calas durante o período em que se afirmava que o pai e a mãe tinham assassinado seu filho. Ele foi ameaçado de suplício; o interrogatório sob tortura e a morte tinham sido apresentados diante de seus olhos; uma palavra teria bastado para assegurar-lhe a liberdade: ele preferiu expor-se à tortura a pronunciar essa palavra, porque teria sido uma mentira. Ele expôs tudo isso em detalhes no seu relatório, com uma candura tão nobre, tão simples, tão afastada de toda ostentação, que conseguiu comover todos aqueles que ele pretendia somente convencer e fez com que fosse admirado sem que tivesse pretendido obter qualquer reputação.

Seu pai, um advogado famoso, não teve parte alguma nessa obra: subitamente, ele se viu igualado por seu filho, que nunca seguira a carreira dos tribunais.

Enquanto isso, pessoas da maior consideração vinham em bandos visitar a prisão da sra. Calas, na qual seus filhos estavam encerrados juntamente com ela. As pessoas se enterneciam até as lágrimas. A humanidade e a generosidade lhes prodigalizaram socorro. Aquilo que se chama de caridade não os socorreu em nada. A caridade, que aliás é tantas vezes mesquinha e insultante, é a demonstração dos sentimentos dos devotos, e os devotos ainda estavam contra os Calas.

O dia chegou (9 de março de 1765) em que a inocência triunfou plenamente. O sr. de Bacquencourt, após relatar todos os procedimentos e tendo instruído o processo em suas menores circunstâncias, e todos os juízes, de voz unânime, declararam a família inocente e julgada errônea e abusivamente pelo parlamento de Toulouse. Reabilitaram a memória do pai. Permitiram à família que se munisse do que fosse necessário para processar seus juízes e para obter as despesas, os danos e as indenizações que os magistrados tolosanos deveriam ter oferecido voluntariamente.

Em Paris, isso foi um motivo de alegria universal; as pessoas se reuniam nas praças públicas e nas avenidas; todos acorriam para ver essa família tão desafortunada e tão bem-justificada; batiam-se palmas quando passavam os juízes e os cobriam de bênçãos. O que tornava esse espetáculo ainda mais tocante foi que esse dia, nove de março, era o

próprio dia em que Calas havia perecido sob os golpes do mais cruel suplício (três anos antes).

Os senhores desembargadores tinham feito justiça completa à família Calas, mas nisso não haviam feito mais do que cumprir seu dever. Existe um outro dever, o da benevolência, que é mais raramente satisfeito pelos tribunais, que parecem acreditar que foram criados para ser somente justos. Os desembargadores sentenciaram que escreveriam em conjunto a Sua Majestade para lhe suplicar que reparasse com sua generosidade a ruína da família. A carta foi escrita. O rei respondeu mandando entregar 36 mil libras à mãe e aos filhos; dessas 36 mil libras, eles separaram três mil para aquela criada virtuosa que tinha defendido constantemente a verdade ao defender seus patrões.

O rei, por essa bondade, como por tantas outras de suas ações, mereceu o apelido que o amor da nação lhe conferiu. Possa esse exemplo servir para inspirar aos homens a tolerância, sem a qual o fanatismo desolaria a terra ou, no mínimo, a entristeceria para sempre! Sabemos perfeitamente que se trata aqui de apenas uma família, enquanto a raiva sectária fez perecer milhares. Contudo, hoje, quando uma sombra de paz deixa em repouso todas as sociedades cristãs, após séculos de carnificinas, é neste tempo de tranqüilidade que a infelicidade dos Calas deve causar uma maior impressão, tal como uma trovoada que retumba na serenidade de um dia de sol. Esses casos são raros, mas acontecem e são o efeito dessa sombria superstição que induz as almas fracas a imputar crimes a qualquer um que não pense como elas.

[1]. Procurador. (N.T.)

Tradução de: *Traité sur la Tolérance: a l'occasion de la mort de Jean Calas (1763)*

(Texto extraído de *O caso Calas e outras questões*)

Capa: Ivan Pinheiro Machado
Foto da capa: Ivan Pinheiro Machado (Estátua de Voltaire, Rue de Seine, Paris)

Tradução: William Lagos

Preparação: Elisângela Rosa dos Santos

Revisão: Patrícia Yurgel

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

V899t

Voltaire, 1694-1778
Tratado sobre a tolerância: por ocasião da morte de Jean Calas (1763) [recurso eletrônico] / Voltaire; tradução de William Lagos. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

recurso digital – (L&PM POCKET ; v.728)

Tradução de: *Traité sur la Tolérance: a l'occasion de la mort de Jean Calas (1763)*
Formato: ePub
ISBN 978-85-254-2127-2 (recurso eletrônico)

1. Calas, Jean, 1698-1762. 2. Livros eletrônicos. 3. Tolerância religiosa - França - História. I. Título. II. Série.

08-3483. CDD: 323.442
CDU: 322

Leitura Facil

Todos os direitos desta edição reservados a L&PM Editores

Rua Comendador Coruja, 314, loja 9 – Floresta – 90220-180
Porto Alegre – RS – Brasil / Fone: 51.3225.5777 – Fax: 51.3221-5380

Pedidos & Depto. comercial: vendas@lpm.com.br

Fale conosco: info@lpm.com.br
www.lpm.com.br